

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS
CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM ROLANTE/RS**

PATRICIA INES SCHWAB

Taquara - RS

2020

PATRICIA INES SCHWAB

**OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS
CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM ROLANTE/RS**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes.

Taquara - RS

2020

Dedico este trabalho aos meus pais, Edenor e Loraine, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Razões da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me abençoado e me agraciado com mais essa conquista. Sou grata por todas as realizações que tenho tido até aqui. Nascida no interior de um pequeno município do oeste catarinense e filha de agricultores familiares, em nenhum momento deixei que algo me fizesse desistir dos meus sonhos. Obrigada Deus por me fazer forte e perseverante frente aos obstáculos da vida.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT, em especial ao corpo docente. Gratidão mestres pela dedicação empenhada dia após dia na construção do conhecimento e luta pela educação, a arma mais poderosa para a transformação da sociedade. Obrigada Andressa, secretária do programa, pela amizade, atenção e competência no desempenho de suas atribuições.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes, um agradecimento especial, por aceitar o desafio da realização desta pesquisa, por se dedicar aos estudos do rural, e, em especial, por acreditar na força da agricultura familiar. Com certeza os diálogos, as contribuições e os desafios a mim propostos enriqueceram não só o presente estudo, mas também minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos agricultores familiares participantes da pesquisa, que deixaram de realizar suas tarefas e se dispuseram a dedicar seu tempo no compartilhamento de conhecimentos e experiências, e por dedicar suas vidas para a produção de alimentos e manutenção do rural. Obrigada a todos os representantes das instituições e consumidores pelo tempo dedicado em responder os questionamentos, fundamentais para a realização do estudo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa integral a mim concedida, me possibilitando dedicação exclusiva aos estudos.

Aos colegas da turma, obrigada pelos momentos compartilhados. Em especial, à Fabiana Tramontin Bonho, minha dupla e amiga que levarei para a vida, agradeço pelos momentos de riso, parceria e troca de aprendizados.

Agradeço aos meus queridos amigos (as), em especial, Francine, Francieli, Janaíne, Stela, Juliana, Maiara, Karine, Alisson e Gabriela, que mesmo distantes fisicamente, nunca me fizeram esquecer que para amigas verdadeiras o tempo nunca passa e distâncias não existem.

Agradeço a minha amiga e sempre “Profe” Enise Barth, a qual não tenho palavras para expressar tamanha gratidão. Obrigada pela amizade, apoio, dedicação, incentivo e momentos

compartilhados, muito da pessoa que sou hoje devo a você, és minha inspiração tanto como pessoa, quanto profissional.

Agradeço ao meu namorado, Djeison Rodrigo Müller, por ser, acima de tudo, meu melhor amigo e companheiro, por sempre me apoiar, compreender minhas inúmeras horas dedicadas ao estudo e acreditar no meu potencial.

Por fim, e mais importantes, agradeço a minha família, que sempre compreendeu minhas ausências devido a dedicação aos estudos. Especialmente aos meus pais, que sempre colocam meus desejos acima dos seus, pelo incentivo nas horas difíceis e, que apesar de tantas dificuldades, nunca me deixaram faltar nada e me ensinaram os verdadeiros valores da vida. Meu orgulho, admiração e amor por vocês é imensurável. Obrigada Pai e Mãe!

Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a "prática da liberdade", o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo (FREIRE, 2011).

RESUMO

No âmbito da agricultura familiar, a diversificação da produção e a comercialização direta com o consumidor ainda se mantêm, por meio das Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (CCAAs). Estas podem fortalecer iniciativas locais e promover um sistema agroalimentar inclusivo e favorável a uma alimentação saudável. Visando mais do que apenas relações mercantis, os circuitos curtos são canais importantes para a (re) criação de vínculos entre a agricultura e a sociedade, aproximando os consumidores dos produtores de seus alimentos e fomentando o desenvolvimento rural sustentável. Nesta dissertação, se discute o tema das cadeias curtas, na perspectiva dos atores e da abordagem teórica da sociologia econômica, enfatizando seus principais conceitos, a construção social dos mercados, o de redes sociais e *embeddedness*. O objetivo deste estudo consiste em analisar a estrutura e a dinâmica dos circuitos curtos de comercialização de alimentos em Rolante/RS, bem como, a diversidade das relações construídas entre os agricultores familiares e os consumidores. A pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, classifica-se, quanto a seus objetivos, como descritiva-exploratória, e quanto aos procedimentos metodológicos, como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Esta última, por meio de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares e representantes de entidades ligadas ao rural do município e de um questionário via *Google Docs* para os consumidores e clientes em potencial. A análise e a interpretação dos dados foram operacionalizadas pela análise de conteúdo e estatística descritiva, com aplicação do método de triangulação. Os resultados evidenciam a existência de três iniciativas classificadas como CCAAs *face-a-face* no município de Rolante: Feira do Produtor, Feira Ecológica e o caso de uma produtora rural que comercializa cestas prontas. Esses espaços de comercialização se idealizam com o trabalho de 12 famílias de agricultores, os quais semanalmente constroem, por meio da venda de seus produtos ao fiel consumidor, relações que vão além de econômicas, com vínculos de confiança e amizade, embasados na qualidade de produtos de procedência garantida ou de origem conhecida. Com a finalidade de demonstrar que o preço e a quantidade não são as únicas variáveis reguladoras da comercialização provinda da agricultura familiar, a construção social desses mercados, o trabalho em rede entre os diversos atores sociais e a inclusão à economia local ficaram evidentes na constituição e consolidação das cadeias curtas do município de Rolante/RS.

Palavras-chave: Cadeias curtas. Agricultura familiar. Confiança. Desenvolvimento rural sustentável.

RESUMEN

En el contexto de la agricultura familiar, la diversificación de la producción y la comercialización directa al consumidor aún se mantienen, a través de cadenas de suministro de alimentos cortas. Estos pueden fortalecer las iniciativas locales y promover un sistema agroalimentario inclusivo que favorezca una alimentación saludable. Con el objetivo de algo más que las relaciones comerciales, los cortocircuitos son canales importantes para la (re) creación de vínculos entre la agricultura y la sociedad, acercando a los consumidores a los productores de alimentos y promoviendo el desarrollo rural sostenible. En esta disertación, se discute el tema de las cadenas cortas, desde la perspectiva de los actores y el enfoque teórico de la sociología económica, enfatizando sus conceptos principales, la construcción social de los mercados, la de las redes sociales e embeddedness. El objetivo de este estudio es analizar la estructura y la dinámica de los circuitos cortos de venta de alimentos en Rolante/RS, así como la diversidad de las relaciones construidas entre los agricultores familiares y los consumidores. La investigación cuantitativa y cualitativa se clasifica como descriptiva-exploratoria en términos de sus objetivos. Para la recolección de datos, se realizaron investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. Este último, a través de entrevistas semiestructuradas con agricultores familiares y representantes de entidades vinculadas a las zonas rurales del municipio y un cuestionario a través de Google Docs para consumidores y clientes potenciales. El análisis y la interpretación de los datos se hicieron operativos mediante análisis de contenido y estadísticas descriptivas, con aplicación del método de triangulación. Los resultados muestran la existencia de tres iniciativas clasificadas como cadenas de suministro de alimentos cortas face-a-face en el municipio de Rolante: Feria do Produtor, Feria Ecológica y el caso de un productor rural que vende cestas confeccionadas. Estos espacios de comercialización están idealizados con el trabajo de 12 familias de agricultores, quienes construyen semanalmente, a través de la venta de sus productos al consumidor fiel, relaciones que van más allá de lo económico, con lazos de confianza y amistad, basados en la calidad de los productos de origen garantizado u origen conocido. Para demostrar que el precio y la cantidad no son las únicas variables reguladoras para la comercialización de la agricultura familiar, la construcción social de estos mercados, la creación de redes entre los diversos actores sociales y la inclusión en la economía local fueron evidentes en la constitución y consolidación de cadenas cortas en el municipio de Rolante/RS.

Palabras-clave: Cadenas Cortas. Agricultura Familiar. Confianza. Desarrollo Rural Sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema Agroindustrial.....	36
Figura 2 - Diferentes mecanismos de ampliação das cadeias curtas de abastecimento de alimentos (CCAAs) no tempo e no espaço	42
Figura 3 - Desenho da pesquisa	46
Figura 4 – Região do Vale do Paranhana/RS	47
Figura 5 - Número de estabelecimentos por classe de idade do produtor.....	54
Figura 6 – Composição do IDHM de Rolante/RS	61
Figura 7 - Mapa Estratégico do Programa DEL Rolante/RS	70
Figura 8 - Percentual da área ocupada e do número de estabelecimentos rurais familiares no Brasil	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia de mercados para a agricultura familiar	37
Quadro 2 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar	38
Quadro 3 - Sujeitos da pesquisa	49
Quadro 4 - Categorias de análise	51
Quadro 5 - Escolaridade dos produtores rurais de Rolante/RS	62
Quadro 6 - Especificação do produto da Chamada Pública Nº 01/2019 Rolante/RS	69
Quadro 7 - Motivos para comprar nas feiras (em %).....	91
Quadro 8 - Motivos para não comprar nas feiras (em %)	97
Quadro 9 - Características do grupo familiar Produtor 1	126
Quadro 10 - Características do grupo familiar Produtor 2.....	126
Quadro 11 - Características do grupo familiar Produtor 3	126
Quadro 12 - Características do grupo familiar Produtor 4.....	127
Quadro 13 - Características do grupo familiar Produtor 5	127
Quadro 14 - Características do grupo familiar Produtor 6.....	127
Quadro 15 - Características do grupo familiar Produtor 7.....	127
Quadro 16 - Características do grupo familiar Produtor 8.....	128
Quadro 17 - Características do grupo familiar Produtor 9.....	128
Quadro 18 - Características do grupo familiar Produtor 10.....	128
Quadro 19 - Características do grupo familiar Produtor 11	129
Quadro 20 - Características do grupo familiar Produtora 12	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo da população rural de Rolante, Rio Grande do Sul e Brasil	54
Tabela 2 - Estrutura etária da população do município de Rolante/RS	55
Tabela 3 - Produção agrícola de Rolante/RS.....	56
Tabela 4 - Pecuária no Rio Grande do Sul e no município de Rolante/RS.....	57
Tabela 5 - Evolução do PIB do Setor Agropecuário de Rolante/RS	59
Tabela 6 - PIB por estabelecimento agropecuário de Rolante/RS.....	59
Tabela 7 - Composição PIB de Rolante 2006-2016 (em R\$).....	59
Tabela 8 - VAB Agropecuário de Rolante 2006-2016 (em R\$).....	66
Tabela 9 - Origem e destinação dos recursos gastos com alimentação em Rolante/RS de 2013 a 2018.....	68
Tabela 10 - Grau de escolaridade dos produtores que participam da comercialização via circuito curto.....	83
Tabela 11 - Participação das vendas na feira no total da renda familiar	84
Tabela 12 - Relação entre a frequência de compras nas feiras e o que mais valoriza em relação aos feirantes (em %).....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes: idade e gênero	87
Gráfico 2 – Perfil dos respondentes: renda e grau de escolaridade	88
Gráfico 3 - Feira que mais frequenta	88
Gráfico 4 - Como conheceram as feiras (em %)	89
Gráfico 5 - Satisfação quanto ao local e instalação das feiras (em %)	90
Gráfico 6 - Fidelidade às feiras (em %)	91
Gráfico 7 - Satisfação quanto ao preço praticado nas feiras (em %).....	93
Gráfico 8 – Confiança na qualidade do produto (em %)	96
Gráfico 9 - Potencial de visitas às propriedades dos agricultores familiares (em %).....	102

LISTA DE SIGLAS

ASCCOL – Associação da Casa da Colônia

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CCAAs – Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

CSA – *Community Supported Agriculture*

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DEL – Desenvolvimento Econômico Local

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara

FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

ONU – Organizações das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANCs – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAAs – Redes alimentares alternativas

RS – Rio Grande do Sul

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SAI – Sistema agroindustrial

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SC – Santa Catarina

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SMA – Secretaria Municipal da Agricultura

SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

URM - Unidade de Referência Municipal

VAB – Valor Acrescentado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS	22
2.1	O rural no desenvolvimento regional.....	22
2.2	O protagonismo da agricultura familiar.....	28
2.3	O elo entre agricultores familiares e o mercado sob a perspectiva da sociologia econômica.....	32
2.4	Produtores e consumidores em (re) conexão: as cadeias agroalimentares curtas	39
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	Classificação da pesquisa	45
3.2	Unidade de análise	47
3.3	Sujeitos da pesquisa.....	48
3.4	Coleta de dados.....	49
3.5	Análise e interpretação dos dados.....	50
3.6	Questões éticas	51
4	OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM ROLANTE/RS	53
4.1	O rural de Rolante/RS.....	53
4.1.1	Dimensão econômica	58
4.1.2	Dimensão social.....	60
4.1.3	Estímulo ao rural: o papel das instituições e políticas públicas	63
4.2	A construção das cadeias curtas de Rolante/RS: do convencional ao ecológico...	72
4.2.1	A Feira do Produtor	73
4.2.2	A Feira Ecológica e a comercialização de cestas prontas.....	75
4.3	Protagonistas dos circuitos curtos de Rolante/RS: os feirantes	79
4.4	O mercado das cadeias curtas de Rolante/RS: a percepção dos consumidores e suas relações com os produtores	85
4.5	Desafios e possibilidades.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados para os agricultores familiares	117
APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados para os representantes das entidades	119
APÊNDICE C – Instrumento de coleta de dados para os consumidores e não consumidores das feiras de agricultores familiares de Rolante/RS	120
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	124
APÊNDICE E – Características do grupo familiar dos produtores rurais participantes da pesquisa	126

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira passou por profundas mudanças decorrentes da reestruturação produtiva no modo capitalista de produção que, mediante os avanços tecnológicos, tem promovido a desigualdade e a exclusão social. O reconhecimento da agricultura familiar é resultado do intenso trabalho dos mais diversos setores da gestão pública, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Respondendo aos efeitos dos processos de globalização e de abertura comercial e às crises econômicas, e legitimados por inúmeros estudos que destacavam o protagonismo da agricultura de base familiar para sustentar a produção e a geração de emprego e renda em inúmeros países, se passou a reivindicar ações diferenciadas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010; NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

As atividades agrícolas sempre foram uma maneira de assegurar a oferta de alimentos à sociedade. Grisa, Gazolla e Schneider (2010) afirmam que ao longo dos anos, as técnicas de produção foram se modificando, visando ao aumento da produção e da produtividade. A partir da modernização agrícola, a agricultura voltada ao autoconsumo, passou a produzir *commodities* agrícolas destinadas à exportação. Os mercados internacionais passaram a demandar produtos cada vez mais padronizados e produzidos em grande escala. Para atender essa demanda, os agricultores passaram a utilizar insumos químicos, máquinas agrícolas, sementes híbridas e, mais recentemente, transgênicas, o que resultou no crescimento de áreas com monoculturas, e gerou a exclusão de parte da população rural e causou impactos ambientais.

A partir dessas exigências da modernização da agricultura e das relações econômicas, a comercialização direta e de pequeno varejo, embasada na confiança e na fidelidade entre produtor e consumidor, foram substituídas por relações de caráter contratual. Exigências de quantidade, qualidade, regularidade na entrega e preços praticados são estabelecidos pelos grupos agroindustriais, grandes atacadistas ou redes de supermercados. Assim, o agricultor familiar, além de ser tomador de preços, passa a ser, também, subordinado a outras regras impostas pelo mercado (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2018).

Os processos de abertura comercial, fortalecimento de cadeias produtivas, estabelecimento de relações contratuais, imposição de produção em maior escala e maior concentração de mercado por parte do segmento agroindustrial, aceleram a exclusão de agricultores familiares do processo de comercialização da produção. Exclusão até mesmo do meio rural, sendo necessário se pensar em alternativas includentes.

Salienta-se, também, outro aspecto importante com relação a essa discussão, uma vez que se produz cada vez mais matérias-primas agroalimentares e se aumentam os impactos sobre o meio ambiente. Por outro lado, os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados e a quantidade de pessoas obesas e malnutridas em decorrência da alimentação inadequada cresce a cada dia. Diante desse cenário, os principais beneficiados são as grandes redes de supermercados e as lojas de *fast food*. Este modelo de produção e consumo de alimentos opera em escala global e segue a tendência do conjunto da economia, cada vez mais internacionalizada (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Além disso, em conformidade com a Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo precisará aumentar em 70% a atual produção de alimentos para atender a demanda da população mundial em 2050. No Brasil, a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos é significativa, sendo que 70% dos alimentos produzidos destinados ao abastecimento do mercado interno provém da agricultura familiar (FAO, 2017). Bueno (1986, p. 32) já anunciava que:

O patinho feio da agricultura brasileira é a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, pois os governos se preocuparam muito em viabilizar uma política econômica na agricultura que se traduzisse em dólares. Porém, o povo brasileiro consome arroz, feijão, carne, mandioca, batata, etc., e a produção agrícola de geração de divisa para o País não supre a necessidade alimentar do povo brasileiro.

Neste sentido, o debate acerca dos alimentos e suas relações com o mercado é relevante e necessária. “Na medida em que o sistema agroalimentar foi se globalizando, a alimentação se desenraizou e rapidamente foi perdendo a conexão com sua base natural. A procedência geográfica dos alimentos e a cultura alimentar das pessoas deixaram de ser importantes” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017, p. 10). A afirmativa se justifica pelo fato de que as cadeias agroalimentares são longas, ou seja, a interação entre produtor e consumidor é quase inexistente, uma vez que os alimentos são produtos de uma indústria e vendidos com marcas específicas ou nomes fantasias, que se compra por critérios de preço ou valor nutricional, conforme as preferências e/ou o poder aquisitivo.

No âmbito da agricultura familiar, práticas como diversificação da produção, autoconsumo e a comercialização direta ainda se mantêm. Os circuitos agroalimentares curtos vêm se tornando uma estratégia viável de manutenção das famílias no meio rural devido à garantia de rentabilidade, já que fortalecer essa classe social implica na criação de meios para se diversificar opções de trabalho e renda. As cadeias curtas constroem novas formas de

interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade do produto, por meio da comercialização, muitas vezes pelos próprios produtores, em feiras coloniais, venda de “porta em porta”, tendas rurais, “colha e pague”, cooperativas de consumidores, eventos especiais do segmento, comércio local, agroindústrias familiares, entre outros (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2018; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Sob as perspectivas dos mercados de proximidade da agricultura familiar e das cadeias curtas de abastecimento de alimentos, questiona-se: De que forma os agricultores familiares de Rolante/RS estão se adaptando a esses novos mercados, embasados na qualidade da produção de alimentos e inserindo-se à economia local?

Então, buscando responder a essa questão, o objetivo geral desta dissertação consistiu em analisar a estrutura e a dinâmica dos circuitos curtos de comercialização de alimentos em Rolante/RS, bem como, a diversidade das relações construídas entre os agricultores familiares e os consumidores. E os objetivos específicos foram: a) identificar a existência, coordenação e evolução de cadeias curtas no município de Rolante/RS; b) descrever a percepção dos agricultores familiares quanto a sua relação com os mercados; c) relatar a percepção dos consumidores de alimentos adquiridos por algum meio que se caracterize como circuito curto; e, por último d) compreender o papel das instituições no fortalecimento do meio rural, em geral, e na consolidação das cadeias curtas, em particular.

Para se compreender melhor o papel e o potencial das cadeias agroalimentares nos processos de desenvolvimento rural é preciso que se estude como estas são construídas e reproduzidas no tempo e no espaço. Se faz necessário criar alternativas incluídas ao mercado que tentem mudar os padrões de interação social entre diferentes atores na cadeia agroalimentar. No caso das cadeias curtas, a aliança entre agricultores e consumidores deve ser estratégica. Estes últimos devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas de produção.

Desse modo, entender as práticas dos agricultores em relação a sua integração aos mercados e a comercialização da produção, e avançando o conhecimento nessa temática, permitirá abrir um novo espaço para a pesquisa em conformidade com as novas demandas por produtos mais saudáveis e de qualidades diferenciadas numa sociedade que busca uma nova relação entre homem, natureza e consumo.

Esta pesquisa também poderá contribuir para os estudos acadêmicos em relação ao tema das cadeias agroalimentares curtas. Na Europa, numerosos estudos têm procurado entender a natureza e a dinâmica de funcionamento das cadeias, com vistas à contribuição para o

desenvolvimento local e a uma alimentação mais saudável. Para Milone (2014), os agricultores europeus estão tentando reinventar os mercados de seus produtos, começando pela defesa e valor de sua produção. O principal ativo é a força de trabalho da família, mas também há propriedade intelectual, o conhecimento e a terra. A partir daí eles buscam criar novos mercados e reinventar suas práticas agrícolas constantemente.

Na América Latina, em conformidade com Jacoby (2014), a agricultura familiar desempenha um papel fundamental, representando em torno de 80% das unidades de produção, e deve ser apoiada pelo Estado. Apoio no sentido de fortalecer a capacidade produtiva e investimento que incentiva o desenvolvimento do mercado local, da culinária regional, da manutenção das famílias na atividade e da proteção dos recursos naturais, em suma, apoio que fortaleça a pluriatividade de quem é maioria no rural.

No Brasil, a postura dos agricultores familiares não é diferente da dos europeus. Contudo as pesquisas ainda são embrionárias e revelam a necessidade de se aprofundar conceitos, métodos e abordagens que deem conta da diversidade das práticas dos mercados agrícolas e que possam avaliar o alcance e o potencial para se atingir a sustentabilidade da propriedade rural familiar, bem como da região na qual está inserida.

Com relação as pesquisas na perspectiva das cadeias agroalimentares curtas no Sul do Brasil, tem-se conhecimento de dois estudos, em específico, que condizem a temática da presente dissertação, a tese de Ferrari (2011) e a dissertação de Cassol (2013). O primeiro trabalho objetivou analisar o processo de construção social de cadeias alimentares curtas em Santa Catarina (SC), utilizando de três casos em particular. Já o segundo, buscou demonstrar a consolidação do mercado alimentar da Feira do pequeno produtor de Passo Fundo/RS, problematizando questões acerca da qualidade, do papel do consumidor e das relações de confiança.

No que se refere ao recorte geográfico na qual se realizou o estudo, o município de Rolante/RS possui uma base agropecuária bastante diversificada, destacando-se a criação de aves e de bovinos leiteiros e o cultivo de mandioca e de milho. O segmento agropecuário do município ocupa a 4ª posição na representatividade da composição da estrutura produtiva dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Paranhana Encosta da Serra. Além disso, a agricultura familiar típica das pequenas propriedades é predominante no Corede, correspondendo a 92,5% das propriedades rurais (BERTÊ et al., 2016).

Outro fato a ser considerado diz respeito a população rural de Rolante, que de acordo com o último censo demográfico, apresentou um aumento de aproximadamente 6,5% na sua

população rural com relação ao censo do ano 2000, correspondendo a 2ª maior entre os municípios do Corede. Este respectivo aumento deve ser ressaltado, uma vez que é o oposto do que se observa no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul no mesmo período, onde se teve uma diminuição de habitantes no meio rural de aproximadamente 6,3% no país e 15% no estado.

A pesquisa em questão também vem a contribuir com o Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) do município, “Rolante 2035: o município que desejamos”. O programa objetiva aumentar a competitividade e a capacidade de transformação de municípios de pequeno e médio porte, planejando-os com uma projeção de 20 anos à frente. O DEL está estruturado conforme a metodologia do Banco Mundial e do Programa Empreender da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), visando a criação de uma política econômica sustentável e o fortalecimento dos setores produtivos e estratégicos do município.

Quanto a motivação pessoal para o desenvolvimento deste estudo, pelo fato de a pesquisadora ser provinda de uma família de agricultores familiares, destaca-se a importância dessa categoria sociopolítica no meio rural. Tanto para o desenvolvimento local, como regional, e reconhecendo-os na condição de agricultores familiares, tornando os protagonistas do estudo com vistas a uma troca de conhecimentos e experiências, buscando de alguma forma potencializar os circuitos curtos em questão. Tornando oportuno a realização da pesquisa por integrar espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas, os quais consideram a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a inclusão social, como objetivos primordiais a serem atingidos.

A estrutura da dissertação está composta por cinco capítulos: primeiramente a introdução, onde consta a apresentação do tema, do problema de pesquisa, dos objetivos e da justificativa. O segundo capítulo refere-se às perspectivas do tema circuitos alimentares curtos, apresentando as principais concepções à luz da literatura, além de situar o rural na dinâmica do desenvolvimento regional.

O terceiro capítulo descreve o caminho metodológico percorrido, tipologia da pesquisa, os sujeitos de pesquisa, a coleta e a análise dos dados, além das questões éticas. No quarto capítulo são apresentados os dados da realidade analisada: as cadeias curtas do município de Rolante/RS, bem como a discussão dos resultados obtidos na pesquisa e a percepção dos atores sociais participantes. Por fim, o quinto capítulo contempla as considerações finais, seguido das referências bibliográficas e dos apêndices.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS

Neste capítulo apresenta-se um quadro teórico que versa sobre o tema das cadeias agroalimentares curtas na perspectiva dos atores e da abordagem teórica da sociologia econômica. Inicialmente, discute-se o papel do rural no desenvolvimento regional e o protagonismo da agricultura familiar no Brasil. Em seguida, aborda-se a relação dos agricultores familiares sob a perspectiva da sociologia econômica, enfatizando seus principais conceitos, a construção social dos mercados, redes sociais e *embeddedness*. Por fim, o debate das cadeias agroalimentares curtas, as quais buscam a reconexão entre produção e consumo local ao mesmo tempo em que se realizam transações mercantis, emergindo dentro de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

2.1 O rural no desenvolvimento regional

O desenvolvimento possui percepções racionalizadas e apresentadas no âmbito econômico, político e ideológico. Desse modo, a amplitude e complexidade do termo são expressas em diferentes épocas e lugares.

Desenvolvimento, tradicionalmente, era utilizado com o sentido de crescimento econômico, porém com o avanço dos estudos se pode perceber a limitação e inadequação da ideia, principalmente quando relacionado o nível de desenvolvimento de um país a renda *per capita* da população, sem levar em consideração qualquer outro indicador populacional (RIEDL, 2017). Nessa concepção ultrapassada, o desenvolvimento objetivava uma sociedade industrial urbana, com foco na urbanização das regiões ao invés de se pensar agricultura.

As questões sociais foram ganhando importância, passando a envolver variáveis como educação, saúde, moradia, transporte e lazer na análise do desenvolvimento. Assim, leva-nos a entender que um processo ou estágio de desenvolvimento objetiva, principalmente, a melhoria da qualidade de vida da população, embora o crescimento econômico seja uma condição indispensável para o desenvolvimento, ele apenas não é suficiente.

Para Rambo et al. (2017) com o transcorrer dos anos surgiram concepções que deixam de compreender o desenvolvimento como um processo *top-down*, passando a considerá-lo numa perspectiva *bottom-up*, entendendo as regiões como promotoras do seu desenvolvimento e capazes de formular políticas a partir das demandas locais.

Da mesma forma que o termo desenvolvimento, região tem diversos conceitos. Para fins desse estudo “considera-se como região um espaço [...] que ao longo de seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identidade social, econômica e política, a fim de atender as necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria” (BASSAN; SIEDENBERG, 2010, p. 141).

Assim se faz relevante abordar a ciência dedicada ao estudo do desenvolvimento regional. De acordo com Siedenberg (2006, p. 71-72), o conceito de desenvolvimento regional deve ser considerado a partir de duas dimensões: a temporal e a espacial.

A dimensão temporal está relacionada à evolução do processo de mudanças ao longo do tempo, enquanto a dimensão espacial varia de acordo com o enfoque pretendido: por desenvolvimento regional pode-se entender tanto o recorte de uma dimensão continental (como, por exemplo, o Mercosul), quanto uma dimensão intermediária entre as delimitações administrativas de um país e seus estados (por exemplo: região Nordeste) ou mesmo uma dimensão intermediária entre estados e municípios (por exemplo: região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul). [...] É necessário considerar também que a delimitação pode se dar através de diferentes aspectos: geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos, etnográficos, entre outros.

Logo, uma região não existe apenas enquanto uma demarcação geográfica ou político-administrativa, mas reflete a articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais existentes. O desenvolvimento regional procura potencializar as localidades, utilizando os recursos disponíveis e promove à participação dos atores sociais que formam esta região.

A problemática regional passou a ser discutida no período pós II Guerra Mundial, onde as ideias de diversos teóricos passaram a influenciar o planejamento econômico regional nos países periféricos, principalmente na América Latina (LIMA; SIMÕES, 2009). O estado é apresentado pelas teorias como o principal indutor do desenvolvimento regional, sendo o órgão capaz de gerar subsídios para que os agentes sejam ativos e críticos na promoção do processo de desenvolvimento.

Alinhados a essa nova concepção do desenvolvimento, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual trataria da paz mundial, educação, alimentação e coordenaria programas que auxiliassem no desenvolvimento de países mais atrasados e afetados pela guerra. Vinculada a ONU, cria-se também a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que por meio de seus estudos, visava entender as peculiaridades da região, e fomentar, por meio de seus relatórios, alternativas para seu desenvolvimento (MADUREIRA, 2015).

Diversos teóricos se propuseram a estudar a dinâmica regional com o propósito de esclarecer a problemática e indicar possíveis soluções para superação do subdesenvolvimento. De acordo com Oliveira e Lima (2003, p. 31) ao se tratar do desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

Em seguida são apresentadas as teorias dos principais autores que abordam o desenvolvimento regional, as quais servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional. Em suma, as teorias em questão priorizam o fator localização e o desenvolvimento por meio da industrialização.

- A Teoria dos Polos de Crescimento: François Perroux (1967);
- A Teoria da Causação Circular Cumulativa: Gunnar Myrdal (1965);
- Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento: Albert O. Hirschman (1961);
- A Teoria da Base de Exportação: Douglass C. North (1977).

Para Perroux (1967) um Polo de Crescimento surge pelo aparecimento de uma Indústria Motriz, que consegue separar seus fatores de produção e acaba por provocar uma concentração de capitais, aumentando seu poder. O autor aborda três elementos de análise: a) a indústria-chave, que quando aumenta sua produção, eleva consigo a produção de indústrias vizinhas; b) o regime não concorrencial do complexo, sistema instável que irá gerar uma combinação de forças oligopolistas; e c) o efeito da aglomeração territorial, por meio da intensificação das atividades econômicas causa um consumo progressivo nos habitantes do lugar, aumentando também suas necessidades coletivas, como habitação, transporte, serviços públicos, etc. “Assim, um pólo industrial complexo e geograficamente aglomerado pode modificar não só o ambiente geográfico regional, mas, se for suficientemente poderoso, a economia de um país como um todo” (MADUREIRA, 2015, p. 12).

Na teoria da Causação Circular Cumulativa, Myrdal (1965) recorre a noção de ciclo virtuoso para explicar as disparidades regionais, uma vez que o processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e se não regulado tende a aumentar as diferenças entre as regiões. O objetivo da teoria é o de analisar as inter-relações causais de um sistema enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. Lima e Simões (2009, p. 13) exemplificam o processo de Causação Circular Cumulativa por meio da perda de uma indústria em determinada região.

Os efeitos imediatos desta perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes por sua vez provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de causação circular cumulativa em um ciclo vicioso. Se não ocorrerem mudanças exógenas nesta localidade a mesma se tornará cada vez menos atrativa, de tal forma que seus fatores de produção, capital e trabalho, migrarão em busca de novas oportunidades, provocando uma nova diminuição da renda e da demanda locais.

Nos estudos de Hirschman (1961), o autor defende a ideia de que é necessário criar condições para que países subdesenvolvidos venham a superar suas disparidades regionais. Nestes países poupança e investimento são relativamente interdependentes, e, por esse motivo, o desenvolvimento é menos espontâneo e depende em maior grau da intervenção do Estado no intuito de alavancar as oportunidades de investimento local, o ideal é não empregar ideias desenvolvimentistas pré-concebidas.

No que se refere aos encadeamentos produtivos, os desequilíbrios na economia são fundamentais para a dinâmica do crescimento. Pensa-se na instalação de uma indústria que induzirá no surgimento de outras, ou seja, para Hirschman (1961) o surgimento de uma indústria mestre possibilita a instalação de indústrias satélites devido a influência de economias externas e de complementaridade.

[...] pois cada movimento da sequência é induzido por um desequilíbrio anterior e em consequência cria um novo desequilíbrio que requer um novo movimento (novo conceito de investimento induzido). Em cada um destes estágios uma indústria usufrui de economias externas criadas pela expansão anterior e ao mesmo tempo cria novas economias externas que serão exploradas por outras, dada a complementaridade existente entre as mesmas. A forma como um investimento leva a outro através da complementaridade e das economias externas é de inestimável ajuda para o desenvolvimento e deve ser utilizada no processo (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 18).

Não desprezando a importância da indústria, North (1955; 1977) tem uma visão diferente do desenvolvimento regional, acreditando na base exportadora como fator propulsor. Os agricultores atestavam qual cultura era mais economicamente viável, passavam a cultivá-la, gerando excedentes exportáveis e especializando a região em torno de uma base de exportação. Além disso, North (1955; 1977) difundiu o conceito do quociente locacional, que compara a concentração de empregos em diferentes localidades.

Para o autor, os problemas do desenvolvimento regional não devem ser estudados e explanados pela dicotomia agricultura *versus* industrialização. Logo, enfatiza que uma base exportadora primária impulsiona o surgimento de indústrias voltadas para a matéria prima, atividades de serviço para a indústria de exportação e indústria para consumo local.

No que se refere a “oposição” entre agricultura e urbanização ou rural e urbano correlacionando ao processo de desenvolvimento, muitos acreditam que o processo de urbanização condiz a uma região desenvolvida, enquanto o rural é sinônimo de atraso. Por outro lado, há defensores da importância do meio rural para o meio urbano, pois a medida que as cidades crescem necessitam, principalmente, de mais alimentos para satisfazer o aumento da demanda (MARCUIZZO; RAMOS, 2004).

O campo em sua totalidade por muitos anos foi apreendido apenas como um local de realização de atividades produtivas, fazendo parte de uma cadeia comercial da qual por muitas vezes seus atores sociais nem sabiam o final, norteados por um viés produtivista e setorial. Para Abramovay (2000), o espaço agrícola desempenha uma função até agora pouco assimilada no que concerne aos processos de desenvolvimento regional, localidade esta onde residem raízes históricas, identidades e configurações políticas e econômicas.

A noção de ruralidade engloba a dimensão ocupacional, ecológica e sociocultural, com o rural sendo um local onde ocorrem atividades socioeconômicas e culturais e a questão ecológica está envolvida com a preservação de áreas naturais. Assim, a definição de desenvolvimento rural traz a ideia de que não é importante apenas a produção agrícola ou seu resultado econômico, mas, também, a qualidade de vida da população que reside em áreas rurais, por meio do acesso à educação, saúde, comunicação, transporte, cultura, habitação, lazer, entre outros.

Sob a ótica do desenvolvimento regional, onde o Estado detém poder de intervenção por meio de políticas públicas, se faz necessário “a busca de alternativas de planos de desenvolvimento para a exploração desta nova dinâmica territorial, marcada pela necessidade de uma aproximação cada vez maior das relações campo-cidade” (MARCUIZZO; RAMOS, 2004, p. 2).

Conforme Cristovão (2002), o desenvolvimento rural deve muito à diversificação econômica, reconhecendo que o rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias-primas. O espaço rural tem uma nova legitimidade identitária e não somente a legitimidade alimentar do passado. Esse novo olhar sobre o rural remete a novas procuras e potencialidades que devem ser aproveitadas em favor do rural. A multifuncionalidade do espaço rural implica identificação e valorização dos recursos existentes.

Assim, o meio rural pode ser considerado como um espaço que vem se consolidando como um importante fator de desenvolvimento socioeconômico, a partir de um crescente reconhecimento por parte do Estado, idealizado por uma trajetória de lutas sociais e de debates

acadêmicos ao longo dos anos. Neste sentido, se percebe a pluralidade do campo, a contribuição da diversidade de culturas e de atividades para uma economia mais equilibrada e um padrão mais sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais. Com isso, verifica-se a necessidade de medir também o desenvolvimento do meio rural, para que se consiga privilegiar políticas públicas visando o seu desenvolvimento.

Conforme Wanderley (2001), alguns aspectos importantes compõe a definição de rural. O primeiro aspecto a ser considerado é como o rural é visto atualmente, sendo considerado um portador de soluções. Um local onde se encontram alternativas para o emprego, melhoria da qualidade de vida por meio do contato com a natureza e aprofundamento das relações sociais.

A definição de desenvolvimento rural passa por três fases. A primeira em que é reconhecido como desenvolvimento agrícola referindo-se exclusivamente ao aspecto material da produção agropecuária, área plantada, uso de tecnologia, economicidade, uso do trabalho, entre outros. O segundo aspecto remete ao desenvolvimento agrário, que envolve as relações com a sociedade em diferentes dimensões e não apenas a agrícola. A definição de desenvolvimento rural inclui também a participação do Estado, esfera com legitimidade política, apresentando propostas e buscando atingir metas nas ações para desenvolver o meio rural. O objetivo do desenvolvimento rural é buscar melhorar as condições de vida da população residente no meio rural (NAVARRO, 2001).

O meio rural é, também, um espaço específico e diferenciado, socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, possuindo uma realidade própria com particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. Wanderley (2001) coloca o espaço rural como tendo uma dupla face: a primeira, enquanto espaço físico diferenciado, em que a construção social do espaço rural é resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais como a água, a conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade; a segunda, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e identidade); lugar de onde se vê e vive o mundo (cidadania e inserção do homem rural na sociedade).

No entanto, é importante para o desenvolvimento do meio rural considerar duas vertentes teóricas: a que se refere à dimensão territorial, considerando o papel das instituições que tem por objetivo atender às questões sociais, e a do capital social disponível, dando a devida importância às condições institucionais e às estruturas sociais na configuração do território (ABRAMOVAY, 2000). Deste modo, o rural é uma base territorial com características

específicas que contemplam não somente aspectos físicos (superfícies verdes ou naturais), mas sim atitudes e representações simbólicas da ruralidade.

Neste contexto, o desenvolvimento rural está vinculado a uma base territorial, local ou regional e suas interações com os agentes sociais e os setores produtivos, desenvolvendo diferentes funções que se modificam ao longo do tempo. A função produtiva exclusiva da produção agrícola passa a incorporar atividades como o artesanato e o turismo rural; a função populacional no passado fornecedora de mão de obra para a indústria, hoje passou a necessitar de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que mantenha a população no meio rural e por último a função ambiental visando a criação e proteção de paisagens, florestas e o meio ambiente como um todo (KAGEYAMA, 2008).

A partir das diferentes visões do rural se faz necessário, para pensar o desenvolvimento, o uso de medidas que revelem se o rural está realmente sendo atendido pelas políticas públicas no que se refere à infraestrutura social e econômica. A utilização de alguns indicadores pode ser reveladora quanto às necessidades que precisam ser atendidas pela população rural, para que assim possam estar envolvidas e participando do processo de desenvolvimento.

Sendo assim, o rural é um território socialmente construído com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades, representado pela complementaridade do rural com as cidades ou urbano, da produção e consumo (mercado), das funções atribuídas ao rural e por meio das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade. Logo, o agricultor familiar é o principal agente na construção do campo até os dias atuais, e seu protagonismo é discutido no tópico a seguir.

2.2 O protagonismo da agricultura familiar

A agricultura familiar é um setor-chave para garantir a segurança alimentar e erradicação da pobreza na América Latina, no entanto enfrenta limitações significativas que afetam seu fortalecimento. Estimular o potencial produtivo da agricultura familiar e fortalecer os territórios rurais é a chave para um desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2016).

A partir de 1950 a agricultura brasileira se transformou, passando por um processo de modernização, desencadeando mudanças na base técnica produtiva agrícola, resultando em transformações na organização econômica e social do país. Tal modernização se deve ao fato da predominância da industrialização e da urbanização, difundidos amplamente pela revolução verde. Nos anos 1970, buscando promover o desenvolvimento rural, houve significativa

disponibilidade de recursos para a agricultura, sendo o crédito rural a principal política agrícola governamental.

Ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural. Como resultado de uma confluência única de fatores, o reconhecimento à agricultura familiar é decorrência de lutas dos mais diversos setores da gestão pública, dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, os quais passaram a reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

A expressão agricultura familiar, dentro do contexto brasileiro, emergiu a partir da década de 1990 (século XX). Nesse período ocorreram dois acontecimentos que tiveram grande impacto social e político no meio rural. Os movimentos sociais do campo, dirigidos pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e a inserção da agricultura familiar no cenário social e político, com a implantação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja finalidade era de conceder crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais e o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver a mão de obra rural e ampliar a oferta de alimentos. Além desses dois elementos, pode-se destacar um terceiro, a retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, o que até então gerara pouco interesse dos pesquisadores (SCHNEIDER, 2009).

Enquanto no âmbito político-institucional uma série de movimentos reivindicava um novo olhar com relação à realidade dos pequenos produtores, na academia produziam-se estudos com vistas à compreensão sobre o lugar e a importância da agricultura familiar. Dentre esses estudos, pode-se destacar a pesquisa comparativa internacional coordenada por Hugues Lamarche (1993), da qual participaram vários pesquisadores brasileiros; o livro de José Eli da Veiga (1991) abordando o desenvolvimento agrícola desde uma perspectiva histórica; e a tese de Ricardo Abramovay (1992) revelando a agricultura familiar como base do capitalismo agrário moderno nos países desenvolvidos (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

A agricultura familiar, para Wanderley (1999), não é uma categoria social recente, no entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, assume ares de novidade e renovação. Discute-se o agricultor familiar como um novo personagem, um pouco diferente do camponês tradicional, embora as semelhanças destes sejam muitas, principalmente no que concerne à integração família-empresa, as grandes

diferenças são basicamente duas: o grau de integração aos mercados e a própria limitação desses mercados.

Em sua tese, Abramovay (2007) propõe, como sugere o título, um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para o autor, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. Salienta-se ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma moderna de produção familiar.

Sendo assim, a agricultura familiar pode ser entendida

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1999, p. 25).

Guanziroli e Cardim (2000, p. 8), coordenadores do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, delineiam agricultura familiar a partir de três aspectos centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, considerada a lei da Agricultura Familiar, define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.1).

Os módulos fiscais são uma unidade de medida agrária usada no Brasil instituída pela Lei Nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em consideração o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada, a distância dos grandes centros e o conceito de propriedade familiar. O tamanho do módulo fiscal, em hectares, para cada município está fixado na Instrução Especial de 1980 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No Rio Grande do Sul, o valor médio de um módulo fiscal varia entre 7 (sete) e 40 (quarenta) hectares. Mais precisamente no município de Rolante/RS, um módulo fiscal corresponde a 18 (dezoito) hectares, onde um agricultor familiar possui entre 1 (um) e 72 (setenta e dois) hectares (INCRA, 2013).

A agricultura familiar, portanto, pode ser compreendida como forma de organização produtiva, a qual leva em consideração as necessidades e objetivos da família, onde gestão e trabalho são fatores intimamente relacionados. Ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho na propriedade. A maioria das definições de agricultura familiar baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola.

No que diz respeito à contextualização geral do rural brasileiro, em conformidade com o censo agropecuário de 2017, foram identificados mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam em torno de 41% da área total do país. Destes estabelecimentos, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar ressalta que em torno de 80% são propriedades rurais de agricultores familiares. A agricultura familiar produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Partindo deste cenário, a agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo (SAF, 2018).

Logo, a agricultura vem se consolidando como um importante objeto de desenvolvimento econômico e social a partir de um crescente reconhecimento por parte do Estado, idealizada por uma trajetória de lutas sociais e de debates acadêmicos. Se percebe a pluralidade da agricultura familiar, a contribuição da diversidade de culturas e de atividades

para uma economia mais equilibrada, e um padrão mais sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, Kageyama (2008) enfatiza que o desenvolvimento rural deve envolver a agricultura familiar em suas pautas, uma vez que contribui por meio da sua pluriatividade a impulsionar os sistemas produtivos locais. A diversificação agrícola e a menor concentração fundiária vêm a substituir o enfoque produtivista da modernização da agricultura, mostrando sua importância para a equidade social.

Ao se discorrer sobre a pluralidade da agricultura familiar, refere-se a um “Novo Rural”, que além da produção agropecuária, também se dedica à garantia da qualidade dos alimentos, a manutenção do potencial produtivo do solo, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um contexto econômico e social rural, e diversificação das atividades rurais. O conjunto de atividades não-agrícolas - tais como prestação de serviços (pessoais, de lazer, ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - vem respondendo cada vez mais pela nova dinâmica ocupacional do meio rural brasileiro (FROEHLICH; DIESEL, 2009).

Essa nova ruralidade compreende também uma expressão singular de migração urbana para o rural, o movimento denominado “neo-ruralismo”. Os neo-rurais procuram instalar-se na área rural com vistas à criação de projetos pluriativos de atividades no campo. De acordo com Giuliani (1990, p. 1) “a volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, o ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas [...] são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo”. Essas novas formas de ida para o campo podem fomentar um desenvolvimento rural sustentável e superar os estereótipos ligados aos produtores e suas formas produtivas. A seguir se abordará a relação entre a agricultura familiar e o mercado.

2.3 O elo entre agricultores familiares e o mercado sob a perspectiva da sociologia econômica

A relação entre mercados e a agricultura familiar permaneceu ausente nas reflexões e análises socioeconômicas entre os estudiosos até poucas décadas atrás. No âmbito internacional, a temática tem despertado interesse em autores como Richard Swerdberg, Neil Fligstein e John Lie, já no Brasil, Ricardo Abramovay e o John Wilkinson passaram a ser

referência importante no estudo dos mercados na agricultura familiar sob a perspectiva da sociologia econômica.

O trabalho de Abramovay (2007) aponta para o desenvolvimento de um segmento dinâmico de produtores rurais capazes de se integrar ao sistema de crédito, ter acesso a inovação tecnológica e integrar-se a mercados competitivos. O dinamismo em questão é resultado das transformações ocorridas no espaço rural dos países capitalistas pós-guerra. O estudo dos mercados sob a ótica sociológica é essencial, uma vez que é necessário compreender como se organizam, quais são as forças sociais que os regem e como são construídas as relações de poder que permitem a existência de distintas formas de interação nestes espaços socioeconômicos.

No entanto, a problematização dos mercados e a discussão sobre a inserção dos agricultores familiares embasadas na vertente sociológica ainda gera desconforto por parte daqueles que somente compreendem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado. Este fato contribuiu para que estudos sobre os mercados, principalmente entre os estudiosos sociais rurais, ficassem ao encargo dos economistas (SCHNEIDER, 2016).

A crítica de Wilkinson (2002) parte do princípio de que a teoria econômica pouco oferece para pensar a realidade das pequenas propriedades rurais, sobretudo quando estas deixam de ser simples fornecedores das cadeias agroindustriais tradicionais e buscam uma inserção autônoma nos mercados. North (1955), em sua teoria da localização e crescimento econômico regional, até enfatizou que uma produção bem-sucedida na agricultura pode ser considerada fator principal de indução do crescimento econômico, mas com vistas a exportação de *commodities*, e a agricultura familiar objetiva a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno.

O conceito fundador da economia sociológica é o de *embeddedness*, ou seja, o “enraizamento da economia”, um conceito que Granovetter (1974) buscou em Karl Polanyi (1886 – 1964) e o retrabalhou numa forma original (WILKINSON, 2002). Os trabalhos de Polanyi ofereceram contribuições importantes para a abordagem teórica em questão. O autor demonstrou que a economia não está alheia das relações sociais e que os mercados são decorrentes de relações sociais que as pessoas e grupos sociais estabelecem e possuem (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

Em conformidade com Abramovay (2004, p. 2) os mercados devem ser estudados como estruturas sociais, “o estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social”. É

fundamental pensar os mercados também como forma de interação entre os atores, deste modo, os principais conceitos da sociologia econômica aplicados aos estudos dos mercados tem sido o de construção social dos mercados, o de redes sociais e o de *embeddedness*.

A ideia da construção social dos mercados leva em consideração que os mercados podem ser diferenciados em vários aspectos e variáveis como no seu tamanho, estrutura, extensão, integração, dinâmicas, dentre outros aspectos, opondo-se a teoria econômica neoclássica, em que o mercado é visto como um ente único e abstrato em termos de existência. Além disso, os mercados são definidos nos processos de interação social entre os atores econômicos que participam de sua construção e não autorregulados somente pelas formas de agregação das individualidades das curvas de demanda e da oferta (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

No que se refere ao conceito de redes sociais, Granovetter (2005) enfatiza que relações mercantis não possuem apenas aspectos econômicos, como preços e quantidades, mas passam pelos padrões de interação sociais que os diferentes atores vão conseguir construir nos mercados, que são determinados por aspectos sociológicos, como a confiança, o não logro, a racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade, de interconhecimento existentes, etc. Segundo o autor, as relações dentro de uma rede social e sua densidade são determinantes nas escolhas econômicas dos envolvidos. Granovetter (2007) ressalta ainda que o papel das relações pessoais ou redes sociais dessas relações são originadas na confiança e no desencorajamento da má-fé. A preferência dominante está em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida.

[...] as distinções culturais são determinantes na conformação das redes, mas estas são mantidas como variáveis independentes, o que permite que Granovetter elabore uma tipologia da relação entre redes sociais e ação empresarial bem-sucedida. Ele conclui que as redes mais propícias à promoção de iniciativas empresariais são caracterizadas por uma solidariedade forte, que, ao mesmo tempo, tem limites estreitos e bem definidos (WILKINSON, 2002, p. 813).

As relações de confiança permitem que as lógicas mercantis sejam mediadas por outras dimensões, tornando os componentes econômicos, como preços, por exemplo, variáveis secundárias na compra de um produto. Essas relações de confiança podem assumir distintas formas. Para Cassol e Schneider (2017), há consumidores que atribuem a confiança aos selos de certificação que garantem a confiabilidade do produto, considerados critérios técnicos. Mas também há aqueles que a confiança decorre de critérios tácitos, “tais como relações de amizade, compartilhamento de representações e de valores ou mesmo preocupações políticas

relacionadas a manutenção do rural e da pequena agricultura” (CASSOL; SCHNEIDER, 2017, p. 197).

A noção de *embeddedness* é pautada na ideia de Polanyi (2000), onde economia e sociedade são mutuamente enraizadas. O autor salienta que o viés econômico do mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana, onde a sociedade de mercado não emerge naturalmente, ela é construída pelos indivíduos. Identificou dois princípios de comportamento fundamentais: a reciprocidade e a redistribuição. O primeiro leva em consideração o comunitarismo, solidariedade, parentesco e cooperação, já o segundo, a hierarquia, coesão social, contratos e regras. Em sua concepção, a economia, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado. A retomada do conceito do enraizamento mostrou-se como elemento chave na elaboração de uma abordagem sociológica dos mercados (FERRARI, 2001).

Goodman (2017) tomando por base a concepção de *embeddedness*, discorre sobre valorização territorial. Os agricultores devem utilizar fontes inexploradas de valor agregado como estratégia de substância agrícola, e a demonstração de procedência territorial é uma delas. A valorização dos atributos locais, frente a produtos “sem origem da agricultura produtivista”, é conceituada de diferentes modos, é vista como reintegração, ressocialização e/ou realocização dos sistemas alimentares.

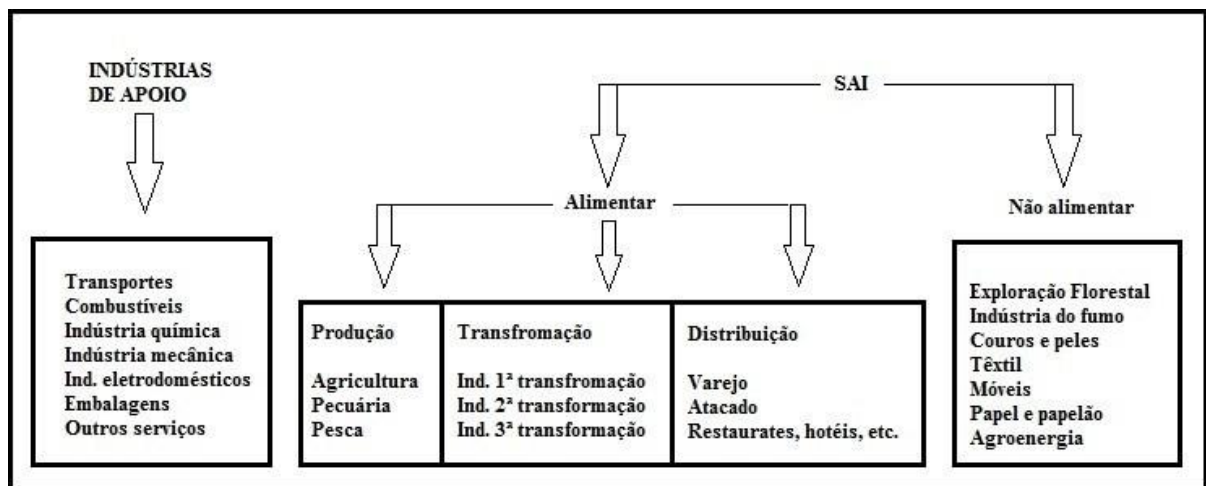
Com base na contextualização da abordagem da sociologia econômica apresentada, Schneider (2016, p. 95) aborda de modo claro a inserção dos agricultores familiares neste cenário.

A inserção ou a relação dos agricultores nos mercados é um fato dado e observável cotidianamente. Raros são os agricultores que vivem de forma autóctone e não realizam trocas simples ou até mesmo se relacionam com mercados mais complexos. Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivos para conflitos, protestos e disputas, na medida em que os mercados assumem estas características sociais, eles reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e ação dos indivíduos.

No entanto, Conterato et al., (2011) enfatizam que a temática acerca da distribuição e da circulação dos produtos provindos da agricultura familiar foi ignorada pelos estudiosos em quase todas as vertentes teóricas. O debate estava centralizado nas *commodities* e na mercantilização da agricultura, inserindo os agricultores familiares em circuitos longos da cadeia agroindustrial e nos mercados de insumos e produtos, como podemos ver na figura 1.

Tradicionalmente, os empreendimentos familiares rurais são considerados parte integrante do Sistema Agroindustrial (SAI), representando a produção alimentar através do fornecimento de matérias-primas iniciais e o grupo de atividades não alimentares, além de localizar-se entre dois oligopólios, de um lado, as indústrias de apoio ou mercado de insumos e, do outro, o de transformação e distribuição (UECKER; UECKER; BRAUN, 2005).

Figura 1 - Sistema Agroindustrial



Fonte: adaptada de Batalha e Silva (2012, p. 12).

Em seu livro, referência nos estudos sobre mercados na agricultura familiar brasileira, Wilkinson (2008) iniciou sua análise pelas cadeias agroalimentares, demonstrando as restrições existentes e os padrões cada vez mais desleais de competitividade a que os pequenos produtores são submetidos. Segundo o autor, os mercados alternativos, especialmente os nichos e mercados de proximidades, oportunistados por novos produtos, como por exemplo a demanda pela artesanidade (*slow food*) ou os relacionados a sustentabilidade (orgânicos, agroecológicos, etc.), são novas oportunidades para os agricultores familiares se inserirem no mercado. No Quadro 1, o autor representa um panorama geral sobre os tipos de mercados em que estão inseridos os agricultores familiares no Brasil.

Quadro 1 - Tipologia de mercados para a agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafios
<i>Commodities</i>	Velhos e novos mercados locais e a distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades (de nicho)	Discriminado por grau de associação com a localidade /Tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação à saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala, pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, variabilidade, qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variabilidade, escala

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17)

Com base na tipologia apresentada por Wilkinson (2008), Schneider (2016) expõe uma nova classificação, não apenas para segmentar as formas de compra e venda de produtos e mercadorias, mas explicar as dinâmicas de interação e processos de diferenciação da categoria social dos agricultores familiares. A nova proposta contempla os mercados como *locus*, lugar ou espaço no qual ocorrem as transações, mercados como um princípio de ordenamento social e como uma construção social.

No que concerne ao *locus* em que as interações mercantis ocorrem, é preciso observar que os mercados em que os agricultores familiares atuam se distinguem conforme o espaço em que ocorrem as trocas e os objetivos perseguidos pelos agentes que as realizam. Quando os mecanismos de troca interpessoais cedem lugar as formas de intercâmbio mercantilizadas, o mercado passa a funcionar como princípio alocativo de recursos e ordenamento da economia e também a reger as instituições sociais. Pode se dizer que todos os mercados são de algum modo socialmente construídos e, portanto, as relações econômicas estão imersas em redes de relações sociais, políticas e culturais que funcionam como instituições que orientam as práticas e geram um sistema de regras e dispositivos que regulam o ordenamento da vida social (SCHNEIDER, 2016).

A seguir apresenta-se a tipologia dos mercados da agricultura familiar proposta por Schneider (2016). Inspirada na proposta de Wilkinson, da qual apontou algumas limitantes, como: quais elementos ou indicadores permitem distinguir o perfil de um tipo de mercado do outro. Por exemplo, os mercados de orgânicos podem tanto atender a canais convencionais dos supermercados, assim como podem atender mercados alternativos. Além disso, a tipologia de Wilkinson trata as formas de acesso dos agricultores de modo homogêneo, mas sabe-se que produtores que acessam o mercado das *commodities* são muito distintos daquelas que acessam mercados do tipo orgânico ou solidário.

A proposta de Schneider leva em consideração quatro tipos de mercados, os quais se distinguem entre si pelo tipo de agricultor que os acessa, o *locus* e/ou alcance espacial, a natureza ou características dos mercados, as formas de regulação ou controle existentes e os canais de comercialização utilizados.

Quadro 2 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar

	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas e modelos de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; produtor de excedentes	<i>Spot</i> ; Venda direta; Somente local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadoria	<i>Spot</i> ; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação de vendas; - Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção pública	Contratos Públicos + Leis	- Alimentação escolar - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs, hospitais, universidades, forças armadas; Entidade assistencial; Estoques governo

Fonte: Schneider (2016, p. 127).

Esta nova tipologia proposta contempla os mercados como *locus*, lugar ou espaço no qual ocorrem as transações, mercados como um princípio de ordenamento social e, por fim, mercados como uma construção social. Não é apenas para segmentar as formas de compra e venda de produtos e mercadorias, mas explicar as dinâmicas de interação e processos de diferenciação da categorial social dos agricultores familiares.

Logo, tipos puros de mercados não existem na realidade, “pois os processos de interação dos agricultores com o mercado são dinâmicos, ascendentes e descendentes, horizontais e verticais, caracterizando-se pela mobilidade e inconsistência” (SCHNEIDER, 2016, p. 130). Os mercados são socialmente construídos e estão imersos e enraizados em relações sociais e econômicas. Procura-se evitar a contraposição entre mercados capitalistas *versus* não capitalistas, alternativos ou solidários. Em conformidade com Polanyi (2000), cada sociedade oferece espaço para que existam e coexistam distintas formas de interação social.

A singularidade do produto está imersa em um sistema de valores e práticas específicas. O desenvolvimento de redes alimentares alternativas está remodelando o espaço rural. Estas redes unidas aos novos padrões de consumo, os quais valorizam práticas tradicionais e/ou artesanais da produção de produtos vinculados aos locais de origem, tem desafiado o sistema agroalimentar moderno (STRATE; CONTERATO, 2019).

O estreitamento das relações entre agricultura familiar e os mercados agroalimentares objetiva promover o desenvolvimento sustentável do setor e um maior consumo de produtos de procedência e qualidade regional e/ou local, propiciando também a segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, a discussão em torno do conceito de “cadeias curtas” torna-se fundamental para os estudos acerca da dinâmica dos mercados da agricultura familiar.

2.4 Produtores e consumidores em (re) conexão: as cadeias agroalimentares curtas

Na dinâmica do desenvolvimento regional, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) tem como um de seus desafios a promoção de sistemas alimentares inclusivos, eficientes e favoráveis a alimentação saudável. A organização visa fortalecer iniciativas locais a fim de reduzir a dependência de importações agroalimentares. Nesse sentido, a promoção dos circuitos curtos de comercialização no sistema alimentar é essencial para aumentar a disponibilidade e diversidade de alimentos, contribuindo para melhorar os meios de subsistência das famílias rurais (FAO, 2016).

Com base nos tipos de mercados para agricultura familiar apresentados, percebe-se que as diferenças residem na escala em que são produzidos os alimentos e nas diferentes formas de estruturar o social e o material da agricultura, ou seja, o modo como os atores se relacionam com o processo de produção e a localidade. Ploeg (2008, p. 18, grifos do autor) salienta que “os diferentes modos de estruturação afetam profundamente a magnitude do *valor agregado*, sua

redistribuição, bem como a *natureza, qualidade e sustentabilidade* dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos”.

As interligações entre os agricultores familiares e a sociedade em geral, se dá de distintas formas, no entanto Ploeg (2008) destaca dois modelos dominantes, os circuitos curtos e descentralizados e os impérios alimentares. O primeiro estabelece maior conexão entre a agricultura e a sociedade. O segundo é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala global. A criação de *desconexões* é o conceito-chave para se entender o funcionamento do império, onde a produção e o consumo de alimentos estão cada vez mais desconectados entre si, tanto no tempo como no espaço.

Nesse sentido, Schneider e Gazzola (2017, p. 9) afirmam que:

Há algo profundamente errado com o modo como se produz e consome alimentos na nossa sociedade. De um lado, se produzem cada vez mais fibras e matérias-primas agroalimentares e aumentam os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Por outro, os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados, mas a quantidade de pessoas obesas e malnutridas em decorrência do tipo de comida que ingerem só faz crescer. Em meio a isso, quem realmente se beneficia são as empresas que produzem e distribuem os alimentos, especialmente as grandes redes de supermercados e as lojas de *fast food* globais. Chegamos a um ponto em que, no século XXI, há oferta suficiente para alimentar toda a humanidade, mas convivemos com a fome e a malnutrição, e a insatisfação dos produtores (agricultores) e dos consumidores.

Em conformidade com o relatório de projeções do agronegócio 2017/2018 – 2027/2028 divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018), estima-se que no Brasil a produção de grãos deva crescer 24% no período, destacando-se milho, soja e trigo. Já a produção de carnes (bovina, suína e aves) deverá ter um crescimento de 28%, tornando o Brasil o celeiro do mundo na produção de alimentos e caminhando no sentido a fomentar os impérios alimentares.

Frente a projeções de *commodities*, tem-se o Relatório Anual da FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de 2017. O documento em questão aponta para um aumento da fome mundial, a qual alcança 815 milhões de habitantes; 11% da população em desnutrição crônica; um aumento da obesidade, 13% da população mundial; 41 milhões de crianças com sobrepeso; e 613 milhões de mulheres em idade reprodutiva com anemia. Sob essa realidade, investir em *commodities* para alimentar o mundo talvez não seja a melhor estratégia de desenvolvimento, uma vez que não se deve levar em consideração apenas alimentos em quantidades suficientes, mas alimentos com qualidade e diversidade de modo a satisfazer as necessidades nutricionais.

Como aponta Marsden (1998, p. 107) “os mercados de alimentos estão se tornando mais diferenciados com base em uma série de critérios socialmente construídos sobre qualidade dos alimentos”, resultando no surgimento de novos mercados e Redes Alimentares Alternativas (RAAs), como por exemplo as Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (CCAAs). Um contexto de uma série de mudanças nos elos da cadeia agroalimentar fomenta o surgimento de novos circuitos alimentares. Essas mudanças são consequência de um aumento geral de preocupação do público com questões como ecologia e saúde, e pela crescente falta de confiança na qualidade dos alimentos dispostos nas prateleiras dos supermercados (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Os referidos autores enfatizam que a reconfiguração das cadeias de abastecimento alimentar é um mecanismo importante de estímulo a novas práticas de desenvolvimento rural. As CCAAs constituem importantes canais para a criação de novos vínculos entre agricultura e sociedade, aproximando os consumidores da origem de seus alimentos. Esses produtos caracterizam-se em função do local e com isso constroem-se vínculos diretos entre a atividade agrícola, a natureza rural e os recursos locais. O encurtamento das relações entre produtor e consumidor promovem a reintegração da agricultura familiar a modos de produção sustentáveis. Ademais, os circuitos curtos permitem preços mais acessíveis ao consumidor e maior renda ao produtor, uma vez que não se tem a presença dos intermediários.

A ênfase dos estudos acerca do papel das CCAAs para o desenvolvimento rural deu-se a partir do estudo de Marsden, Banks e Bristow (2000) na Europa. Os resultados demonstram que de um total de aproximadamente sete milhões de propriedades agrícolas, cerca de 33,5 % estavam envolvidas com os circuitos curtos, por meio de vendas diretas, produção de especialidades na propriedade e agricultura orgânica. Identificou-se novas relações entre os atores locais e os novos experimentos e inovações reconfiguram o natural, a qualidade e o valor regional. Se destaca ainda as inter-relações das CCAAs com outras práticas de desenvolvimento rural – agroturismo e gestão de natureza e paisagem –com vistas a um desenvolvimento combinado e paralelo das atividades.

De acordo com a literatura (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003), há três tipos principais de CCAAs, a saber: Face-a-face, de proximidade espacial e as ampliadas, como pode ser verificado na figura 2.

Figura 2 - Diferentes mecanismos de ampliação das cadeias curtas de abastecimento de alimentos (CCAAs) no tempo e no espaço

CCAAs Face-a-face	↔	CCAAs próximas	↔	CCAAs ampliadas
Tendas rurais		Grupos de tendas rurais		Selos de certificação
Feiras de agricultores		Marcas regionais		Códigos de produção
Venda de beira de estrada		Cooperativas de consumidores		Efeitos de reputação
Colha e pague		Agricultura de base comunitária		
Cestas prontas		Roteiros temáticos (articulações no espaço)		
Venda de porta em porta		Eventos especiais, feiras (articulação no tempo)		
Encomendas		Mercearias locais, restaurantes, empreendimentos turísticos		
E-commerce		Varejistas “dedicados” (por exemplo, lojas de alimentos integrais, especializados ou dietéticos)		
		<i>Catering</i> para instituições (cantinas, escolas)		
		Vendas para emigrantes		

Fonte: Renting, Marsden e Banks (2017, p. 36).

As cadeias curtas face-a-face baseiam-se essencialmente em interações diretas entre produtores-consumidores, sendo a autenticidade, a confiança e a qualidade dos alimentos mediadas pelo contato pessoal. As CCAAs próximas ampliam seu alcance além da interação direta e apoia-se essencialmente em relações de proximidade, onde a cooperação entre agricultores, por exemplo, diversifica a variedade de produtos oferecidos aos consumidores sob a perspectiva da criação de uma marca de especialidade regional. Já os circuitos curtos ampliados, objetivam a venda dos produtos para consumidores fora da região de produção, incorporando informação de enraizamento local impressa na embalagem, visando conectar o consumidor ao local/espço de produção (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Um aspecto importante para a inserção da agricultura familiar nos mercados é o fortalecimento de suas organizações. Isso não significa apenas encurtar as cadeias de comercialização, mas também construir relações de confiança e um vínculo com as economias locais. Este processo de aproximação entre produtores e consumidores consiste em reconstruir elos de pessoa a pessoa, os quais caracterizam as interações socioeconômicas de compra e

venda. O consumidor é um agente primordial no estudo destes circuitos, uma vez que estes não mais confiam somente em rótulos e certificados impressos nas embalagens dos produtos.

No que se refere a estudos sobre o consumidor das CCAAs, Goodman (2017) enfatiza que o referido tipo de comercialização traz consigo a promessa de acesso mais democrático a produtos locais e orgânicos, contudo pesquisas mostram que as relações sociais de consumo são altamente desiguais.

Preços consideravelmente mais altos, compromissos de tempo-espço necessários para adquirir e preparar alimentos alternativos e locais, e os respectivos conhecimentos envolvidos sugerem a exigência de níveis significativos de capital econômico e cultural para se ter acesso a esses sistemas de abastecimento. Além disso [...] observou que vem surgindo um setor *premium* de orgânico (GOODMAN, 2017, p. 68).

Enquanto o conhecimento alimentar não é prioridade exclusiva das elites afluentes, o poder de optar por não consumir o convencional está, claramente, limitado pela renda e desigualmente distribuído (GOODMAN, 2017, p. 71 - 72).

Frente ao exposto, o autor salienta ainda que as políticas públicas para abastecimento alimentar, no caso do Brasil o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), objetivam o acesso a alimentos nutritivos saudáveis a grupos minoritários. Para se tratar de modo abrangente a questão do acesso desigual a SAN, as compras públicas de alimentos deveriam ser prioritárias em uma política nacional, objetivando fortalecer a produção de alimentos da agricultura familiar e a alimentação e suas consequências sobre a saúde da população.

Todavia, as RAAs e CCAAs são pautadas na diversidade de formas de produção e consumo local de alimentos, embasadas na valorização territorial, relações sociais e de confiança por meio da compra de alimentos ditos de qualidade. Importante frisar, de acordo com Cassol e Schneider (2017), que estes espaços não são opositores ao modelo convencional de produção alimentar. O que as distingue é a conjuntura destes espaços capazes de reconectar produtores e consumidores, revalorizando conhecimentos em torno dos alimentos e propiciando novas práticas e estratégias de desenvolvimento rural.

Logo, considera-se que há uma relação sinérgica entre agricultura familiar, políticas públicas, cadeias agroalimentares curtas e SAN. Para a garantia do direito à alimentação perpassa o fortalecimento da agricultura familiar, essa é responsável por parte considerável da produção diversificada de alimentos – no Brasil 70% dos alimentos produzidos provém da agricultura familiar, contribuindo para a SAN da população em geral. A comercialização por meio das CCAAs proporciona maior autonomia do agricultor diante do contexto social e

econômico. Os canais curtos ou mercados alternativos estão em fase de construção e consolidação, com respaldo na qualidade, *embeddedness* e identidade cultural da agricultura familiar. Esse conjunto de características é valorizado pelos consumidores, que buscam alimentos saudáveis e de procedência garantida (FERRARI, 2011; POZZEBON, RAMBO, GAZOLLA, 2018).

Este capítulo foi dedicado a explicitar os fundamentos teóricos que sustentam a presente pesquisa. A seguir descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do estudo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta dissertação, contemplando o tipo de pesquisa, unidade de análise, sujeitos da pesquisa, coleta de dados, análise e interpretação dos dados, e questões éticas compreendem este capítulo.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente estudo classifica-se quanto a sua abordagem como quantitativa e qualitativa, visto que se esteve interessado em experiências, interações e documentos em contextos particulares para se analisar determinados indivíduos, buscando detalhar como as pessoas constroem o mundo a sua volta, oferecendo uma rica construção de conhecimentos, além de enfatizar a objetividade e a os atributos mensuráveis da experiência humana.

Considera-se também o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2013), que qualifica a pesquisa em relação a dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins a presente investigação é descritiva e exploratória, a qual compreende o desenvolvimento de proposições e ações, aprofundando o tema de forma teórica e relacionando a outros assuntos que cercam os objetivos da pesquisa. O estudo buscou descrever, registrar, analisar e interpretar os fatos com o intuito de compreendê-los e analisá-los. A descrição é a base para interpretações de dados mais abstratos e para o desenvolvimento de teoria. A pesquisa descritiva procura descobrir a relação e conexão de um fenômeno com outros, sua natureza e suas características (MARCONI; LAKATOS, 2011; VERGARA, 2013).

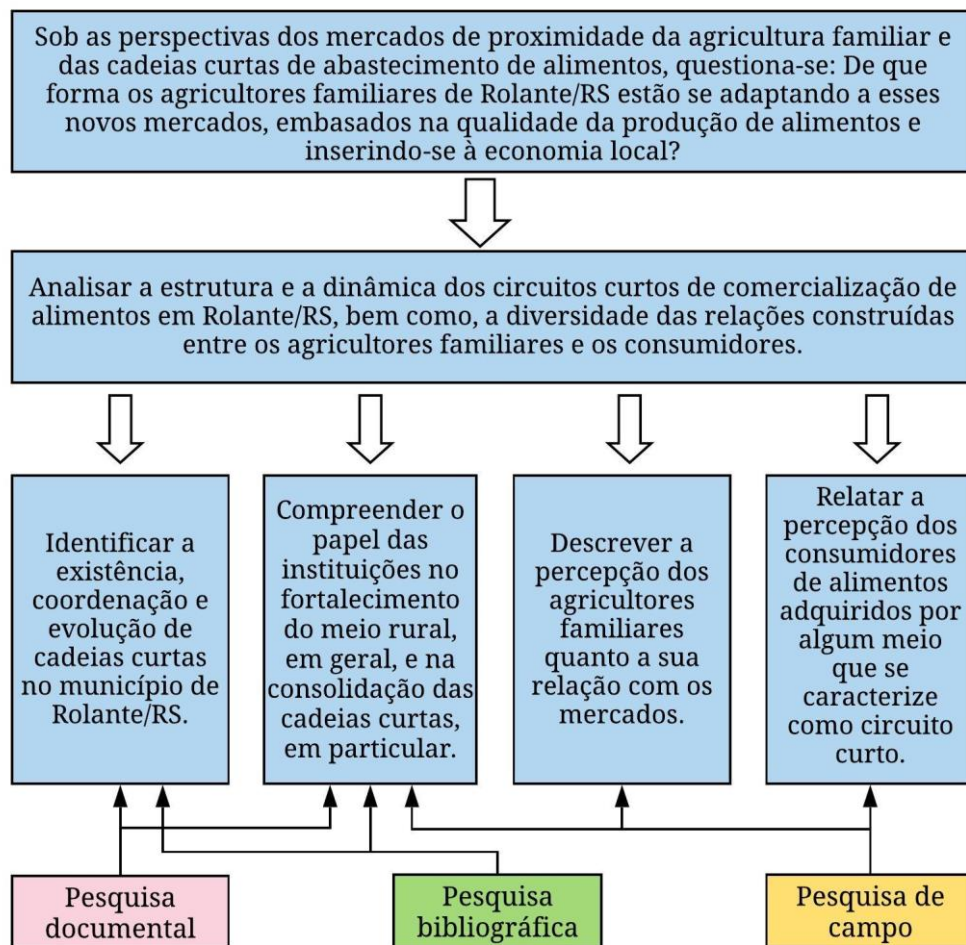
Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho se realizou uma investigação acerca dos seguintes assuntos: desenvolvimento regional, agricultura familiar, teoria da sociologia econômica e cadeias agroalimentares curtas. Vergara (2013) e Roesch (2012) consideram que a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material disponível ao público em geral e compreende a seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema do estudo, seguida de um relato por escrito.

A pesquisa também se classifica como documental, pois se fez uso de documentos e dados disponíveis nos órgãos públicos ligados ao setor, mais especificamente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Secretaria da agricultura do município de

Rolante/RS. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa de campo, visto que se coletou dados primários necessários ao estudo *in loco*, buscando aproximação com a realidade estudada, sendo a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo” (VERGARA, 2013, p.43).

O desenho da presente pesquisa é apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Desenho da pesquisa



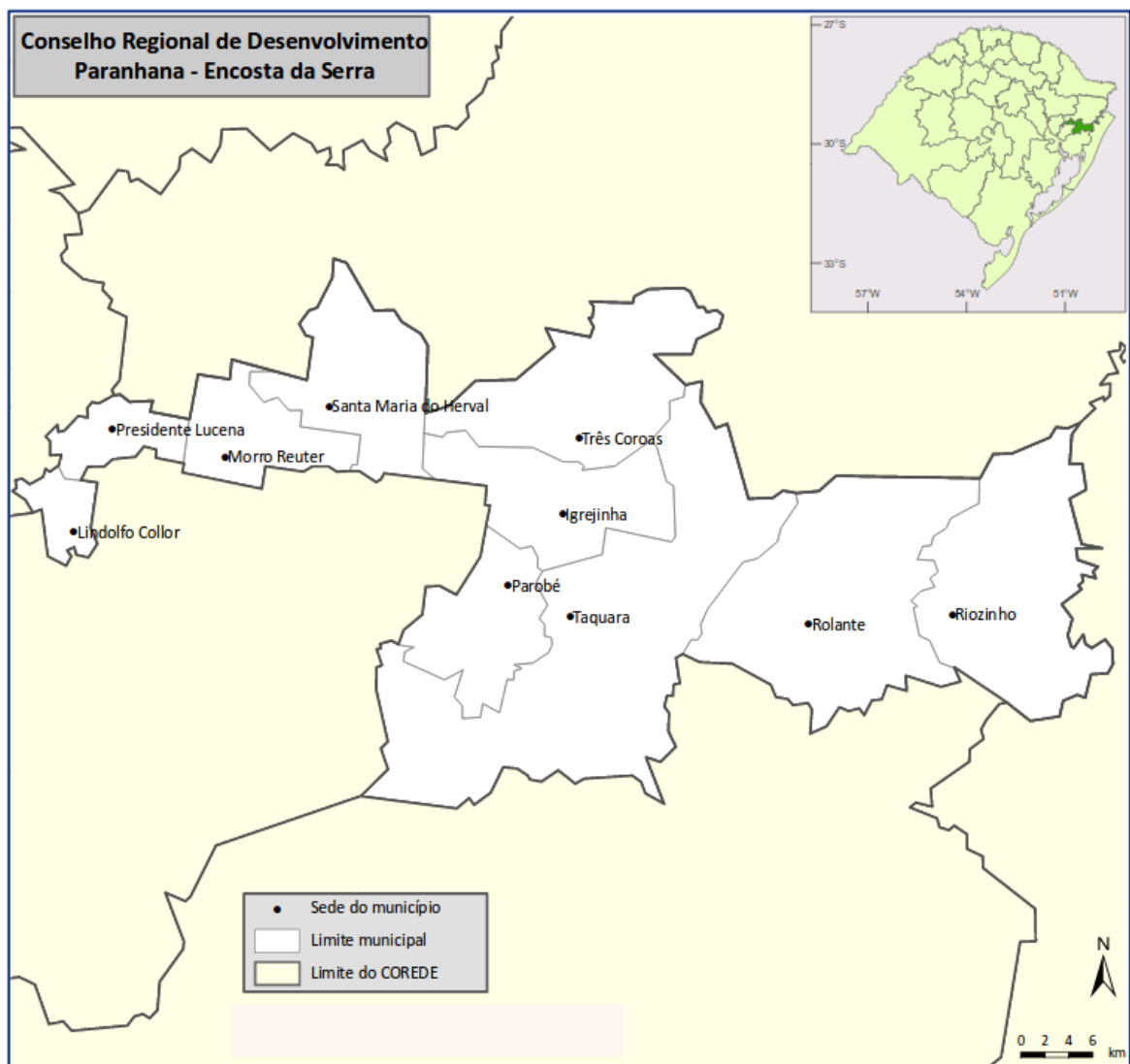
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.2 Unidade de análise

O universo ou população da pesquisa é o conjunto de seres que apresentam pelo menos uma característica em comum (MARCONI; LAKATOS, 2011). Vergara (2013) define como um conjunto de elementos que possuem características que serão objeto de estudo. Desse modo, o universo ou população do estudo em questão compreendeu o município de Rolante/RS.

O município de Rolante faz parte do Vale do Paranhana, na Encosta da Serra Gaúcha e integra a Região Metropolitana de Porto Alegre, e tem como municípios limítrofes: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Riozinho e Taquara. Além disso, integra também o COREDE Paranhana-Encosta da Serra (Figura 4).

Figura 4 – Área de abrangência Corede Paranhana – Encosta da Serra



Fonte: COREDE Paranhana - Encosta da Serra (2019).

O município possui território de 295,6 km² e população em 2010 de 19.485 habitantes, sendo que destes 4.175 (21,43%) são moradores da área rural. A população estimada para 2018 era de 21.199 habitantes (IBGE, 2010). Sabe-se que o foco do estudo é, majoritariamente, a ruralidade do município, justificando a escolha deste devido a sua base agropecuária bastante diversificada, ao aumento de aproximadamente 6,5% na sua população rural de 2000 a 2010, em conformidade com último censo demográfico, e o Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) do município.

3.3 Sujeitos da pesquisa

A população amostral ou amostra do estudo, a qual é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade, é um subconjunto do universo (MARCONI; LAKATOS, 2011). As amostras devem ser representativas, para possibilitar que se relacionem os resultados do estudo da amostra a populações. A amostra do presente estudo é a não probabilística do tipo intencional e por acessibilidade.

Com base na tipologia dos mercados da agricultura familiar apresentados por Schneider (2016) e as CCAAs de Renting, Marsden e Banks (2017), a definição dos sujeitos da pesquisa levou em consideração os Mercados de Proximidade e as CCAAs Face-a-face, ou seja, as iniciativas em que o *locus* e alcance espacial sejam a venda direta e abrangência local, e os canais de comercialização abarcam a compra na propriedade, a entrega a domicílio ao cliente, beira da estrada, feira local e grupos de consumo.

O levantamento realizado evidenciou que no município de Rolante existem, atualmente, a realização de duas feiras de produtores rurais, classificados como “Mercados de Proximidade”, a Feira do Produtor realizada na Casa da Colônia e a Feira Ecológica do Grupo *Jaracatiá*. A primeira conta com a participação de sete famílias, e a segunda de seis famílias, contudo 11 do total de 13 vão diretamente a feira comercializar seus produtos, sendo 11 representantes de agricultores familiares das feiras que compuseram parte da população amostral deste estudo. Se identificou também uma família que trabalha somente com entrega de cestas de produtos produzidos na propriedade a domicílio, compondo também a amostra.

Além dos agricultores, foram sujeitos desta pesquisa também os consumidores e não-consumidores, porém os responsáveis pelas feiras não possuíam o levantamento quantitativo de público que adquire seus produtos nas feiras, assim, responderam o questionário disponibilizado a população de Rolante um total de 130 pessoas.

Além destes, se constituiu também como sujeitos da pesquisa, representantes de órgãos ligados as iniciativas da CCAAs, a saber: Representante da Secretaria municipal de agricultura, Representante da Emater do município, Representante do sindicato dos trabalhadores rurais, Representante da Secretaria de Educação, responsável pela Casa da Colônia e responsável pela criação do Grupo Jaracatiá, totalizando mais seis sujeitos da pesquisa. O Quadro 3 expõe como os sujeitos da pesquisa são identificados na apresentação dos resultados e discussões deste estudo.

Quadro 3 - Sujeitos da pesquisa

INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE	IDENTIFICAÇÃO NO TEXTO
Feira do Produtor	Produtora 1
	Produtora 2
	Produtor 3
	Produtor 4
	Produtor 5
Feira Ecológica	Produtora 6
	Produtora 7
	Produtor 8
	Produtor 9
	Produtora 10
Produtora 11	
Comercialização de cestas em domicílio	Produtora 12
Secretaria municipal da agricultura	Representante 1
Emater	Representante 2
Sindicato dos trabalhadores rurais	Representante 3
Secretaria da Educação	Representante 4
Responsável Casa da Colônia	Representante 5
Responsável Grupo Jaracatiá	Representante 6

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.4 Coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista do tipo semi-aberta e um questionário disponibilizado via ferramenta *Google Docs*. Quanto a entrevista do tipo semi-aberta ou semi-estruturada o roteiro é focalizado, permitindo inclusões, exclusões, mudanças em geral nas perguntas, explicações ao entrevistado quanto a alguma pergunta ou alguma palavra, dando-lhe possibilidade de abertura.

O pré-teste foi realizado ao longo do mês de julho de 2019 com sujeitos de perfil semelhantes aos dos atores sociais participantes da pesquisa, resultando em alterações na redação das questões com o intuito de facilitar o entendimento destas. As entrevistas foram realizadas com agricultores familiares (APÊNDICE A) e com representantes das entidades ligadas as iniciativas CCAAs do município (APÊNDICE B) ao longo dos meses de setembro e outubro de 2019, nas respectivas feiras e local de trabalho. Ressalta-se que as entrevistas só foram iniciadas após a autorização no Termo de Consentimento, disposto no Apêndice D, visando garantir os princípios éticos para realização da pesquisa.

No que se refere ao questionário, este consiste em uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações que venham a responder aos objetivos da pesquisa. Sua aplicação pode ser oralmente junto ao pesquisado ou via formulário *online*, podendo conter perguntas abertas e/ou fechadas (GIL, 2008).

O questionário (APÊNDICE C) objetivou conhecer o público e opiniões acerca das CCAAs de consumidores do município de Rolante e também de não consumidores, com o intuito de identificar o porquê não adquirem seus alimentos via algum meio de comercialização caracterizado como circuito curto. O questionário foi construído na plataforma *Google Docs* e divulgado via redes sociais e e-mails ao longo do mês de novembro de 2019, obtendo um retorno de 130 respostas.

3.5 Análise e interpretação dos dados

Os dados coletados foram apresentados em forma de textos, quadros, gráficos e tabelas. A análise dos textos foi conduzida mediante o método da análise de conteúdo. Bardin (2006) entende que se trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter a descrição do conteúdo das mensagens (falas dos participantes do estudo), permitindo a inferência de conhecimentos relativos às variáveis do estudo. Os gráficos e tabelas resultaram da análise por meio de estatística descritiva dos dados coletados via questionário.

Para o processo de análise e interpretação dos dados foi realizado, primeiramente, a tabulação dos dados coletados por meio eletrônico e a transcrição total dos dados coletados nas entrevistas. Após se deu a organização e interpretação dos dados para se prosseguir com análise dos seus resultados por meio da técnica da análise de conteúdo e estatística descritiva. Para a interpretação dos dados se utilizou também do embasamento teórico para construir uma relação

teórico-empírica, por meio da revisão da literatura e análise das informações obtidas através da coleta de dados, a fim de comparação e embasamento dos resultados alcançados no estudo.

Com base na conceituação de Bardin (2006), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que abrange várias maneiras de analisar materiais de pesquisa. Assim, mediante uma leitura compreensiva das transcrições das entrevistas e dados coletados via *google docs*, foram configuradas as Categorias de Análise do presente estudo, apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Categorias de análise

CATEGORIAS				
1	2	3	4	5
Contexto econômico e social do rural de Rolante/RS	Caracterização das iniciativas de comercialização via circuitos curtos	Perfil dos feirantes e consumidores	Relações construídas entre agricultores familiares e consumidores em virtude da comercialização direta	Desafios e perspectivas do rural, de modo geral, e dos circuitos curtos, em particular

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Logo, o emprego de múltiplas técnicas de coleta de dados e, também, abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa no presente estudo, configurou na aplicação do método de triangulação. Este permite o uso de abordagens metodológicas distintas, assumindo diferentes visões a respeito do problema de pesquisa, comparando e contrastando os resultados estatísticos quantitativos com os achados qualitativos, objetivando a corroboração e validação dos resultados (FLICK, 2013).

3.6 Questões éticas

O projeto de pesquisa que antecedeu este estudo, assim como os roteiros semiestruturados para as entrevistas, questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Taquara sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 17488319.1.0000.8135. A realização das entrevistas ocorreu perante a assinatura do TCLE (Apêndice D) por todos os respondentes, que autorizaram a gravação de áudio. Esses TCLE's constituem-se no mesmo documento para cada sujeito, contendo no cabeçalho e no corpo do

texto a identificação do segmento a que pertence. Os nomes dos participantes foram codificados, para garantir a confidencialidade das respostas.

Neste capítulo foi apresentado o caminho metodológico percorrido na pesquisa, identificando o tipo, a natureza, os objetivos, a unidade de análise, os sujeitos, a coleta, a análise e interpretação dos dados, além das questões éticas que envolvem um trabalho científico.

4 OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM ROLANTE/RS

Este capítulo apresenta os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados, organizados em cinco seções. Os resultados obtidos estão relacionados aos objetivos específicos propostos nesta dissertação, a saber: a) identificar a existência, coordenação e evolução de cadeias curtas no município de Rolante/RS; b) descrever a percepção dos agricultores familiares quanto a sua relação com os mercados; c) relatar a percepção dos consumidores de alimentos adquiridos por algum meio que se caracterize como circuito curto; e, por último d) compreender o papel das instituições no fortalecimento do meio rural, em geral, e na consolidação das cadeias curtas, em particular.

4.1 O rural de Rolante/RS

O cenário do estudo, o município de Rolante, está localizado a 90 km de Porto Alegre integrando a região metropolitana e Reserva Biosfera de Mata Atlântica. Sua economia gira em torno da indústria coureiro calçadista, comércio, serviços e agronegócio. Rolante tornou-se município em 28 de fevereiro de 1955, até então seu território pertencia a Santo Antônio da Patrulha.

Buscando percorrer brevemente a trajetória histórica da localidade, sabe-se que foi em 1882 que teve início o processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes alemães, vindos de São Leopoldo, Taquara e São Sebastião do Caí. Já os ítalo-brasileiros chegaram por volta de 1905, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha e Gramado. Em 19 de abril de 1909, por designação do Governo da Província, Rolante passou a ser Distrito de Santo Antônio da Patrulha. Logo, começaram a chegar as famílias húngaras, seguidas pelas suecas e polonesas. Constituindo assim a formação étnica da população rolantense (NANDI, 2015).

O município de Rolante possui um território de 295,6 km² e uma população, em 2010, de 19.485 habitantes, destes, 4.175 (21,43%) são residentes na área rural, resultante de um crescimento da população rural em relação ao censo demográfico anterior, diferente do que aconteceu em relação à realidade brasileira e a do estado do Rio Grande do Sul (Tabela 1). A população total estimada para 2018 era de 21.199 habitantes (IBGE, 2010).

Ao se analisar a população total de Rolante, do Rio Grande do Sul e do Brasil, é possível perceber que houve um aumento populacional em todos os casos no período apresentado

(Tabela 1). No entanto, a população rural teve uma queda nos números analisados, no estado e no país, resultante do êxodo da população do campo para a cidade. Mas no caso de Rolante, houve um aumento do número de habitantes rurais entre 2000 a 2010. As taxas de êxodo rural no Brasil reduziram o ritmo de crescimento nos últimos anos. Dentre os brasileiros (as) que migram para as cidades a maioria é composta de jovens (IBGE, 2006).

Tabela 1 - Comparativo da população rural de Rolante, Rio Grande do Sul e Brasil

ANO	ROLANTE			RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	Pop. total	Nº de hab. rurais	% da pop. total	Pop. Total	Nº de hab. Rural	% da pop. Total	Pop. Total	Nº de habitantes rural	% da pop. Total
1991	14.795	4.825	32,61	9.138.670	2.142.128	23,44	146.825.475	35.834.485	24.41
2000	17.851	3.923	21.98	10.187.798	1.869.814	18.35	169.799.170	31.845.211	18.75
2010	19.485	4.175	21,43	10.693.929	1.593.638	14.90	190.755.799	29.830.007	15.64

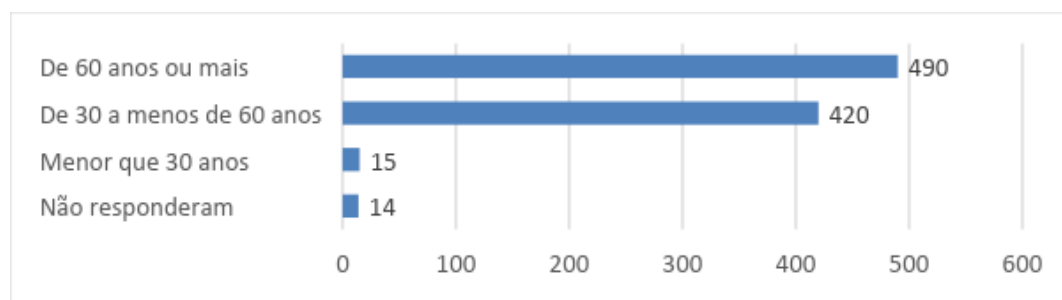
Fonte: Elaborado com base nos dados dos Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em conformidade com os resultados do Censo Agropecuário de 2017, o município conta com 939 estabelecimentos agropecuários, o que representa uma diminuição no número de estabelecimentos em relação ao Censo Agropecuário de 2006, quando Rolante contava com 1.152 propriedades. A área compreendida pelos estabelecimentos é de 17.359 hectares em 2017.

Importante salientar que se considera como estabelecimento agropecuário para o Censo todo terreno de área contínua, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores, a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte, a criação de pequenos animais, a silvicultura ou o reflorestamento, e a extração de produtos vegetais (IBGE, 2006).

A partir da figura 5 é possível verificar um envelhecimento da população rural de Rolante, que corresponde também à tendência de envelhecimento da população total do Brasil.

Figura 5 - Número de estabelecimentos por classe de idade do produtor



Fonte: IBGE (2017).

Observa-se que o país segue a tendência do envelhecimento, levando em consideração o Censo Demográfico de 2010, quando 24,2% da população brasileira era menor de 14 anos, comparado com o Censo demográfico de 1991, quando essa faixa etária representava 34,7% da população. Já a representatividade dos idosos aumentou, pois em 1991 a população com mais de 65 anos era de 4,8% e em 2010 passou a ser de 7,6% (Tabela 2). Estes dados se assemelham com os do cenário do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2010).

Tabela 2 - Estrutura etária da população do município de Rolante/RS

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	4.215	28,49	4.789	26,83	4.098	21,03
15 a 64 anos	9.494	64,17	11.750	65,82	13.551	69,55
População de 65 anos ou mais	1.086	7,34	1.312	7,35	1.836	9,42
Razão de dependência	55,82	-	51,92	-	43,79	-
Taxa de envelhecimento	7,34	-	7,35	-	9,42	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Ao levar em consideração a estrutura etária da população total rolantense em 2010, se verifica que a taxa de envelhecimento aumentou. Como reflexo, tem-se o atual contexto rural do município, onde 52% das propriedades rurais compreendem uma população de 60 anos ou mais (IBGE, 2017).

Na perspectiva de gênero no contexto rural, os homens estão à frente de 82% dos empreendimentos, correspondendo a 774 propriedades, enquanto as mulheres representam 16%, ou seja, 151 estabelecimentos. Este contexto se explica devido ao processo denominado de “masculinização” do meio rural, o qual pode ser resultado dos processos sucessórios acontecidos até a década de 1970, onde as moças na sua maioria migravam para o meio urbano por não ter a oportunidade de herdar a propriedade paterna, já que essa era destinada aos filhos homens mais novos das famílias (ABRAMOVAY et al., 1998).

Especificamente em Rolante, na década de 1970 e 1980, o setor coureiro calçadista estava em ascensão no estado e seu fortalecimento em cidades do entorno, como Novo Hamburgo, Campo Bom e Taquara, impulsionou o surgimento de diversas indústrias no município. Neste período houve o mais significativo esvaziamento do rural, tendo como maior número de saídas mulheres jovens. De acordo com Nandi (2015), tomando por base dados da

Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 1970 Rolante contava com uma população rural de 12.385 habitantes de um total de 14.866, já em 1980 a população rural caiu para 6.278 de um total de 11.769 habitantes. Além da migração do campo para a cidade, é importante salientar que no final da década de 1980 ocorreu a emancipação do município limítrofe Riozinho, e Rolante perdeu parte do seu território, podendo ter influenciado também nos números sobre a população.

No que se refere às atividades econômicas desempenhadas no setor agrícola de Rolante, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 e com Produção Agrícola Municipal (2018), as lavouras temporárias são cultivadas por 363 estabelecimentos, as lavouras permanentes em 123 propriedades, e, 443 estabelecimentos agropecuários cultivam tanto lavouras permanentes quanto temporárias. Com relação às lavouras permanentes, destaca-se a produção da uva e da laranja. Quanto às lavouras temporárias, destacam-se as produções de cana-de-açúcar, milho e de mandioca.

Em relação às culturas permanentes e temporárias, na tabela 3 apresenta-se uma produção agrícola com pouca representatividade na economia do Estado, onde se pode dizer que esta é voltada majoritariamente para o consumo local. A produção de cultura permanente representa 0,40% do valor da produção do Estado e a cultura temporária, 0,11%. Importante salientar que o valor percentual total apresentado é sobre o total do valor da produção do estado levando em consideração apenas as variedades de produtos produzidos no município. Ainda no que se refere a produção agrícola de Rolante, destaca-se o cultivo da goiaba, representando 4,16% do valor da produção do estado.

Tabela 3 - Produção agrícola de Rolante/RS

Culturas Permanentes					
	Rio Grande do Sul (t)	Valor da Produção (R\$)	Rolante (t)	Valor da Produção (R\$)	%
Abacate	4.558	7.351.000,00	4	6.000,00	0,08
Banana	135.311	141.231.000,00	260	260.000,00	0,18
Caqui	33.686	57.883.000,00	200	400.000,00	0,69
Figo	11.741	23.662.000,00	80	240.000,00	1,01
Goiaba	6.314	9.617.000,00	200	400.000,00	4,16
Laranja	367.725	246.775.000,00	1.064	1.064.000,00	0,43
Limão	18.530	23.486.000,00	70	75.000,00	0,32
Noz	3.480	32.836.000,00	52	416.000,00	1,27
Pêssego	146.431	198.952.000,00	100	200.000,00	0,10
Tangerina	144.233	129.845.000,00	165	248.000,00	0,19
Uva	823.698	978.635.000,00	2.003	4.048.000,00	0,41
Total	-	1.850.273.000,00	-	7.357.000,00	0,40

(Continua)

Tabela 3 - Produção agrícola de Rolante/RS

(Continuação)

Culturas Temporárias					
	Rio Grande do Sul (t)	Valor da Produção (R\$)	Rolante (t)	Valor da Produção	%
Abacaxi	4.839	7.305.000,00	14	21.000,00	0,29
Alho	14.801	89.460.000,00	42	420.000,00	0,47
Amendoim	4.326	16.446.000,00	12	60.000,00	0,36
Arroz (casca)	8.401.787	6.086.049.000,00	2.100	1.491.000,00	0,02
Batata-Doce	175.060	178.158.000,00	450	450.000,00	0,25
Batata-Inglesa	406.736	265.415.000,00	360	360.000,00	0,14
Cana-de-açúcar	680.979	95.781.000,00	11.200	1.680.000,00	1,75
Cebola	138.485	110.831.000,00	300	270.000,00	0,24
Feijão (grão)	94.869	223.932.000,00	336	1.194.000,00	0,53
Fumo	357.860	2.991.008.000,00	2	10.000,00	0,00
Mandioca	959.212	950.199.000,00	7.000	7.000.000,00	0,74
Melancia	283.640	144.814.000,00	60	30.000,00	0,02
Melão	18.445	26.151.000,00	26	52.000,00	0,20
Milho	4.557.251	2.331.987.000,00	3.063	1.395.000	0,06
Tomate	98.574	181.761.000,00	190	190.000,00	0,10
Total	-	13.699.297.000,00	-	14.623.000,00	0,11

Fonte: Elaborado com base na Produção Agrícola Municipal (2018).

Sobre a pecuária de Rolante, a tabela 4 apresenta os rebanhos criados no município, destacando-se a atividade leiteira e a produção de aves de corte. A produção de aves se faz presente em 694 estabelecimentos, produzindo anualmente cerca de 48.619.000 milhões de aves. Já a bovinocultura compreende 617 propriedades, com um rebanho total de 9.188 animais e produção leiteira anual de 1.765.000 milhões de litros de leite ao ano.

Tabela 4 - Pecuária no Rio Grande do Sul e no município de Rolante/RS

Rebanhos	Rio Grande do Sul (cabeças)	Rolante (cabeças)	%
Suínos	6.448.514	1.428	0,02
Ovinos	2.648.370	836	0,03
Galinhas, Galos, Frangas, Frangos e Pintos	159.337.512 (x1000 cab.)	48,6 (x1000 cab.)	0,00003
Equinos	347.424	718	0,21
Codornas	733.680	106	0,01
Caprinos	58.450	226	0,39
Bubalinos	45.762	411	0,90
Bovinos	11.443.487	9.188	0,08
Muare	3.483	7	0,20
Patos, Gansos, Marrecos, Perdizes e Faisões	328.777	1.000	0,30
Perus	1.974.727	174	0,01

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2017).

Contudo, a agropecuária e a pecuária não correspondem a principal atividade econômica de Rolante, em que as atividades ligadas ao setor de indústria e serviços se sobressaem. Se observa a necessidade de buscar potencializar economicamente as atividades desenvolvidas no campo, principalmente em relação às atividades com maior participação na produção total do estado. Economicamente, é importante fomentar o máximo de cadeias possíveis dentro do um território, pois quando uma economia se restringe a poucas cadeias, se estas entram em crise, toda a economia regional é impactada (PAIVA, 2013).

A seguir apresentam-se alguns indicadores de desenvolvimento rural, divididos em Dimensão Econômica e Dimensão Social, os quais complementam e retratam com mais profundidade o contexto agropecuário de Rolante/RS. Os indicadores são utilizados como ferramentas simplificadas de análise, monitoramento e comunicação, e seu objetivo pautado na avaliação de uma determinada realidade e, dessa forma, permitir a quantificação de fenômenos complexos. Os indicadores são fundamentais para avaliação do desenvolvimento de um país, estado ou município. Portanto, considera-se o rural como um espaço com geração de riquezas representativas para a economia brasileira, com vistas na necessidade de medir também o desenvolvimento deste meio, para que se consiga, com os dados obtidos, privilegiar políticas públicas visando seu desenvolvimento sustentável (NEUHAUS, 2016).

4.1.1 Dimensão econômica

O Indicador Dinamismo Econômico no Meio Rural, proposto por Neuhaus (2016) evidencia os principais fatores e condições que impulsionam a economia do setor agrícola. Ele é composto pelas variáveis: PIB do Setor Agropecuário (Tabela 5), Número de estabelecimentos agropecuários, PIB *per capita* por estabelecimento agropecuário e evolução de pessoal ocupado nos estabelecimentos, sendo que a apresentação das informações se dará nesta ordem, seguida da análise da conjuntura econômica apresentada. No que se refere a evolução de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de Rolante, conforme IBGE (2017), tinha-se um cenário de 2.598 pessoas ocupadas em 2006 e uma redução para 2.046 em 2017.

Tabela 5 - Evolução do PIB do Setor Agropecuário de Rolante/RS

Ano	PIB TOTAL R\$	PIB Agropecuário R\$	% PIB Agropecuário/ PIB total
2000	101.385.936	8.109.985	7,99%
2005	145.035.504	6.252.655	4,31%
2010	297.375.388	9.046.468	3,04%
2015	514.156.501	14.985.530	2,91%

Fonte: IBGE (2019).

Para o cálculo do PIB por estabelecimento agropecuário tem-se a seguinte equação: *PIB Agropecuário/Nº de estabelecimentos agropecuário* (NEUHAUS, 2016). Para isso se utilizará dados do censo agropecuário de 2006 e resultados preliminares do censo agropecuário de 2017, equivalentes ao PIB agropecuário de 2006 e 2016, respectivamente, obtendo-se um PIB por estabelecimento aproximado (Tabela 6).

Tabela 6 - PIB por estabelecimento agropecuário de Rolante/RS

Ano	PIB Agropecuário (em R\$)	Nº de estabelecimentos agropecuários	PIB por estabelecimento agropecuário (em R\$)
2006	7.154.126	1.152	R\$ 6.210,18
2016	18.400.000	939	R\$ 19.595,31

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2017; 2019).

Partindo da contextualização econômica agropecuária de Rolante/RS, se pode verificar uma evolução positiva quanto ao PIB total, PIB Agropecuário e PIB por estabelecimento no período analisado. Se o PIB aumentou, pode se dizer que a economia foi mais ativa e que ela vem crescendo no decorrer dos anos, isto é, as atividades econômicas tiveram um crescimento, tanto em níveis de produção como de consumo. No entanto, mesmo com um aumento no PIB Agropecuário no período, se obteve uma queda percentual no seu nível de participação no PIB total, isto porque as atividades da Indústria e Serviços obtiveram crescimentos mais acentuados, resultando em maior representatividade. Para evidenciar a afirmação, apresenta-se a seguir a Tabela 7 com a composição total do PIB do município de 2006 a 2016.

Tabela 7 - Composição PIB de Rolante 2006-2016 (em R\$)

Ano	VAB Agricultura	VAB Indústria	VAB Serviços	VAB Administração saúde/educação públicas e seguridade social	VAB Total	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	PIB
2006	7.154.126	60.325.775	87.123.205	27.788.211	154.603.106	16.023.815	170.626.921
2007	6.358.361	57.229.581	99.679.601	30.513.455	163.267.544	16.036.163	179.303.707
2008	7.592.135	72.815.034	110.824.325	34.745.306	191.231.494	18.841.765	210.073.259

(Continua)

Tabela 7 - Composição PIB de Rolante 2006-2016 (em R\$)

(Continuação)

2009	7.188.606	72.952.836	121.240.167	37.708.709	201.381.609	20.840.397	222.222.006
2010	9.046.468	114.711.775	146.723.342	47.835.341	270.481.584	26.893.803	297.375.388
2011	7.850.045	139.651.345	167.801.502	52.223.854	315.302.893	31.884.322	347.187.216
2012	8.200.571	139.168.122	183.356.768	55.690.611	330.725.460	33.721.807	364.447.267
2013	12.037.430	159.997.515	213.927.143	68.061.261	385.962.088	35.741.160	421.703.248
2014	13.585.105	154.694.180	255.107.120	75.177.864	423.386.405	50.452.992	473.839.397
2015	14.985.530	154.814.391	287.491.174	81.872.009	457.291.095	56.865.406	514.156.501
2016	18.400.000	163.570.000	200.292.000	85.241.000	467.504.000	55.629.000	523.133.000

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2019).

O aumento do PIB agropecuário e da produtividade agrícola e a diminuição do número de estabelecimentos agropecuários e do pessoal ocupado nos respectivos estabelecimentos do município pode ser resultante do crescimento da mecanização da agricultura. Em conformidade com os censos agropecuários de 2006 e 2017, em Rolante houve um aumento de 138,8 % no número de tratores, máquinas e implementos agrícolas no período. Este atual cenário de mecanização da agricultura se justifica pelo maior acesso e disponibilidade de crédito rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O programa possui as taxas de juros mais baixas dos financiamentos rurais, sendo essas definidas anualmente a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, bem como também as condições de acesso e pagamento, os quais dependem também da linha de crédito. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (SAF, 2018).

Frente ao exposto, observa-se um cenário otimista quanto a dimensão econômica agropecuária de Rolante/RS, com uma evolução positiva quanto ao PIB total e também PIB agropecuário, o que significa um aumento de produtividade, atribuído à mecanização do campo, facilitada pela maior disponibilidade de crédito rural via Pronaf.

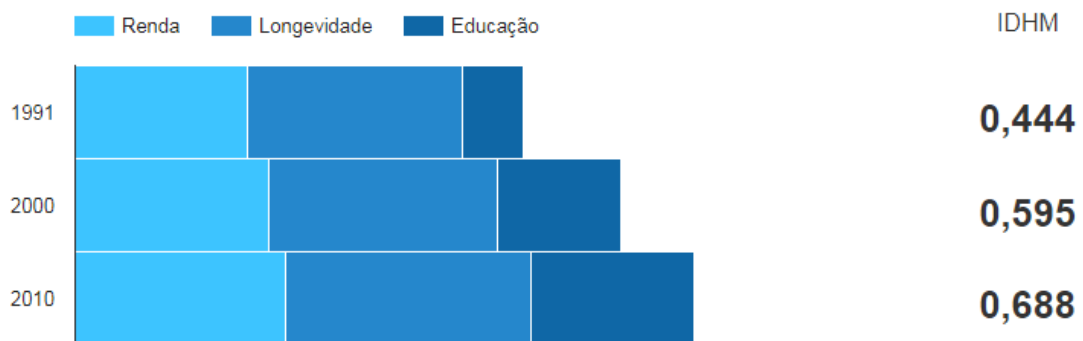
4.1.2 Dimensão social

A busca por informações sociais se deu devido ao descompasso entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países de Terceiro Mundo. Assim, os indicadores sociais possuem duas funções básicas, são elas: descritiva, a qual consiste em informar sobre determinada realidade, e, valorativa, agregando valor a informação da realidade observada. Os indicadores podem ser agrupados em sistemas ou sintetizados em um índice,

como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que aglutina informações sobre renda, educação e saúde.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município ou região metropolitana. O IDHM - Rolante era 0,688, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,830, seguida de Renda, com 0,708, e de Educação, com 0,553 (Figura 6).

Figura 6 – Composição do IDHM de Rolante/RS



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Pode-se observar que todas as três dimensões do IDHM rolantense obtiveram variações positivas no período apresentado. Com base nesta realidade e levando em consideração que a questão da faixa etária rural e renda *per capita* por estabelecimento agropecuário já foram discutidos anteriormente, se enfoca nesta parte o quesito educação, o qual obteve maior evolução de 1991 a 2010 como é possível observar na figura 6.

Com o enfoque para a educação rural, a metodologia de Neuhaus (2016) prevê o cálculo apresentado no Quadro 5 para demonstrar o nível de escolaridade dos produtores rurais. Para o município de Rolante se retrata o cenário representado no Quadro 5. A base de cálculo utilizada, tomando como exemplo a primeira categoria, foi a seguinte: $N^{\circ} \text{ produtores 'sem escolaridade'} \div \text{Total de produtores} \times 100$. E assim, sucessivamente, para todas as faixas de escolaridade identificadas.

Quadro 5 - Escolaridade dos produtores rurais de Rolante/RS

Escolaridade	Nº produtores	Percentual (%)
Analfabetos	33	3,5
“Antigo primário” (até a 5ª série)	610	64,97
Ensino fundamental (até a 8ª série)	146	15,55
Ensino Médio Completo	92	9,8
Ensino superior	27	2,88
Pós-graduação	4	0,43
Não quiseram responder ou não se aplica	27	2,88
Total de produtores	939	100

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2017).

Para demonstrar a realidade da escolaridade dos produtores rurais de Rolante, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2017 e para se descrever o contexto atual foi necessária a inclusão de mais uma variável devido à representatividade da população com nível de escolaridade “antigo primário”, dos produtores rurais mais idosos. Além disso, se utiliza para a resolução dos cálculos do percentual a escolaridade dos produtores e o número total de produtores rurais de Rolante.

Partindo-se do cenário educacional rural rolantense, deve ser destacado que 64,97 % dos produtores possuem nível de escolaridade “antigo primário”, o que pode ser justificado pelo fato de que 52% das propriedades rurais compreenderem uma população de 60 anos ou mais, uma geração marcada pela dificuldade de acesso à educação e a obrigatoriedade de auxiliarem nas atividades agrícolas das propriedades paternas, reduzindo o acesso às escolas na década de 1970.

O acesso à educação no meio rural, de acordo com Abramovay (1998), não pode ser visto como um elemento de estímulo ao abandono do meio rural, uma vez que se deve ter consciência da importância da educação também para o exercício da profissão agrícola. Um marco importante a ser destacado para a região Vale do Paranhana foi a instalação de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no município de Rolante.

De modo geral, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS, no que se refere a inserção regional, seu objetivo é definir políticas que atentem para as necessidades e as demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas e que enriquecem a sua ação: a diversidade. Propõe valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuir para com o desenvolvimento do ensino, da

pesquisa e da extensão, oportunizando de forma mais expressiva as possibilidades de acesso à educação gratuita e de qualidade e fomentar o atendimento às demandas localizadas (IFRS, 2018).

Em particular, as atividades do *campus* do IFRS-Rolante tiveram início em 2015, a oferta dos primeiros cursos foi em 2016 e a ocupação da sede própria se deu em 2017. As discussões em torno da criação do *campus* deram-se a partir de 2009 e após várias audiências públicas nos municípios da região foram identificadas as principais demandas por formação profissional, delimitando-se a quatro eixos: agropecuária, coureiro-calçadista, gestão e tecnologia da informação. Atualmente, são ofertadas a cada ano 290 vagas em cursos regulares, são eles: cursos integrados ao ensino médio em Agropecuária, Informática, Administração e Comércio; cursos subsequente/concomitante em Agropecuária, Administração e Qualidade; e Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (IFRS, 2018).

Embora o acesso à educação não deva ser considerado um elemento de estímulo ao abandono, a busca por melhorias na qualidade de vida, e, conseqüentemente, o acesso ao ensino superior nos grandes centros e regiões metropolitanas, talvez possa ser considerado um motivo crucial para saída dos jovens das propriedades rurais. Nesse sentido, o IFRS *campus* Rolante almeja se tornar uma referência regional em educação profissional pública e de qualidade, por meio das oportunidades de formação voltadas as dinâmicas socioeconômicas da região, bem como dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos junto a comunidade acadêmica.

Sabe-se que o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, lançado em conjunto ao plano safra 2016/2017, previa em seu Eixo Educação no Campo a ampliação do número de jovens matriculados nos Centros Familiares de Educação por Alternância (CEFFAs) e também no Pronatec Campo, o reconhecimento desses centros como instituições públicas e o fomento à construção de mais CEFFAs nos territórios rurais, bem como a melhoria das já existentes. No entanto, o respectivo plano foi extinto, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

4.1.3 Estímulo ao rural: o papel das instituições e políticas públicas

Frente ao exposto sobre a contextualização do rural rolantense, se observa ao longo dos anos que a realidade do município e a dinâmica do trabalho, em especial no meio rural, foram se transformando, como é possível constatar nos discursos a seguir, acerca das mudanças observadas no contexto rural ao longo dos últimos 15 - 20 anos:

Do rural como um todo é uma auto especialização do trabalho, um alto nível de tecnificação e a exclusão de quem não atingiu este nível. Eu pergunto assim para alguns estudantes: “A e o teu irmão que produzia verduras de forma convencional? Não, já não é mais agricultor, ele já procurou outro emprego na cidade e já faz outra coisa”. Então eu vejo que essa migração pra cidade ela ainda continua, quem tem oportunidade quer escapar e aí existe um movimento contrário de quem está nas grandes cidades quer retornar, mas para uma outra agricultura, não esta agricultura familiar que dá esse trabalho todo (REPRESENTANTE 6, 2019).

Rolante possui uma agricultura bem diversificada então, dividida em vários pontos, a fruticultura, tem a parte dos citrus, da uva, aí tem a parte de aves de corte, temos também a madeira pra extração de toras pra tábua, para lenha, o carvão vegetal e a resina do *pinus elliotti*. Na parte do leite nós tivemos introdução de tecnologias, então ao longo dos anos teve uma redução de produtores de leite, mas os que ficaram aumentaram sua produção, tá?. Na fruticultura, a inovação veio com a questão da uva, teve a introdução das agroindústrias onde os produtores produzem suco e vinho (REPRESENTANTE 3, 2019).

Rolante é o mais rural de todas as cidades da região e a gente tem uma produção de alimentos considerável. O pessoal tem a tradição de produzir o seu alimento, é comum tu ir nas propriedades e eles produzir quase tudo, eles vêm comprar pouca coisa na cidade. Então eles vendem o excedente, então eles já tem mais ou menos o seu consumidor fiel todo ano esperando o feijão que vai sobrar, essa coisa toda, e a gente tem ainda uma produção de alimentos primários aqui bem considerável né, e tá expandindo agora também aumentando a produção de carnes em função da redução de produção de leite, muita gente tá indo pro lado da produção de carne então vem aumentando o gado de corte e iniciando também com a produção de orgânicos, assim em função de consumidores mais exigentes né, e acho que a alteração de muita gente nova chegando na cidade e querendo um produto mais limpo né e a gente vê cada semana chegando pessoas novas na cidade vindo dos grandes centros né, procurando cidades menores pra morar, isso vem modificando a rotina, não só da cidade mas do rural também, e essas pessoas tão vindo e querem produtos diferenciados né, querem alimentos limpos e tal. E o rural tá se modificando em função da idade das pessoas também, hoje é comum ainda que se diz que não se tem mais segurança no interior mas a maioria é pessoal de idade, então isso tá modificando em função de que está diminuindo as áreas produtivas, daí as que produzem tem que ser mais eficientes né. E em função disso, a maioria do pessoal que está iniciando nessa atividade de produção de alimentos e principalmente de orgânicos é o pessoal que está voltando né, que era filho de agricultor é que tá voltando e fazendo isso, e fazendo isso com gosto né. Tem gente assim ó, um casal que ela é advogada, gente que tá vindo assim sabe, se aventurando por que quer criar os filhos de uma maneira diferente e tudo né. Tem gente que tá começando, o IFRS tá tendo uma influência também, por causa dos cursos que eles oferecem, então dali está saindo, não que vá sair 100% das turmas, mas de cada turma sai alguns novos produtores rurais e acho que foi importante pro desenvolvimento da região a chegada do instituto e a formação desse pessoal né. E o rural hoje tá assim, bem diversificado (REPRESENTANTE 2, 2019).

Tomando por base os relatos apresentados, é possível evidenciar que as mudanças ocorridas ao longo dos anos giram em torno da tecnologia, que reflete diretamente na diversidade da produção do município e das pessoas, não só as que habitam o rural, mas a localidade como um todo, chamando a atenção para estes que retornam dos grandes centros, denominados de “neo-rurais”, e desenvolvem uma “nova agricultura”, o que será discutido mais adiante, no tópico que trata sobre os feirantes.

Nesse cenário de transformação existem instituições que de alguma forma fomentam e/ou auxiliam as atividades no campo, bem como também programas e políticas públicas de caráter municipal e federal. Mais especificamente, a Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a EMATER, o PNAE e o Programa DEL. Estas entidades e os atores sociais envolvidos entendem como necessária a busca por alternativas para o rural e para as pessoas que vivem e/ou dependem dele, visto que a necessidade do rural não está relacionada apenas ao processo de produção de alimentos, segurança alimentar ou geração de renda, mas, também, implica nas diferentes instâncias do desenvolvimento.

No âmbito da SMA, em conformidade com o Representante 1, as atividades desempenhadas têm como objetivo, de modo geral, coordenar e executar programas que visem à promoção e valorização do homem do campo, fomentando o aumento da produtividade do setor agrícola e a melhoria das condições de vida e de trabalho da família rural.

A secretaria subsidia valores de horas máquinas para que o agricultor possa ter melhorias na sua propriedade, pra diminuir o esforço do produtor rural. Nós temos várias máquinas e isso tem possibilitado muitos agricultores a diminuir a sua força e a ideia é continuar fazendo, cada vez com melhores máquinas para continuar auxiliando eles e isso a gente vê, isso a gente percebe que tá sendo muito bem feito, pelo retorno que a gente tem recebido deles, inclusive pela comparação que eles fazem com outros municípios né. A ideia é facilitar a vida dele para que ele se mantenha lá na sua agricultura e na sua propriedade rural, que ele se mantenha lá, que ele continue no município, esse é o fundamento né, o principal disso é que ele continue lá (REPRESENTANTE 1, 2019).

Voltado à questão da infraestrutura dos estabelecimentos rurais, foi criado e regulamentado pela Lei municipal nº 3210, de 04 de junho de 2013, o Projeto “Porteira para Dentro”, resultado da parceria entre a Secretaria Municipal da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Emater. O projeto objetiva atender ao produtor rural do município, com serviços de infraestrutura básica dentro de sua propriedade. Consideram-se serviços de infraestrutura básica, aqueles referentes à construção e manutenção de estradas, construção e manutenção de pontes, bueiros, construção e recuperação de açudes e bebedouros para animais, terraplanagens e aterros para construção de casas e currais.

Além do projeto melhorar a infraestrutura das propriedades, ele incentiva o agricultor familiar a regularizar a venda da produção via bloco de produtor rural, pois as horas-máquina que o agricultor receberá é calculado proporcionalmente ao valor da venda de produtos via bloco de produtor. Ou seja, quanto mais vendas ele efetuar, maior será o seu benefício em horas-máquina. O cálculo do benefício ocorre da seguinte maneira:

- R\$ 14.840,00 em vendas = 3.500 URM's = 15 horas máquina.
- R\$ 7.420,00 em vendas = 1.750 URM's = 8 horas máquina.
- R\$ 4.424,00 em vendas = 1.000 URM's = 5 horas máquina.

As URM's correspondem a uma Unidade de Referência Municipal para o cálculo das horas, por exemplo, no ano de 2019, 1 (uma) URM era igual à R\$ 4,24. Ao longo do ano agrícola (período de julho a junho do ano seguinte), o agricultor tem direito a utilizar o benefício 2 (duas) vezes, totalizando o máximo de 30 horas-máquina a serem utilizadas gratuitamente para melhorias em sua propriedade. Além do registro de notas no bloco de produtor rural, o produtor para acessar o projeto deve atender a algumas exigências documentais, são elas:

- Enquadrar-se como agricultor familiar, comprovado por meio da Certidão de Agricultor Familiar fornecida pelo Sindicato de trabalhadores rurais;
- Apresentar comprovação de regularidade do imóvel através dos comprovantes de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Apresentar comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal (Certidão negativa de débitos).

De acordo com as entidades envolvidas no projeto, o reflexo é percebido no aumento da produção e da movimentação econômica do setor agropecuário a qual vem apresentando aumentos significativos desde a promulgação da Lei nº 3210/2013, registrando-se um acelerado crescimento do VAB agropecuário a partir de 2013 (Tabela 8), de mais de 124% em 4 anos. Isso porque, com a essa lei, os agricultores foram incentivados a realizar o registro das vendas no bloco de produtor. Desde a criação do projeto até outubro/2019 foram atendidas 882 solicitações enquadradas no Projeto “Porteira para Dentro”.

Tabela 8 - VAB Agropecuário de Rolante 2006-2016 (em R\$)

Ano	VAB Agropecuária
2006	7.154.126
2007	6.358.361
2008	7.592.135
2009	7.188.606
2010	9.046.468
2011	7.850.045
2012	8.200.571
2013	12.037.430
2014	13.585.105
2015	14.985.530
2016	18.400.000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019).

As atividades desempenhadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não só no âmbito do projeto “Porteira para Dentro”, mas de modo geral, ele atua como parceiro do produtor em torno da solução das questões burocráticas atreladas à atividade do agricultor familiar. Entre outras, estão a documentação necessária para acesso ao crédito rural, documentação previdenciária, documentação tributária, cadastros ambientais e a regulamentação de agroindústrias. O sindicato de Rolante conta atualmente com cerca de 2.300 associados, contudo são considerados ativos aqueles com as anuidades em dia, em torno de 1.200 sócios. Cabe ressaltar que o sindicato também atende ao município vizinho de Riozinho/RS.

A atuação da Emater objetiva a promoção do desenvolvimento rural sustentável. A instituição atende às demandas diárias dos produtores rurais, por meio de capacitações, orientação quanto ao uso de tecnologias, repasse de conhecimento e experiências, visitas nas propriedades e ações que promovem a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar do público assistido. De acordo com o relato da Representante 2, as atividades visam o desenvolvimento dos empreendimentos rurais.

Então a gente faz desde o planejamento, às vezes até orientação do que vai produzir. A gente começa na orientação do que produzir, o planejamento, a produção, as vezes se encaminha para financiamento, a gente faz os projetos também e às vezes os projetos para as agroindústrias, daí temos um setor dentro da Emater que nos dá suporte, que a gente faz planta, todo o estudo do tamanho que precisa e depois faz o encaminhamento pra os órgãos competentes. Nós ajudamos todos que querem desenvolver a propriedade, encaminhamos para a merenda escolar, por exemplo o suco, as verduras e o que tiver em condições para ir para a merenda escolar a gente faz os projetos aqui também (REPRESENTANTE 2, 2019).

Os principais projetos para a produção e o fornecimento de alimentos à merenda escolar são viabilizados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo a classificação dos mercados da agricultura familiar proposta por Schneider (2016), o PNAE se enquadra na categoria de *Mercados públicos e institucionais*, de alcance multiespacial e que engloba todos os tipos de fornecedores. Quanto à natureza das trocas nesses mercados, estas se classificam como licitatórias e de seleção pública, reguladas via contratos públicos e leis.

O PNAE oferece alimentos e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de escolas públicas, atendendo creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos e ensino integral. O governo federal repassa, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros para aquisição de alimentos. Um

marco importante para a agricultura familiar no âmbito do PNAE foi a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual em seu Art. 14 define que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, p. 1).

O município de Rolante passou a receber recursos do PNAE no ano de 1997, quando as compras ainda vinham de Brasília, em maioria alimentos industrializados e enlatados destinados à alimentação escolar. Já em 1998 teve início o repasse dos recursos por parte do governo federal para as prefeituras, como forma de estímulo ao desenvolvimento local, com vistas à compra de alimentos de empresas do município e/ou da região. Com a promulgação da Lei nº 11.947, em 2009, Rolante passou a dar prioridade aos agricultores familiares do município na aquisição de alimentos.

Ao mesmo tempo que o VAB agropecuário do município aumentava significativamente, a partir de 2013 (Tabela 8), verifica-se, também, que os repasses de recursos do governo federal via PNAE tiveram um crescimento constante até 2017 e que o percentual de compras adquiridas da agricultura familiar para alimentação escolar, nesse período, sempre ultrapassou os 56% desses repasses do PNAE, atingindo quase 68% no ano de 2016 (Tabela 9). Na média do período, esse percentual ultrapassa o dobro do mínimo exigido pela Lei nº 11.947.

Tabela 9 – Origem e destinação dos recursos gastos com alimentação em Rolante/RS de 2013 a 2018

Ano	Gastos totais com alimentação (R\$)	Valor repassado pelo governo federal via PNAE (R\$)	Percentual repassado pelo governo federal via PNAE (%)	Valor da Chamada Pública para a agricultura familiar (R\$)	Percentual da Chamada Pública para a agricultura familiar (%)
2013	789.119,56	297.060,00	37,64	183.613,16	61,81
2014	837.269,30	330.940,00	39,53	222.982,14	67,38
2015	940.853,55	335.760,00	35,69	190.672,33	56,79
2016	1.077.257,32	356.460,00	33,09	241.622,90	67,78
2017	793.836,48	426.860,00	53,77	251.307,70	58,87
2018	814.598,09	404.758,00	49,69	228.841,80	56,54

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados secundários da Secretaria da Educação de Rolante/RS (2019).

Com relação ao trâmite para os agricultores terem acesso à política do PNAE, em janeiro de cada ano é aberto o edital de chamada pública. Nesse edital são especificados os produtos

que serão adquiridos, suas especificações, quantidades anuais necessárias, o preço máximo unitário a ser pago pelo produto, o período de abastecimento e os valores totais destinados às compras, consoante ao Quadro 6. Importante frisar que o preço estimulado no edital é resultado do cálculo da média de preços obtidos em uma pesquisa junto a possíveis fornecedores, desde produtores rurais a supermercados do município.

Quadro 6 - Especificação do produto da Chamada Pública Nº 01/2019 Rolante/RS

Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo (em R\$)	Período de Entrega	Valor Total (em R\$)
Alface lisa tipo 1, molho de tamanho médio (peso médio de 300 gramas), folhas tenras, íntegras e limpas, não devem estar murchas, soltas, amareladas, escurecidas, rasgadas ou furadas. Boa apresentação ao exame visual.	UN	1.650	1,595	Fevereiro a Dezembro	2.631,75

Fonte: Rolante/RS (2019, p. 2).

De posse dessas informações, todos os interessados podem apresentar suas propostas de venda no dia especificado no edital. No que concerne aos agricultores familiares, o Representante 4 enfatiza que ao ser publicada a chamada pública, entra-se em contato direto com todos os agricultores do município que já forneceram alimentos e/ou que manifestaram, em algum momento, interesse em participar da Chamada Pública, no intuito de avisá-los da abertura do processo. Isso, talvez, porque muitos não têm acesso a todas as informações. Assim que o edital é publicado, é realizada a divulgação das informações por meios eletrônicos e redes sociais. O objetivo do contato direto é obter o maior número de participantes possíveis e efetivar o fornecimento de alimentos para a merenda escolar pelos agricultores familiares de Rolante.

Os agricultores contam com o apoio da Emater na questão da documentação necessária para concorrer à Chamada Pública. Os produtores da agricultura familiar poderão comercializar sua produção como fornecedores individuais ou em grupos informais ou formais. Em suma é imprescindível para participação no processo, possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa e emitida no máximo até 60 (sessenta) dias. A DAP é um documento que identifica o produtor familiar e é necessária para que esse agricultor possa participar das políticas públicas destinadas a agricultura familiar. No ano de 2019, 15 (quinze) agricultores familiares de Rolante comercializaram sua produção via Chamada Pública com recursos provindos do PNAE. O pagamento aos contemplados no edital é efetuado via depósito bancário, quinzenalmente, de acordo com a quantidade de mercadoria entregue no período.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL), implantado no município de Rolante no ano de 2015, surgiu com o desafio de estimular um processo de desenvolvimento capaz de apoiar a perspectiva econômica e a qualidade de vida da população. O objetivo geral do programa é instituir um modelo de gestão capaz de contribuir para o desenvolvimento, garantindo a continuidade dos projetos de interesse da comunidade, em prol do desenvolvimento econômico sustentável do município. Para atingir este objetivo, os esforços partem do setor público, setor empresarial e sociedade civil, trabalhando coletivamente para melhorar as condições de crescimento econômico e geração de emprego (DEL, 2015).

O município é, assim, replanejado com uma visão futura para 20 anos. Ao realizar um diagnóstico situacional de Rolante no início da implantação do programa, foi elaborado um mapa estratégico, o qual pode ser visualizado na sequência (Figura 7).

Figura 7 - Mapa Estratégico do Programa DEL Rolante/RS



Fonte: DEL (2015).

Para se atingir a visão delineada, foram incorporadas ao programa Câmaras Técnicas (CT's), cada qual com suas ações e projetos definidos, para que os integrantes busquem

soluções às deficiências existentes no município, com vistas a efetivar as ações planejadas. As CT's contavam, em 2015, com mais de 100 voluntários, distribuídos em nove Câmaras Técnicas do DEL. São elas:

1. Atração de investimentos e indústria;
2. Segurança;
3. Desenvolvimento rural;
4. Turismo, cultura e lazer;
5. Plano diretor;
6. Meio ambiente;
7. Educação e formação empreendedora;
8. Comércio e serviços;
9. Saúde.

Partindo do conhecimento das CT's, é pertinente a discussão acerca da câmara voltada ao desenvolvimento rural, esta que encerrou suas atividades no início de 2019, alguns de seus projetos foram absorvidos por outras CT's. As ações estavam voltadas, basicamente, para o fomento ao turismo rural, alimentação saudável e à regulamentação do processamento de alimentos, para atender às normas estabelecidas pelo Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Abarcando o viés do turismo rural e da alimentação saudável, a CT de Desenvolvimento Rural do DEL, em parceria com a Prefeitura de Rolante, desenvolveu entre 2017-2018 o Projeto Propriedade Sustentável. Com vistas a atingir o posicionamento do mapa estratégico (Figura 7) do ano 2020, de ser referência em turismo de experiência, e do ano 2025, de ser referência em produtos agroecológicos, o projeto teve por finalidade trabalhar a agricultura orgânica e sustentável, além de aspectos que façam estas serem percebidas como potenciais à promoção do turismo rural.

Os objetivos do projeto contemplaram a reorganização das propriedades; propiciar a assistência técnica rural para melhoria dos processos da propriedade; desenvolver atividades para a sustentabilidade e produção com base agroecológica; promover aproximação para ampliar modelos de organização coletiva e novos negócios; desenvolver ações de proteção ao meio ambiente e educação ambiental. Ao longo da realização do projeto as propriedades foram assistidas com visitas de assessoria técnica e de gestão financeira, atividades com intervenção da patrulha agrícola, plano de marketing com desenvolvimento de marca, além da identificação de novos produtos e serviços para cada propriedade. Na respectiva edição participaram sete

propriedades, sendo que o projeto tem proposta oficializada de ocorrer uma segunda edição no ano de 2020 (ROLANTE, 2018).

Com a realização do projeto Propriedade Sustentável foi possível identificar um potencial para desenvolvimento de um novo roteiro turístico para Rolante, além do já existente, “O Caminho das Pipas”. Este possível roteiro em estudo conta com o trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), produtores de Rolante e Riozinho, e órgãos municipais, intencionados em oferecer um novo produto para o turismo, com foco no rural.

O Caminho das Pipas é um roteiro turístico idealizado em 1997, localizado no Distrito de Boa Esperança, Rolante/RS. A imigração italiana é predominante nesta comunidade. No roteiro estão situadas nove cantinas produtoras de vinho e suco colonial artesanal, uma casa de massas, um restaurante e uma pousada, todos os empreendimentos têm gestão familiar. Segundo Nandi (2015), o roteiro teve como propósito impulsionar a geração de renda e agregação de valor aos produtos locais, obtendo marca própria e registrada. O Caminho das Pipas potencializou também a comercialização de outros produtos advindos da produção familiar de propriedades residentes na localidade, como, por exemplo, queijo, *schimier*, pães, frutas e verduras.

Foram descritas neste tópico as contribuições de cada uma das principais instituições presentes no município, bem como suas atribuições e algumas ações, visando estimular e/ou promover diretamente o desenvolvimento rural. Sabe-se que a Secretaria Municipal da Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a EMATER, o PNAE e o DEL foram as instâncias identificadas no relato dos entrevistados, a assim consideradas como essenciais ao fomento da ruralidade em Rolante/RS. No tópico a seguir serão apresentados e discutidos os mercados classificados como circuitos curtos, bem como a relação destes com as instituições já apresentadas até aqui.

4.2 A construção das cadeias curtas de Rolante/RS: do convencional ao ecológico

Um dos principais tipos de cadeias curtas são aqueles nas quais a relação entre os atores ocorre diretamente, onde as interações se dão face a face (ver figura 2). Nesses mercados, também considerados de proximidade, a autenticidade dos produtos e a confiança estão associadas às relações pessoais resultantes da oportunidade que os consumidores têm de comprarem seus alimentos diretamente dos produtores, sem qualquer intervenção de atravessadores.

Este é o caso das feiras livres, de abrangência local, realizadas no município de Rolante/RS, bem como do caso de uma produtora que faz a entrega de cestas prontas aos seus clientes no município. De acordo com o levantamento realizado pela pesquisadora e com base na classificação dos tipos de mercados da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2016) e CCAAs (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017), que integram a pesquisa, especificamente os *Mercados de Proximidade* e as *CCAAs face-a-face* , foram o principal objeto de estudo desta dissertação, a Feira do produtor, a Feira Ecológica e a Produtora 12 que comercializa cestas de alimentos orgânicos.

Estas organizações produtivas e formas de comercialização são consideradas cadeias curtas, pois as suas relações mercantis ocorrem através de interações entre consumidores e agricultores, interações estas embasadas na confiança, na qualidade diferenciada dos alimentos e na valorização local. Ademais, a construção desses espaços de comercialização envolve diversos atores sociais e instituições que interatuam para a sua concretização ao longo dos anos. Nesse sentido, é possível analisar as feiras de Rolante/RS e a comercialização de cestas prontas sob o viés da sociologia econômica e da construção social dos mercados.

4.2.1 A Feira do Produtor

A primeira iniciativa analisada diz respeito ao movimento de construção e consolidação da Feira do Produtor, a qual teve seu início em meados de 1982, através da iniciativa da Emater e de 9 agricultores do município. Inicialmente a feira acontecia na rua, os produtos eram comercializados em bancadas de madeira cobertas com lona na Rua Carlos Huff, mais conhecida como a rua do hospital. A realização da feira objetivava suprir a necessidade que a população do município tinha em relação à aquisição de frutas e verduras, uma vez que ainda não existiam supermercados e fruteiras na cidade.

Ao longo dos anos a feira foi sendo realizada em diferentes locais dentro da área urbana do município. Em 17 de junho de 2005 foi inaugurada a Casa da Colônia - Espaço de Comercialização Permanente de Produtos Coloniais, Artesanato e Centro de Informações Turísticas - no município de Rolante. Desde então, a Feira do Produtor passou a ser realizada neste espaço. A construção da Casa da Colônia foi pautada na intenção de dar maior visibilidade aos produtos artesanais e de qualidade diferenciada, produtos estes de procedência da agricultura familiar. Construída em estilo colonial, tinha como objetivo beneficiar os

olericultores, piscicultores, cuqueiras, agricultores familiares que possuem agroindústrias de vinho, sucos e derivados de cana-de-açúcar, artesãos, apicultores e floricultores.

Legalizada como *Associação da Casa da Colônia* (ASCCOL), cerca de 64 produtores rurais e 21 artesãos do município deixam, atualmente, seus produtos para serem comercializados neste local. Salienta-se que esses produtores necessitam estar regularizados e registrados junto aos órgãos competentes para poderem realizar a venda de seus produtos. Ainda sobre a construção da Casa da Colônia, ela é resultado de uma parceria entre Emater, Secretaria da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura, como é possível verificar no relato a seguir.

Já tinha um grupo de artesãos e a Emater sempre dando assistência para essas pessoas. Então existia um grupo de artesãos que também faziam a feira. Ia vir uma verba pra eles construir um local, uma casa só pros artesãos, aí então a Emater, juntamente com o sindicato e a secretaria da agricultura, eles pediram uma verba pra que construísse um prédio maior né, porque já tinham algumas agroindústrias, já tinha o Caminho das Pipas, as vinícolas legalizadas e a feira do produtor. Então eles pensaram em construir um espaço único pra juntar tudo isso, construir uma loja né, a gente chama de loja mas na verdade é um espaço de comercialização, como se fosse uma vitrine de Rolante e um balcão de negócios. Então em 2005, 17 de junho de 2005, inaugurou a Casa da Colônia. Hoje nós temos 14 anos de trabalho, em equipe sempre (REPRESENTANTE 5, 2019).

No momento da pesquisa, em 2019, a Feira do Produtor contava com a participação de sete empreendimentos da agricultura familiar, cinco destes realizavam a feira todas as sextas-feiras a tarde, uma família realizava a feira nos sábados pela manhã e uma participava tanto da sexta quanto do sábado. Porém, cinco das sete famílias vão a feira diretamente comercializar seu produto, para as outras duas a comercialização é realizada por um terceiro, não integrados a pesquisa. A discussão acerca do perfil dos feirantes participantes da pesquisa e as características do grupo familiar será apresentada no Tópico 4.3.

Os feirantes comercializam, nessa feira, flores, hortaliças e frutas da estação e panificados, como pães,ucas e biscoitos. Era possível comercializar, até 2019, produtos e derivados de origem animal e processados na propriedade sem certificação de agroindústria. Contudo uma medida do SUSAF proibiu a comercialização desse tipo de alimento, como mel, ovos, ricota, *schimier*, queijo, compotas, doce de leite, ambrosia, entre outros. Tal medida causou o descontentamento dos feirantes, principalmente daqueles que vinham fazendo a comercialização desse tipo de produto desde o início da feira, há 37 anos. “A gente tem casos de clientes que há 30 anos compra ovos da gente, como vamos dizer que não dá mais para vender?” (PRODUTOR 4, 2019).

Assim sendo, a idealização e concretização da feira foi realizada perante o estabelecimento de uma união de instituições e atores que se uniram no intuito de proporcionar aos habitantes do município o acesso a alimentos locais. Essa parceria é um exemplo de como interesses individuais e coletivos se articulam para a construção de novos mercados. A ideia da construção social dos mercados é essa, pautada na integração dos agricultores familiares, entidades, e comunidade local com o objetivo do bem comum a todos.

4.2.2 A Feira Ecológica e a comercialização de cestas prontas

Sob esse enfoque da construção social dos mercados, se apresenta a segunda iniciativa analisada, a Feira Ecológica. A feira iniciou suas atividades em meados de dezembro de 2017, no IFRS *campus* Rolante, resultado de um trabalho realizado desde 2015, uma parceria entre o IFRS, a Emater do município e a iniciativa de uma agricultora, identificada neste trabalho como Produtora 12.

O processo de construção deste mercado alimentar é relatado pelos entrevistados:

Tudo isso surgiu em 2015, quando eu fiz um curso na UFRGS e voltei assim: meu deus por que eu compro verduras em Rolante que vieram sei lá eu da onde, e se eu quero um orgânico eu preciso ir até POA? Daí eu fui na Emater e lá me falaram que tinha vindo uma agricultora que queria começar um trabalho nesta perspectiva (REPRESENTANTE 06, 2019).

Antes eu trabalhava fora né, daí a mãe tinha quebrado a perna e eu tava com a nenê pequena, daí não tinha o que fazer, vim embora da fábrica. Fui lá na Emater ver uma coisa pra mim fazer, fazer uma coisa sem usar veneno né, daí a Emater sugeriu a horta. Queria produzir sem veneno por causa de mim, uma coisa mais limpa né, e por causa das crianças, porque produzir com veneno é bom na hora, mais tarde tu gasta né, em remédio e outras coisas (PRODUTOR 12, 2019).

A Produtora 12 foi o embrião de tudo que aconteceu até hoje. Ela saiu da propriedade e veio trabalhar no calçado, e trabalhava fim de semana na roça pra ter, ter alimentação né e, até que o dia que ela desistiu, não queria mais morar na cidade e voltou pra lá [...] Aí ela chegou aqui com as primeiras cestas e eu fui com ela lá no instituto federal pra vender, aí ela trouxe cinco, cinco cestas e vendeu as cinco. Na outra semana ela trouxe oito, daí ela começou, ela chegou a vender mais de 30 cestas por semana porque ela aumentou a produção e ela hoje domina a área dela, hoje ela até me ensina, ela vive aquilo todo dia né. E a cesta facilita pro produtor, facilita pro consumidor, porque ele vai ter um valor menor de produto e dá uma garantia pra quem vai vender porque tu sabe que tu vai vender tudo que tu tem, que a pessoa não vai escolher, se tu tiver laranja tu bota, se tu tem banana tu bota, aí tu bota aipim, tu bota couve e na outra semana tu vai ter outros produtos, vai ter chuchu tu vai botar, tu vende tudo que tu tem. E a partir dela começou o grupo de consumidores também (REPRESENTANTE 2, 2019).

Os relatos demonstram como se deu o início do que hoje pode-se chamar de uma rede agroalimentar alternativa, devido ao seu perfil agroecológico. O surgimento da Feira Ecológica está ligado à necessidade que uma agricultora tinha de construir um espaço autônomo de comercialização, onde ela pudesse conciliar as suas atividades do dia-a-dia com as responsabilidades quanto ao seu grupo familiar, além de produzir um alimento diferenciado e sem agrotóxicos.

Um elemento novo a ser discutido, a partir dos relatos, é o grupo de consumidores. Os grupos de consumo são considerados também canais de comercialização dos *Mercados de Proximidade* (SCHNEIDER, 2016). A partir da origem da comercialização de cestas prontas de hortaliças no IFRS pela Produtora 12, em novembro de 2015, com a divulgação do trabalho, a qualidade dos produtos e a facilidade de aquisição, a demanda foi crescendo e chegou a contar com um grupo de 120 consumidores cadastrados em um aplicativo de rede social, que também é utilizado para a encomenda das cestas. Em outubro de 2019 esse grupo contava com 101 participantes. No ano de 2017 cerca de 800 cestas foram comercializadas pela Produtora 12.

A iniciativa foi institucionalizada como projeto de extensão do IFRS *campus* Rolante, intitulado “Grupo de Consumidores Orgânicos de Rolante/RS”. A ação pretendia formar um coletivo de consumo de alimentos orgânicos com o viés de incentivar a agricultura familiar e promover a aproximação entre consumidores e produtores. Com o passar de dois anos é possível afirmar que o objetivo do projeto foi alcançado, novos agricultores em processo de transição agroecológica se juntaram a proposta dando início a um novo projeto de extensão e uma ampliação da comercialização de cestas, a Feira Ecológica.

A Feira Ecológica integra o projeto de extensão, também do IFRS, “Circuitos curtos de comercialização: potencializando a produção orgânica de alimentos no Vale do Paranhana”. Este tem como objetivo implantar uma feira de agricultura ecológica e, também, certificar a produção orgânica através de um sistema participativo de garantia do Grupo Ecovida de Agroecologia, processo esse que ainda está em andamento. Importante frisar que somente a partir da certificação da sua produção é que esses agricultores poderão rotular e comercializar esses produtos como orgânicos, assim sendo os produtos comercializados nessa feira são rotulados como ecológicos.

Quando eu falo agroecológico né, agroecologia na verdade é uma ciência, não posso dizer que meu produto é agroecológico, porque não existe. A agroecologia é uma forma de ver agricultura, melhor chamar de agricultura ecológica, não tira a cultura do agrícola, agroecologia é uma forma de você produzir e viver, e a produção orgânica é aquela que atende a legislação, que foi criada com todos os seus decretos e que gera um selo. Nós trabalhamos nesse viés da agroecologia (REPRESENTANTE 6, 2019).

A primeira edição da feira foi realizada em dezembro do ano de 2017 no IFRS *campus* Rolante e contou com a participação de 10 agricultores e agricultoras, comercializando produtos livres de agrotóxicos. Em função de sua boa repercussão e a parceria entre produtores, IFRS e Emater, desde março de 2018, a feira passou a ser realizada, até hoje, semanalmente no centro da cidade de Rolante.

Paralelo à consolidação da Feira Ecológica e apoiados pelo projeto de extensão dos circuitos curtos, criou-se o Grupo de Agricultores *Jaracatiá*, com o propósito da promoção da agroecologia e da produção orgânica com certificação.

Isso era um projeto-piloto praticamente, porque ninguém acreditava. Então a gente vivia uma dicotomia, porque as pessoas diziam assim, qualquer evento que a gente falasse disso, as pessoas diziam: ‘não adianta produzir orgânicos que não tem mercado’. Aí o outro lado dizia assim: ‘ah, orgânico é muito caro e eu não encontro’. Vamos conectar essas pessoas! E aí foi esse o trabalho do grupo, por dois anos a gente fez vários eventos de divulgação da comida orgânica e através de outros temas, não assim como orgânico, mas a gente fez eventos com relação a utilização de temperos, especiarias, trouxe Chefs, enfim, teve duas formações sobre PANCs, ainda quando ninguém falava muito. E aí mais interessados se manifestaram para a entrega de cestas. Então no dia 07 de março de 2018 a gente fez uma primeira reunião de interessados, em torno de 20, entre agricultores e neo-rurais, apareceram para a constituição do grupo, porque aí eu trabalharia para o grupo, e em paralelo a gente trabalhou a organização do grupo e a criação da feira. Só que o grupo ele é autogestionado, ele tem que se virar, eu dou meus ‘pitacos’ as vezes, mas o grupo tem que se organizar. O grupo criou suas normas, suas formas de convivência, as dinâmicas das reuniões. Normalmente o grupo faz uma reunião com já seguindo um esquema de certificação participativa da rede Ecovida, então a gente já foi direcionando tudo pra certificação participativa. E aí a gente está neste esquema de muitas reuniões e definições (REPRESENTANTE 06, 2019).

No que se refere ao grupo *Jaracatiá*, atualmente ele é composto por cerca de 20 agricultores, o que corresponde em torno de oito a dez famílias. Sobre a composição desse grupo ao longo do tempo, pode se dizer que ele ainda não se caracteriza como um grupo consolidado, devido a sua volatilidade, com muitas entradas e saídas de pessoas desde a sua criação. Um motivo que justifica tal volatilidade é o fato de que muitos produtores querem ingressar no coletivo para poderem vender seu produto na feira, entretanto esse não é o principal propósito do grupo, que busca a promoção da agroecologia e a certificação participativa. Em relação a isto, é importante frisar que nem todos os que compõe o grupo *Jaracatiá* comercializam produtos na Feira Ecológica, como é o caso da Produtora 12, que prefere somente trabalhar com entrega de cestas prontas.

As tratativas para o ingresso do respectivo grupo na rede Ecovida de Agroecologia do Vale do Caí, pioneira no desenvolvimento do sistema participativo de garantia, iniciou em julho de 2019. O ingresso do grupo na rede já foi aprovado e os agricultores que almejam a

certificação aguardam, no momento da pesquisa, a avaliação em pares das propriedades e dos seus respectivos planos de manejo para conquista do selo orgânico. A obtenção do selo irá qualificar e valorizar a produção orgânica local, será um diferencial frente ao mercado das feiras do município, além de fomentar a alimentação saudável e a preservação do meio ambiente.

A partir de uma possível certificação da produção orgânica dos agricultores agroecológicos, estes passam a ser classificados, de acordo com os mecanismos de ampliação das *cadeias curtas de abastecimento de alimentos* (CCAAs), de Renting, Marsden e Banks (2017), como CCAAs ampliadas. Os circuitos curtos ampliados, possibilitam a venda dos produtos para consumidores fora da região de produção, incorporando informações de enraizamento local impressas na embalagem, visando conectar o consumidor ao local/espço de produção, condizendo ao conceito de *embeddedness* (POLANYI, 2000).

No momento da pesquisa, a Feira Ecológica contava com a participação de 6 famílias de agricultores familiares, os quais realizam a feira todas as quartas-feiras, das 9h da manhã às 15h da tarde. São comercializados por eles frutas da estação, hortaliças, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), melado, chás, sabão artesanal, cogumelos, entre outros, produtos classificados por eles como ecológicos, até não obterem o selo de certificação orgânica. A discussão acerca do perfil dos feirantes e características do grupo familiar se dará no Tópico 4.3.

Frente ao exposto sobre o processo de criação da Feira do Produtor e a Feira Ecológica, classificadas como cadeias curtas no município de Rolante, e fazendo referência a duas pesquisas já mencionadas na introdução desta dissertação, uma de autoria de Ferrari (2011) e outra de Cassol (2013), foi possível observar que as iniciativas para construção desses espaços se atribui aos próprios agricultores familiares, preocupados em ofertar alimentos de qualidade diferenciada e de procedência conhecida ou definida, bem como para auxiliar na composição das suas rendas.

Ferrari (2011) analisou o contexto de criação da Feira Agroecológica de Chapecó/SC e Cassol (2013) a Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. Ambos constataram que a consolidação desses casos contou com o apoio de entidades, como, por exemplo: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Emater, Sindicato de trabalhadores rurais e prefeitura municipal por meio de suas secretarias da agricultura. Rolante tem o privilégio de contar ainda com o apoio do IFRS, instituição de ensino público e gratuito, que oferta cursos de formação profissional e tecnológica de nível médio e superior, que objetiva atender às demandas da região e contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Todavia, ambas as feiras, como também o caso da comercialização de cestas prontas pela Produtora 12, não teriam se consolidado sem o apoio e a intervenção das instituições ligadas aos agricultores e ao meio rural. Estas, ao trabalharem em conjunto, contribuem para a construção social e a manutenção desses mercados, fortalecendo a produção e o consumo de alimentos na localidade.

Tudo isso vem ao encontro da ideia da construção social dos mercados e de redes sociais, conceitos abordados na teoria da sociologia econômica, onde esses espaços de comercialização são construídos sob processos de interação social entre os diferentes atores que participam de sua idealização. E ainda, que as relações de comercialização entre produtores e consumidores de alimentos não perpassam apenas por aspectos econômicos, especificamente preço e quantidade e/ou curvas de demanda e oferta (GRANOVETTER, 2005; GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

O tópico a seguir objetiva a análise das características socioeconômicas dos agricultores familiares que compõe o grupo de feirantes, composição do grupo familiar e os motivos que os levaram a se inserir nos circuitos curtos de comercialização do município.

4.3 Protagonistas dos circuitos curtos de Rolante/RS: os feirantes

Os feirantes que integram a Feira do Produtor e a Feira Ecológica são agricultores familiares do meio rural do município de Rolante, que produzem seus produtos e os trazem para comercializar nessas feiras. Alguns dos principais motivos que levaram esses agricultores a iniciar a comercialização de seus produtos nesses mercados, podem ser identificados nos relatos apresentados a seguir:

Eu comecei vendendo de casa em casa, aí uma amiga me indicou pra vender aqui na Casa da Colônia, então falei com o pessoal da Emater e iniciei a fazer feira em fevereiro de 2012. Passei a vender biscoitos por necessidade, a renda que vinha das vacas de leite não estava mais dando o retorno suficiente, então eu tinha que fazer alguma coisa que desse ao menos um dinheiro para mim comprar uma roupa e cortar o cabelo. Então um dia conversei com a minha sogra e ela me deu a ideia de vender uns biscoitinhos de mel que ela fazia. A receita é dela, ela que me ensinou. E assim eu comecei, peguei também receita de biscoito de canela e biscoito de natal da minha mãe (PRODUTORA 1, 2019).

Por que era uma forma de vender o que sobrava na propriedade e precisava pra ter mais renda, e pra ter mais feirantes também, quanto mais feirantes, mais diversidade de produtos, mais diversidade de produtos, mais freguesia (PRODUTOR 3, 2019). Na agricultura tem que arrumar uma renda extra né, como eu gostava de flores e jardinagem, fazia isso junto com a atividade leiteira e com o passar do tempo fiquei só com as flores (PRODUTOR 5, 2019).

A gente participava do grupo *Jaracatiá* antes de ter produto, porque essa iniciativa de produzir alimentos, produzir sem veneno já era um sonho desde antes assim, e a gente já vinha nesse caminho. Aí a gente conheceu esse pessoal e resolvemos se juntar, fazer o grupo. Mesmo sem produtos a gente já participava, os meninos iam nas reuniões e tal pra reforçar esse grupo. Vantagens de se vender aqui, eu acho que a cadeia curta né, tu já vende direto pro consumidor, não tem que ficar passando por um monte de gente (PRODUTORA 6, 2019).

O início da comercialização se deu na feira, a gente resolveu participar, viemos de uma formação de cooperativismo, associativismo e economia solidária, e pra gente não faz sentido essa visão empresarial e individual. Logo que a gente veio entramos no Grupo de Consumidores (PRODUTORA 7, 2019).

Minha vida, nesse sentido, começou depois do IFRS. Eu trabalhava como chapeador, 23 anos em uma empresa. Daí eu me aposentei, como apareceu o curso de Agroecologia eu saí e fui fazer o curso, e ali mudou totalmente meu pensamento a respeito disso. Comecei a pesquisar e vi que o orgânico estava em alta e comecei. Sempre gostei de plantar e aquela história de ver coisa com veneno me apavorava, daí comecei a plantar pra minha família comer sem veneno. Aí um amigo nosso nos indicou pro grupo *Jaracatiá*, nos aceitaram e já faz 2 anos que estamos aqui (PRODUTOR 8, 2019).

A gente veio pra cá com esse intuito de plantar produto orgânico, porque meu marido trabalhou muitos anos com produto químico, pintura de carro, chapeação e pintura, então ele disse que aquilo era totalmente contra os princípios dele, porque ele já era agroecológico e não sabia, então a gente veio pra cá e colocou em prática tudo aquilo que a gente queria fazer (PRODUTORA 10, 2019).

Resolvemos participar do grupo por ser uma iniciativa local, está perto de nós, a entrada no grupo também é recente (março de 2019), pela troca de sementes, alimentos e conhecimento. É fundamental tá fazendo a troca com o consumidor, pra ele ter consciência de onde está vindo a comida, pra criar o vínculo, mostrar a importância que tem a terra. E ela é a nossa mãe, ela nos dá tudo (PRODUTORA 11, 2019).

Ao analisar os relatos, é possível constatar que diversos são os motivos que levaram os agricultores a comercializar na feira, desde a necessidade de uma fonte de renda extra, até a possibilidade de concretização da criação de maiores vínculos de confiança ou de aproximação com os consumidores, para aqueles buscam estabelecer, por diferentes motivos, esse tipo de relação. A produção de produtos ecológicos é vista como uma forma de agregar valor ao seu produto, se posicionando a favor da comida sem veneno. Podem ser destacadas, também, as vantagens de não existir intermediários na relação de compra e venda, quando a comercialização é realizada diretamente entre o produtor e o consumidor, como acontece nas cadeias curtas.

O relato da Produtora 1, com relação às receitas dos seus biscoitos, cabe aqui ser destacado. Ao adquirir um produto como esse, a interação vai muito além de apenas uma operação mercantil, pois tem a ver com a origem daquele alimento, do sentimento compartilhado por quem está ali vendendo. Tal fato se remete ao conceito de redes sociais da

sociologia econômica, mais especificamente ao compartilhamento de valores e representações vinculados àquele produto.

Apresenta-se a seguir, o perfil dos feirantes, a composição familiar e a análise dos dados empíricos. As informações mais detalhadas sobre esses pontos, juntamente com dados complementares, estão disponibilizadas nos quadros do Apêndice E. As informações referentes à Produtora 12, que comercializa somente cestas prontas, serão integradas na análise dos feirantes da Feira Ecológica, por sua relação com a respectiva feira e por compactuar com o viés agroecológico.

Os agricultores feirantes da Feira do Produtor possuem, em média, 66 anos de idade, compreendendo pessoas de 54 anos a 73 anos de idade. Sobre o tempo em que participam da feira, em média 24 anos, contando com um agricultor que está desde o início da feira, há 37 anos, e a Produtora 1 que foi a última que entrou, está há 8 anos na feira. Os imóveis rurais compreendem, em média, uma área de 17,36 hectares. O tempo em que a propriedade se encontra sob gestão familiar, considerando processos sucessórios anteriores, é de 62 anos, em média. Um fato importante a destacar nesta feira é sobre a gestão familiar do empreendimento rural, mesmo que todos esses feirantes tenham filhos (as), nenhum deles apontou um possível sucessor familiar, pois esses filhos desempenham atividades profissionais no meio urbano. Já há bastante tempo que o processo de sucessão familiar vem sendo discutido como um dos maiores desafios para o campo, uma vez que a sucessão se torna elemento chave para a dinâmica socioeconômica e cultural do rural brasileiro, na medida em que o esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo familiar de desenvolvimento rural.

Os agricultores feirantes da Feira Ecológica têm, em média, 40 anos de idade, abrangendo pessoas de 21 anos a 54 anos de idade. Com relação ao tempo em que participam da feira, como ela acontece há cerca de um ano e meio, compreende feirantes que estão lá desde seu início até a inclusão mais recente, há seis meses. As propriedades rurais têm, em média, uma área de 8,85 hectares. No que se refere ao tempo em que o imóvel está sob a posse familiar, verificou-se que o tempo médio é de 27 anos, contudo, predominam iniciativas recentes, quatro propriedades iniciaram suas atividades a menos de quatro anos.

Dentre as quatro iniciativas recentes, podemos classificar três delas como uma categoria emergente no meio rural, que vem sendo denominada de “neo-rurais”. Como já abordado no Tópico 2.2, de acordo com Giuliani (1990), os neo-rurais correspondem a uma migração urbana para o rural, a fim de desenvolver projetos pluriativos e diferenciados frente ao modelo hegemônico de agricultura. Estes objetivam contato direto com a natureza, tranquilidade, relações sociais e a oferta de produtos rurais distintos.

Ao se falar de projetos pluriativos, se refere a uma nova dinâmica ocupacional do meio rural, já salientada por Froehlich e Diesel (2009). Além da produção de alimentos, a dedicação também pode ser uma forma aparente de garantia da qualidade desses produtos, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um contexto econômico e social rural, e a diversificação das atividades, com destaque para o turismo rural. Frente a essa pluralidade, foi possível identificar tal dinâmica não só nos neo-rurais, mas de forma geral, também em todos os produtores da Feira Ecológica, que dentre as sete famílias, duas delas também retornaram ao campo após se aposentarem na cidade, especificamente a família do Produtor 8 e da Produtora 10.

No que se refere às atividades desempenhadas por eles no campo, que condizem com essa nova dinâmica rural, tem-se: a produção orgânica, comercialização de PANCs, o sistema agroflorestal, os guardiões de sementes, saboaria artesanal com coleta de óleo de cozinha, o uso de tecnologias sociais e o turismo de experiência. As tecnologias sociais condizem a um produto, método ou técnica criada para solucionar algum problema social, se caracteriza por ser simples, de baixo custo, de fácil aplicabilidade e de impacto. Sobre essas tecnologias, foram relatadas ações de: aproveitamento da água da chuva; compostagem; banheiro seco; sistema de saneamento com separação de águas claras, cinzas e negras, possibilitando direcionar esses resíduos para os cultivos; bioconstrução; e o calendário biodinâmico.

Com relação ao turismo de experiência, as famílias da Produtora 7 e Produtor 9 já oferecem esse serviço em suas propriedades. Ambas estão cadastradas no site *Worldpackers – Mochileiros pelo mundo* -, e recebem turistas que buscam experiências díspares pelo mundo. No relato da Produtora 7, neo-rural, é possível compreender como funciona o turismo de experiência na prática.

Quando a gente veio pra cá, não foi com o objetivo de se isolar, a gente veio para viver uma vida diferente e a gente tem esta característica do social né, do comunitário, das redes. Então a experiência do turismo, desde o início lá em Porto Alegre, a gente contou com assessoria para analisar a nossa proposta, a gente não queria ser um hotel né, e ao mesmo tempo a gente queria receber as pessoas, então nos foi apresentado essa proposta do turismo de experiência, dentro do turismo rural. A nossa experiência é uma proposta em que gente convida as pessoas para conviverem neste espaço coletivo, pra conviver com essa rotina que a gente chama de rotina compartilhada, onde as pessoas entram na divisão das tarefas, tarefas ligadas a bioconstrução, de cultivo e a rotina de cozinhar, a trilha e banho de cachoeira. Troca por hospedagem e uma colaboração simbólica com dinheiro para a alimentação (PRODUTORA 7, 2019).

Para agregar à análise do perfil dos feirantes, se apresenta a escolaridade dos pesquisados, o que é possível visualizar na Tabela 10. Dentre os produtores da Feira do

Produtor, 87,5% possuem ensino fundamental incompleto, o que demonstra uma escolaridade relativamente baixa. Essa informação vem de encontro com o apresentado no tópico 4.1.2 sobre o cenário educacional rural rolantense, dos quais 65% dos produtores possuem nível de escolaridade “antigo primário”. Foi identificado também que 52% das propriedades rurais compreendem uma população de 60 anos ou mais, o que também se confirma com a média de idade desses feirantes, que é de 66 anos. Esta geração é marcada pela dificuldade de acesso à educação que tinham quando eram jovens, derivada também da obrigatoriedade de auxiliarem nas atividades agrícolas das propriedades familiares.

Realidade oposta é o que se evidencia nos agricultores da Feira Ecológica, onde 90% possuem desde o ensino médio completo até pós-graduação, incluindo um em nível de doutorado, indicando certo grau de qualificação. Além do grau de escolaridade ser diferenciado, estes demonstram a busca recorrente por conhecimento, tendo como principal parceiro o IFRS. Desde 2018, todos eles frequentaram, ao menos um módulo, do curso de extensão em Agroecologia, sendo ele dividido em três módulos: I, II e III. Foram citados também outras formações, como, por exemplo, horticultura orgânica, plantas bioativas, turismo rural, *design* de ecovilas, agricultura biodinâmica e especialização em desenvolvimento rural.

Tabela 10 - Grau de escolaridade dos produtores que participam da comercialização via circuito curto

Categorias	Feira do Produtor		Feira Ecológica	
	Frequência	%	Frequência	%
Não estudou	0	-	0	-
Ensino fundamental incompleto	7	87,5	1	10,0
Ensino fundamental completo	0	-	0	-
Ensino médio incompleto	0	-	0	-
Ensino médio completo	1	12,5	2	20,0
Ensino superior incompleto	0	-	3	30,0
Ensino superior completo	0	-	3	30,0
Pós-Graduação	0	-	1	10,0
Total	8	100,0	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Fazendo referência as pesquisas de Ferrari (2011) e Cassol (2013), os dados por eles apresentados se assemelham ao grau de escolaridade dos feirantes da Feira do Produtor de Rolante/RS, relativamente baixo. Na Feira de Produtor Coloniais e Agroecológicos de

Chapecó/SC, 42% dos entrevistados possuem até o ensino fundamental, e para a Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS, esses correspondem a 44%. Ressaltando que aqueles com ensino superior nas duas pesquisas mencionadas são minoria, em Passo Fundo 8%, e em Chapecó cerca de 10%.

No tocante aos aspectos econômicos, se questionou os feirantes sobre quanto a venda na Feira e de cestas prontas representa no total da renda familiar. Estes dados são apresentados na Tabela 11. Constatou-se que para 50% dos produtores essa comercialização corresponde a até 20% da renda familiar, e para 16,67% dos feirantes representa de 80% a 100% da renda.

Tabela 11 - Participação das vendas na feira no total da renda familiar

Categorias	Frequência	%
Até 20%	6	50,0
De 20% a 40%	2	16,7
De 40% a 60%	2	16,7
De 60% a 80%	0	0,0
De 80 % a 100%	2	16,7
Total	12	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este cenário sobre a participação das vendas via circuito curto no montante da renda familiar dos feirantes de Rolante/RS diverge do apresentado pelos estudos de Ferrari (2011) e Cassol (2013). Em Chapecó/SC, para 10% dos produtores a renda proveniente da feira corresponde a menos de 20%, e para 21% dos feirantes representa mais de 90%. Em Passo Fundo/RS, para 24% dos entrevistados essa renda representa até 30% do total, e para 48% dos produtores condiz a 50% ou mais da renda total familiar.

Essa divergência pode ser justificada, talvez, pelo histórico das feiras e pelo número de feirantes, onde a de Passo Fundo/RS, no momento da pesquisa, possuía 66 feirantes e 38 anos de história. Já a de Chapecó/SC, possuía 150 famílias envolvidas e cerca de 20 anos de atividade. Ademais, as dinâmicas no campo, historicamente, sempre foram marcadas pelo desenvolvimento de mais de uma atividade que resultasse em renda dentro de uma mesma propriedade rural, a diversificação produtiva é vista como estratégia de reprodução social e econômica e é uma marca dos agricultores familiares (FERRARI, 2011).

As feiras de Rolante/RS, de modo geral, ainda se caracterizam pela venda da produção de excedente das propriedades, compondo a renda total das famílias junto com outras fontes.

Contudo, os feirantes da Feira do Produtor relatam a diminuição das vendas em comparação ao início da Feira, há mais de 30 anos. Isso decorre do aumento da inspeção sanitária dos produtos comercializados nas feiras e dos mais diversos estabelecimentos que hoje vendem alimentos.

Naquele tempo dava mais renda a feira, hoje a gente vem mais pela amizade, não por valer e a pena. Plantava milho e feijão em 4 hectares e tinha colocação, qualquer lugar comprava. Hoje se colher 5 sacos de feijão não vende mais, tem que ser tudo embalado e certificado (PRODUTOR 4, 2019).

No início tudo que se trazia vendia, as vezes nem terminava o dia já vendia tudo. Hoje se traz 10% do que trazia naquela época e sobra mais que a metade. Então a gente vem por causa da amizade que a gente tem com todo mundo. Se dá uma sexta que o cara não pode vim, como já aconteceu as vezes, até na outra sexta parece que passou um ano, dá saudade do pessoal. Chega um, faz uma brincadeira, porque a gente sempre aprende alguma coisa. E daí é tão bom, por causa disso, da amizade que a gente tem com o pessoal. (PRODUTOR 3, 2019).

Nos discursos se evidencia um elemento novo, a amizade. Desta maneira, este espaço não é apenas visto como uma relação de compra e venda, mas também um espaço de relações sociais que as feiras possibilitam, não só entre os feirantes, mas, também, entre feirantes e consumidores. Com base nessas relações, resultantes da interação social, é que a qualidade dos produtos e o modo de viver desses agricultores são reconhecidos pelos consumidores dos seus produtos. Por conseguinte, o tópico a seguir objetiva tratar do parecer dos consumidores frente às cadeias curtas analisadas nesta dissertação, bem como os vínculos estabelecidos entre produtor e consumidor.

4.4 O mercado das cadeias curtas de Rolante/RS: a percepção dos consumidores e suas relações com os produtores

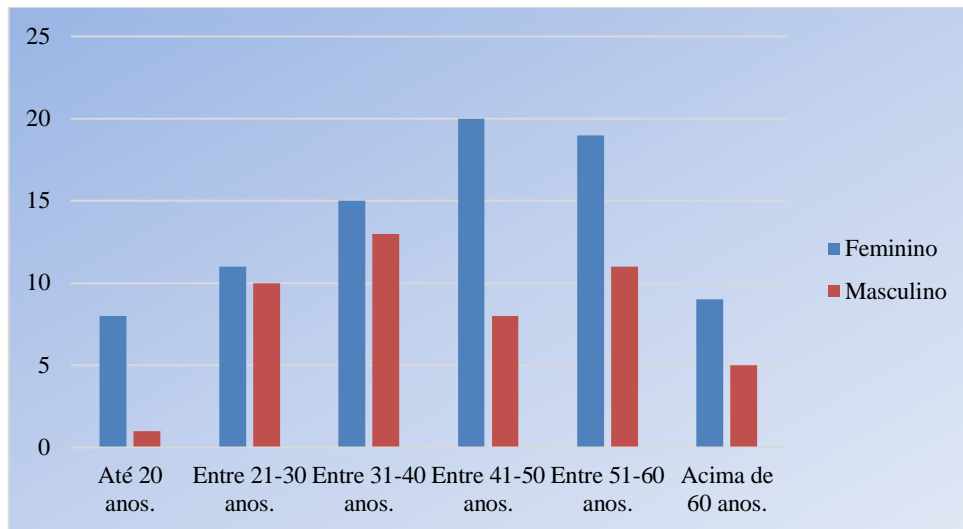
O olhar sobre a percepção dos consumidores de produtos de qualidade diferenciada é relevante nas discussões acerca do meio rural, em particular, aos mercados da agricultura familiar, conforme já apresentado no capítulo dois desta dissertação. Segundo a literatura, quando se trata do estudo das cadeias curtas, os consumidores são fundamentais para compreender esses circuitos. Por meio da criação de novos vínculos entre agricultores e consumidores, aproximando estes da origem de seus alimentos, encurtando a cadeia da comercialização, valoriza-se a atividade agrícola, a natureza rural e as economias locais.

Tomando por base a pesquisa realizada junto aos consumidores e não-consumidores, se obteve o retorno de 130 respostas válidas para o questionário disponibilizado via ferramenta *Google Docs*. Os não-consumidores foram incluídos ao estudo pois entende-se que estes

caracterizam-se como potenciais consumidores. Aplicou-se um questionário com perguntas destinadas aos que não frequentam nenhuma das duas feiras, pois foi constatado que o percentual da população local que frequenta essas duas feiras pode ser considerado relativamente baixo. Considerando-se relevante o fato de o município contar com duas feiras que comercializam produtos diversificados e distintos entre elas, sendo uma feira de muitos anos e uma feira de início recente, a pesquisa com esses não-consumidores teve a finalidade principal de identificar os motivos dessa ausência nesses espaços, podendo, a partir da identificação dessas respostas, possibilitar a melhoria e o desenvolvimento desses mercados locais de alimentos no município.

Importante frisar que neste tópico, de apresentação dos resultados sobre os consumidores, se utilizará de gráficos e tabelas para apresentar os dados das duas feiras analisadas. Por vezes, serão colocados dados das duas feiras no mesmo gráfico ou tabela para otimizar a apresentação dos resultados e não, necessariamente, com o intuito de comparar as características de cada uma das feiras.

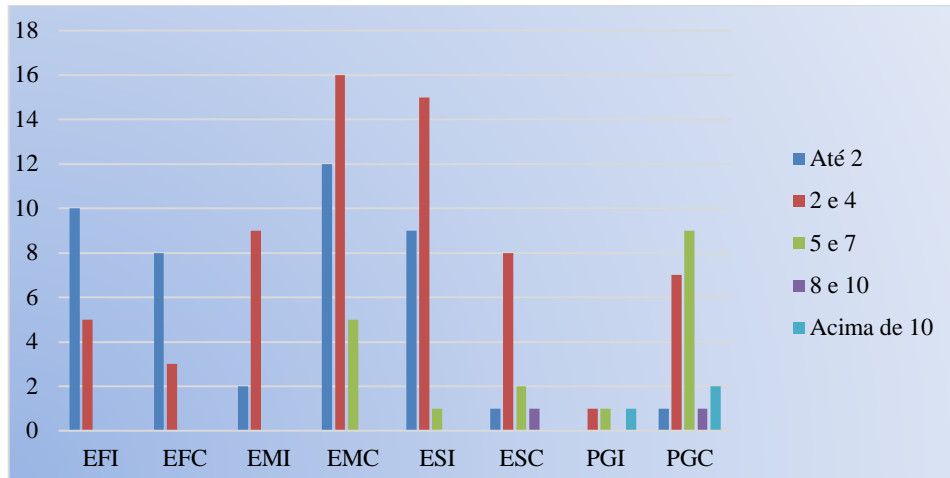
Quanto ao perfil dos respondentes, é possível dizer que na sua maioria são mulheres de idade entre 31 e 60 anos, conforme demonstrado no Gráfico 1. Isto pode ser justificado pelo fato de que, historicamente, verifica-se que o cuidado com a alimentação da família e, por diferentes motivos, ainda tem sido uma tarefa ou um papel assumido pela mulher. Desde a época em que a maior concentração da população se encontrava no rural, o cultivo e a preparação de alimentos para as famílias eram de responsabilidade das mulheres, que por sua vez não dominavam as tecnologias e o uso de máquina (NANDI, 2015). Com o passar dos anos e da migração do campo para cidade, o trabalho das mulheres no cuidado dos alimentos para a segurança alimentar familiar se manteve.

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes: idade e gênero

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

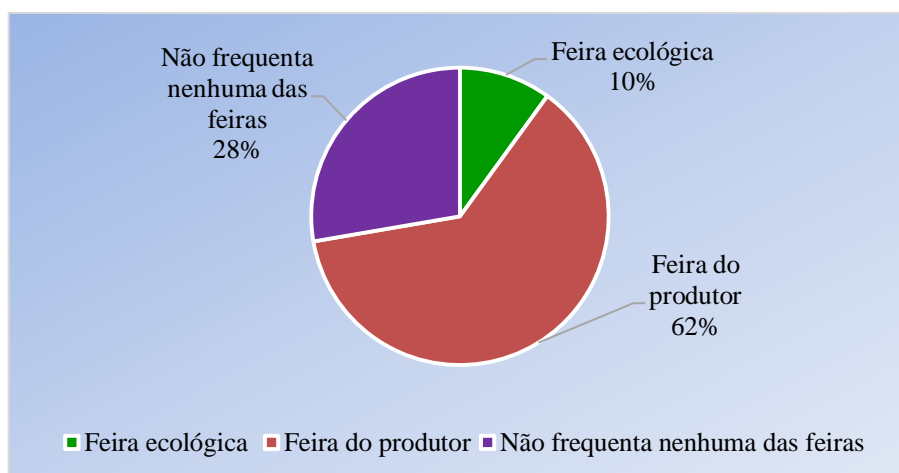
No que se refere à relação entre o grau de escolaridade e a renda dos respondentes, verificou-se que a maioria deles possuem ensino médio completo e uma renda de até quatro salários mínimos, seguido de uma representação considerável para os que estão cursando o ensino superior, na mesma faixa salarial (Gráfico 2). As abreviações no gráfico se referem aos graus de escolaridade, a saber: EFI: ensino fundamental incompleto; EFC: ensino fundamental completo; EMI: ensino médio incompleto; EMC: ensino médio completo; ESI: ensino superior incompleto; ESC: ensino superior completo; PGI: pós-graduação incompleta; PGC: pós-graduação completa.

No gráfico, é possível identificar uma relação direta entre o grau de escolaridade e a renda onde é possível afirmar que com a busca por aperfeiçoamento profissional e formação em nível de graduação e pós-graduação, a renda destes indivíduos tende a aumentar. Entre aqueles que possuem até o ensino fundamental, a renda predominante é de até dois salários mínimos. Já entre os que possuem pós-graduação, a renda prevalecte é a de até sete salários mínimos.

Gráfico 2 – Perfil dos respondentes: renda e grau de escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Frente a esta breve apresentação do perfil de consumidores e não-consumidores das feiras de Rolante/RS, no questionário estes foram direcionados a avaliarem a feira que mais frequentam, os que não frequentam a Feira do Produtor e nem a Feira Ecológica foram direcionados a apontar o porquê da não participação nesses mercados. Sendo assim, dos 130 respondentes, 62% frequentam com mais assiduidade a Feira do Produtor, 28% não frequentam nenhuma das duas feiras, e 10% frequentam com mais periodicidade a Feira Ecológica (Gráfico 3).

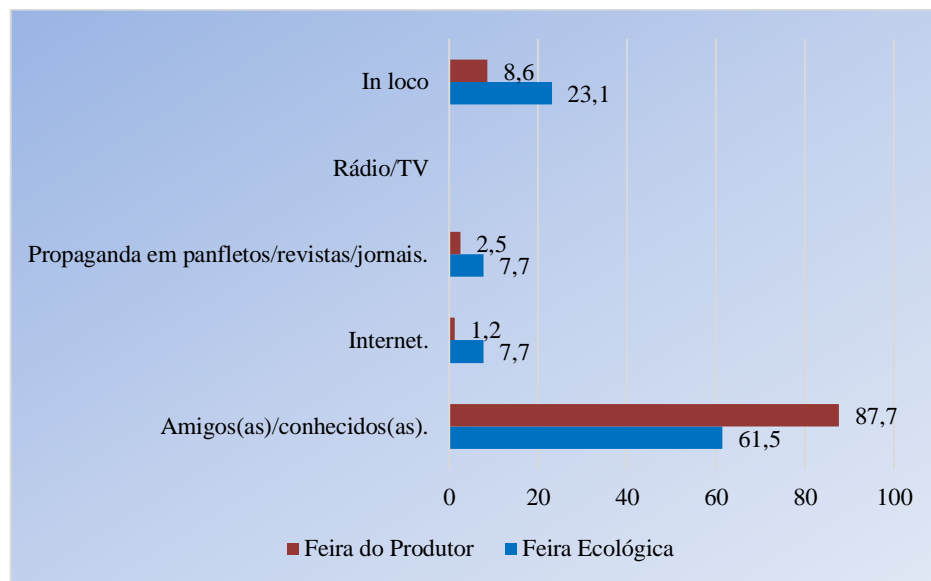
Gráfico 3 - Feira que mais frequenta

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando os frequentadores foram questionados sobre como conheceram as feiras, para ambos os espaços de comercialização, a maioria das respostas foi “por meio de amigos (as)

/conhecidos (as)”. Para a Feira do Produtor 87,7% marcaram a respectiva opção, e para a Feira Ecológica 61,5%. De acordo com os produtores e representantes das entidades, a divulgação das feiras se dá via aplicativos de redes sociais, mais especificamente *Whatsapp* e *Facebook*. Talvez seria interessante a divulgação em rádios e jornais locais, aumentando assim a visibilidade destes espaços.

Gráfico 4 - Como conheceram as feiras (em %)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No que se refere ao local onde acontecem as feiras e suas instalações (Gráfico 5), é possível dizer que estes espaços podem ser melhorados, uma vez que os consumidores os classificam como “bom”, 46,2% para a Feira Ecológica e 45,7% para a Feira do Produtor. Em seguida, a concepção “satisfatória” foi a mais enfatizada. Logo, o esperado para esta avaliação seria o “excelente”, mas não foi isto que ocorreu, sendo este um dos motivos para se apontar a necessidade de melhorias.

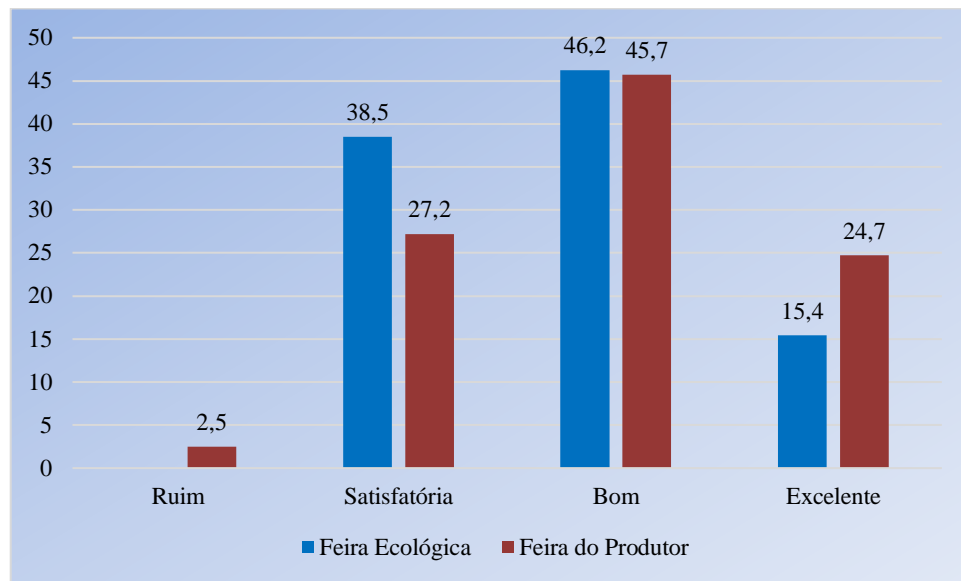
No que se refere a Feira Ecológica, o atual local de realização compreende um estacionamento de uma academia do município, espaço este cedido por seu proprietário. No seu início ela ocorria nas dependências do *campus* do IFRS, depois, com o intuito de aproximação com o seu público passou a ser realizada no centro de Rolante, mais especificamente na Casa da Colônia, mas, por diversos motivos, não permaneceu neste local e passou a ser realizada no atual espaço, que aparentemente ainda não é o seu local definitivo.

Com relação a Feira do Produtor, chama a atenção o relato de um feirante quanto ao descontentamento em realizar a comercialização de seus produtos na Casa da Colônia, o qual

indica a perda da característica de feira ao realizá-la em um espaço fechado. Deve ser reiterado que a feira acontece na Casa da Colônia, desde a inauguração desta, há cerca de 14 anos.

O negócio de feira, de vender verdura, tinha que ser na rua, na calçada. Eu me sinto escondido aqui dentro, o pessoal não vê a gente, sabe que tem, mas não vê, e desde que passamos a vender na Casa da Colônia é que começou a vender cada vez menos. O que os olhos não vê o coração não sente (PRODUTOR 3, 2019).

Gráfico 5 - Satisfação quanto ao local e instalação das feiras (em %)



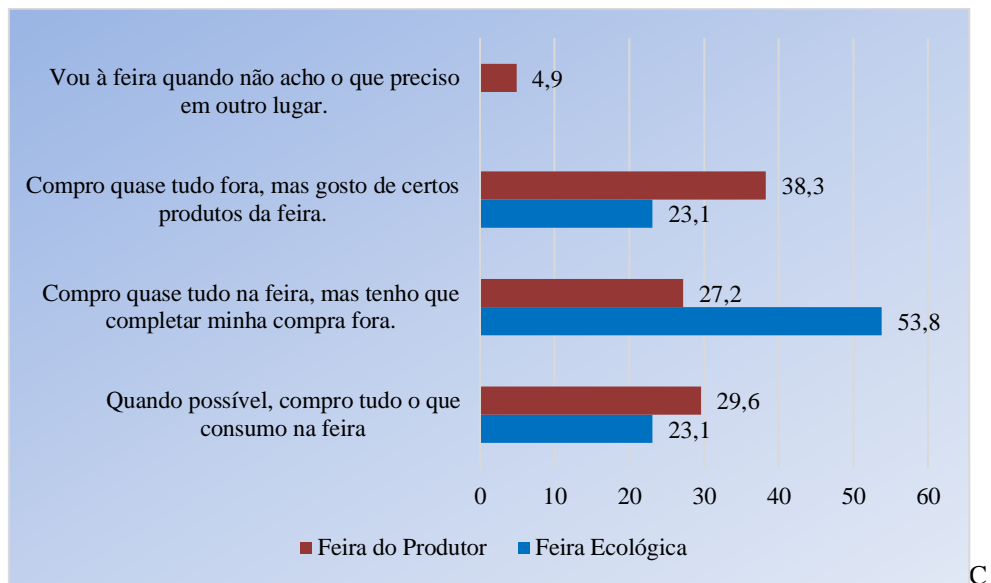
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sabe-se que a partir das exigências impostas ao rural, no que se refere a comercialização de alimentos, as relações entre agricultores, consumidores e atravessadores passaram a assumir caráter contratual e econômico, onde são priorizados os quesitos quantidade e preço. No entanto, ao se analisar mercados do tipo cadeias curtas, como é o caso do objeto de análise do presente estudo, se dá importância a outras características, como a fidelidade, a confiança, o interconhecimento, a amizade, entre outras, oriundas das relações entre consumidor e agricultor.

Em termos da fidelidade às feiras, se verificou que entre os consumidores da Feira Ecológica, 53,8%, ou seja, a maioria, compram quase tudo na feira, mas que precisam completar as suas compras em outros estabelecimentos, seguido de 23,1% que mesmo efetuando a maioria das compras em outros mercados, possuem preferência sobre certos produtos da feira. Os demais 23,1%, adquirem o máximo possível de produtos neste espaço (Gráfico 06).

Quanto aos consumidores da Feira do Produtor, se sobressai a opção de preferir alguns produtos da feira, mas que compram quase tudo em outros estabelecimentos, 38,3%. Os demais se dividem entre comprar o máximo possível na feira (29,6%) e completar a compra em outros mercados (27,2%). Há também quem vai até a feira quando não acha o que necessita em outro lugar, o que corresponde a 4,9% das respostas (Gráfico 06). Importante salientar que todos os produtores, de ambas as feiras, afirmaram possuir clientes fiéis.

Gráfico 6 - Fidelidade às feiras (em %)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir das informações apresentadas quanto a fidelidade às feiras, se discorre sobre os motivos que levam os consumidores a adquirir produtos nesses espaços, o que se visualiza no quadro 7. Nesta questão era possível o consumidor marcar mais de uma alternativa como resposta, podendo também sugerir outros motivos que os levassem a frequentar a feira, caso não estivesse disponível para escolha. Frente a isso, se obteve o seguinte cenário, exposto no Quadro 7.

Quadro 7 - Motivos para comprar nas feiras (em %)

Categorias	Feira do Produtor	Feira Ecológica
Os produtos são mais baratos	9,9	0,0
Valor nutricional	23,5	53,8
Produtos mais saudáveis	71,6	92,3
Me preocupo com a estabilidade socioeconômica dos agricultores familiares locais	37,0	38,5
A feira é próxima da minha casa e/ou trabalho	8,6	7,7

Categorias	Feira do Produtor	Feira Ecológica
Confio nos produtores/agricultores.	51,9	69,2
Os produtos são "frescos" (colhidos recentemente)	42,0	69,2
Conheço a origem dos produtos	40,7	69,2
Gosto do ambiente da feira	37,0	53,8
Gosto de conversar com os produtores/agricultores e outros consumidores	32,1	46,2

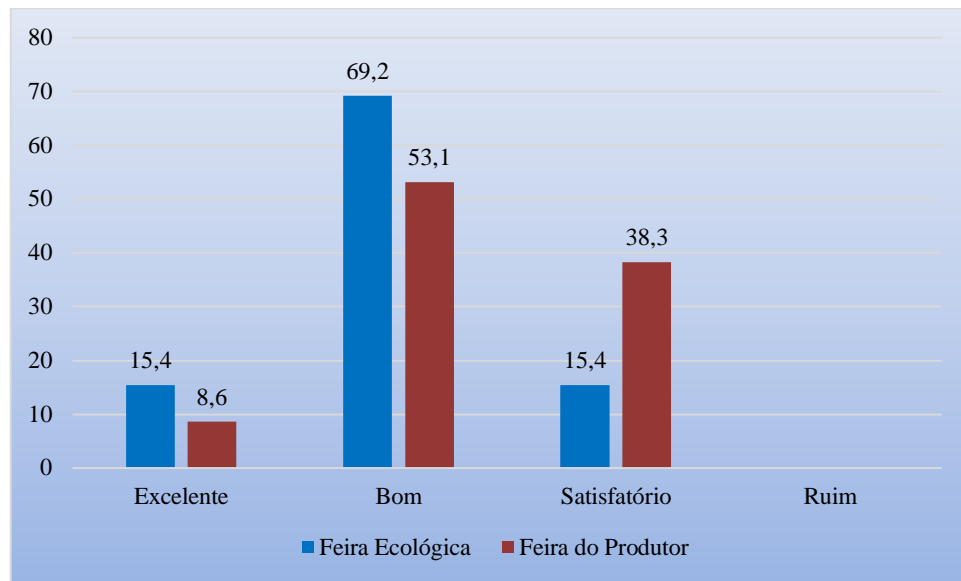
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme demonstra o Quadro 7, os consumidores da Feira do Produtor e da Feira Ecológica são motivados a adquirir seus produtos nestes mercados por considerar os alimentos mais saudáveis (respectivamente 71,6% e 92,3%). Esta qualidade está ligada ao cuidado dos agricultores com a produção, com a utilização de menos agrotóxicos ou a ausência destes, no caso dos produtores da Feira Ecológica. Além disso, se relaciona também aos produtos serem mais “frescos”, ao conhecer sua origem e a confiança depositada nos agricultores.

Os motivos apontados pelos consumidores vêm ao encontro com o que autores da temática abordam como as características valorizadas pelos consumidores na construção de circuitos curtos, como por exemplo, a qualidade, a procedência e a confiança nos produtores (FERRARI, 2011; POZZEBON, RAMBO, GAZOLLA, 2018). Assim sendo, essas características também nos remetem a termos chaves da sociologia econômica, a construção social dos mercados e o *embeddedness*.

Na pesquisa de Cassol (2013), a qualidade maior dos produtos também foi a principal razão de os consumidores comprar na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS, e defende que a qualidade vinculada a estes produtos é um processo social. Se entende como um processo social pois a qualidade não se resume somente a valor nutricional e/ou menos agrotóxicos, mas também a origem do alimento, tradição, confiança, preocupação com o meio ambiente e com a manutenção do rural.

Tomando por base ainda o quadro 7, chama a atenção de o motivo de “os produtos serem mais baratos”, pela questão de não possuírem atravessadores na comercialização via circuito curto, não ser considerado pelos consumidores da Feira Ecológica como motivo para comprar na feira e pouco relevante para a Feira do Produtor. Como visto no embasamento teórico, as relações mercantis que levam em conta somente os aspectos econômicos, tem o preço e a quantidade como os critérios reguladores dessas operações, diferente do que acontece em mercados analisados sob a ótica da sociologia econômica. Quando questionados sobre a satisfação quanto ao preço praticado nas feiras, tem-se o cenário apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Satisfação quanto ao preço praticado nas feiras (em %)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Gráfico 7 é possível identificar que os consumidores de ambas as feiras avaliam o preço como “bom”, analisando essa informação pensa-se que se pode melhorar, podendo chegar a uma avaliação excelente. Contudo, como já enfatizado anteriormente que o quesito preço não é relevante para a motivação de quem compra na feira, também é condizente com o pensamento de Granovetter (2005). Este autor afirma que as relações mercantis não possuem apenas aspectos econômicos, como preços e quantidades, mas passam pelos padrões de interação social que os diferentes atores vão conseguir construir nos mercados. E, que estes são determinados por aspectos sociológicos, como a confiança e as relações de amizade.

Fazendo referência as relações estabelecidas entre consumidores e produtores com relação à frequência de compras nas feiras, elaborou-se a Tabela 12. A partir dela pode-se notar como a maior frequência às feiras está associada ao desenvolvimento da confiança depositada pelo consumidor no agricultor. Na sua totalidade, 88,9% dos consumidores da Feira do Produtor valorizam os feirantes por meio da confiança, sendo que destes 49,4% frequentam a feira toda semana. Já no que diz respeito a Feira Ecológica, 92,3% dos consumidores atribuem sua valoração também a confiança, sendo que destes 53,9% frequentam a feira uma vez na semana (Tabela 12).

Tabela 12 - Relação entre a frequência de compras nas feiras e o que é mais valorizado pelos consumidores em relação aos feirantes (em %)

Feira do Produtor				
Frequência na Feira	Amizade	Confiança	Negócio	Respeito
Uma vez por semana	29,6	49,4	11,1	23,5
Duas vezes por mês	8,6	18,5	7,4	9,9
Uma vez por mês	13,6	21,0	4,9	12,4
Frequentei apenas uma vez	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	51,9	88,9	23,5	45,7
Feira Ecológica				
Frequência na Feira	Amizade	Confiança	Negócio	Respeito
Uma vez por semana	15,4	53,9	23,1	30,8
Duas vezes por mês	7,7	0,0	7,7	0,0
Uma vez por mês	23,1	38,5	7,7	23,1
Frequentei apenas uma vez	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	46,2	92,3	38,5	53,9

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Essa relação de confiança também pode ser identificada no relato de um dos feirantes, conforme o seguinte discurso:

Aqui na feira a gente pode mostrar o quanto a gente é sincero. As pessoas podem vir a qualquer hora do dia conhecer, o que eu trago aqui pra vender e o que eu digo que é orgânico, se eles chegar lá em casa eles vão ver que realmente é aquilo, a confiança que o cliente tem em nós. E é uma preocupação que a gente tem também, eu quero que o meu cliente confie em mim e ele pode ir lá em casa que ele vai ver que aquilo que eu tô dizendo ele vai encontrar lá (PRODUTORA 10, 2019).

Outros fatores significativos, com base na Tabela 12, se referem às relações de respeito e amizade. No que concerne as relações de respeito, é sentimento fundamental e deve estar incorporado a qualquer outro tipo de relação, seja de confiança, amizade ou negócio. Já as relações de amizade, valorizadas pelos consumidores, são enfatizadas também nos discursos dos produtores, conforme descritos a seguir:

Participar da Casa da Colônia e da Feira é tudo de bom, pelos colegas, pelo ambiente, pelos clientes, é o dia que você sai de casa para conversar com outras pessoas (PRODUTORA 1, 2019);

Para ter um dia feliz, sair da rotina né. A gente gosta de estar aqui, encontra os amigos de tantos anos né (PRODUTOR 4, 2019).

Eu gosto de vir pra feira, por que daí tu sai de casa, tu não vai ficar em casa plantado lá, serviço sempre tem, mas daí a gente vem pra cá, minha esposa sempre vem junto, a gente toma um chimarrão, conversa com todo mundo, então é bom, é um tipo de coisa que vale a pena (PRODUTOR 5, 2019).

A vantagem da feira, primeiramente, é criar laços afetivos, a gente faz reunião, faz encontro, porque a certificação participativa prevê essa criação de laços uns com os outros, então vir pra feira é, como a vida rural ela é muita isolada, então vir pra feira é um momento de convívio social também, onde a gente convive entre nós e com os consumidores (PRODUTORA 7, 2019).

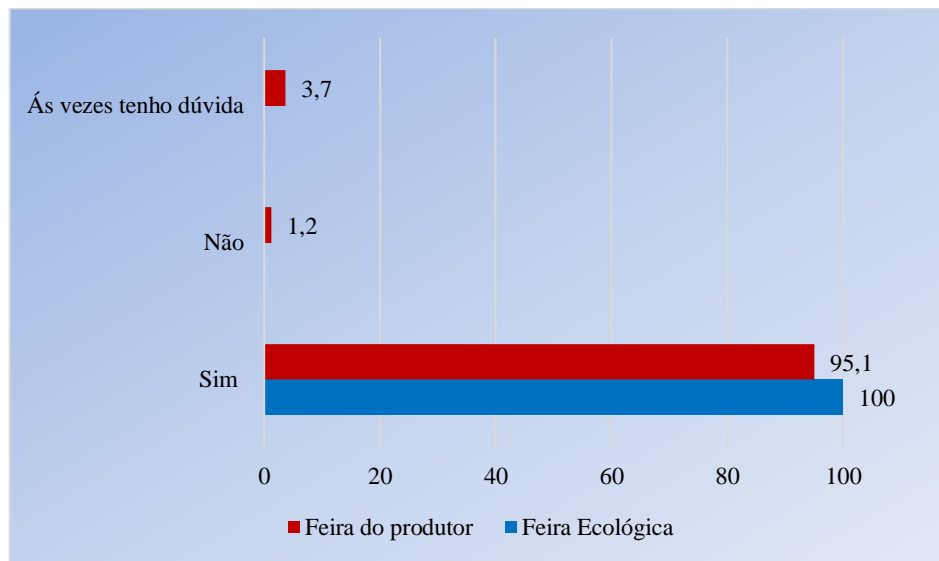
Pra mim, assim, tá sendo muito bom trazer e mostrar pro público o que a gente produz, a gente sempre foca e fala que eles podem vir conhecer a nossa propriedade. As amizades, as pessoas que eu conheci que vem buscar meu produto porque sabem que meu produto é bom. Eu saio de casa, não fico só estocada em casa, pra mim a experiência está sendo muito positiva (PRODUTORA 10, 2019).

Satisfação por estar trocando essa energia e tu receber o sorriso dos teus colegas de feira, a amizade com os clientes, isso te fortalece, dá mais vontade de plantar, a própria troca entre nós, prática de cultivo, troca de semente, isso só fortalece (PRODUTORA 11, 2019).

Em referência as relações de confiança, amizade e respeito, mais valorizadas pelos consumidores, e aos discursos dos produtores, esse conjunto de informações vêm a reforçar ainda mais a ideia da construção social destes mercados, das redes sociais e do enraizamento da economia com o local, conceitos chaves da abordagem sociológica da economia. A partir disso, é fundamental pensar o mercado como uma forma de interação entre os atores, das relações de proximidade, troca de conhecimentos, relações de reciprocidade e da manutenção do rural. Como abordado pela maioria dos feirantes, as feiras se concretizam como um espaço de convívio social e de cooperação.

Alicerçado na teoria, Renting, Marsden e Banks (2017) afirmam que as cadeias curtas face-a-face baseiam-se essencialmente em interações diretas entre produtores e consumidores, sendo a confiança na qualidade do alimento, um dos elementos chaves. Se buscou identificar o quanto os consumidores confiam na qualidade do produto comercializado nas feiras. Com base no gráfico 8, é possível afirmar que os consumidores confiam na qualidade dos alimentos comercializados na Feira Ecológica (100%) e na Feira do Produtor (95,1%).

Gráfico 8 – Confiança na qualidade do produto (em %)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por conseguinte, é possível afirmar que tanto consumidores, quanto produtores, consideram a feira um espaço que vai muito além da comercialização de um produto. A sociabilidade que estas proporcionam, como um ponto de encontro, onde se trocam informações e conversam sobre assuntos comuns. Verificou-se que a confiança está presente na relação entre feirantes e consumidores deste mercado alimentar, legitimada pela qualidade do produto ali comercializado, pela origem deste alimento de procedência conhecida e do reconhecimento do modo de vida dos agricultores familiares. Deste modo, neste ambiente de múltiplas relações entre os atores sociais das cadeias curtas de Rolante/RS se encontram imersas relações entre produtores e consumidores que vão além da simples relação econômica de compra e venda da economia do mercado.

Por fim, são apresentados ainda os motivos pelos quais 28% dos respondentes do questionário não frequentam e/ou adquirem produtos na Feira Ecológica ou na Feira do Produtor. Esses “potenciais consumidores” responderam que o principal motivo para não comprarem nesses espaços é a falta de tempo (47,2%), seguido do fato de que essas feiras estão localizadas a uma distância muito longa de suas residências (25,0%) e, ainda, de preferirem realizar as suas compras em um mesmo local (22,2%). De modo geral, pode se dizer que os motivos condizem com as características muito particulares desses não-consumidores, não estando ao alcance da feira reverter os motivos mais citados.

Quadro 8 - Motivos para não comprar nas feiras (em %)

Categorias	Percentual
Os produtos são mais caros	11,1
Os produtos não possuem a mesma qualidade dos vendidos em supermercados ou mercados locais	0,0
Estão localizadas longe da minha casa	25,0
Não tenho tempo de ir à feira	47,2
Não acredito que os produtos sejam orgânicos (sem uso de veneno)	2,8
Não sei os dias e horários de funcionamento das feiras	19,4
O local e as instalações das feiras não são adequados	0,0
Prefiro comprar tudo que preciso em um mesmo local	22,2
As feiras não aceitam cartão de débito/crédito	11,1
Não tenho a preocupação com a estabilidade socioeconômica dos agricultores familiares locais	0,0
Produzo para meu consumo	11,1
Prefiro comprar alimentos industrializados/processados	0,0
Não sei quais produtos são comercializados nas feiras	11,1
Pouca variedade de produtos disponíveis	2,8
Não tenho conhecimento da existência da feira	2,8

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Perante o exposto até aqui, ficou evidenciado que os mercados de proximidade e as CCAAs face-a-face de Rolante/RS, representam formas de os agricultores familiares realizarem a comercialização de seus excedentes de produção. Essas não são formas reguladas, exclusivamente, por relações comerciais de compra-e-venda, determinadas apenas pelo variável preço, mas que são, também, reguladas por relações de confiança e amizade e pela variável qualidade nutricional dos alimentos. Se confirmam as teorias discutidas, em que os processos de interação dos produtores rurais com os mercados são dinâmicos e imersos em relações sociais e econômicas E, ainda, que cada localidade oferece espaços para que existam distintas formas comercialização de produtos, embasadas em diferentes tipologias dos mercados da agricultura familiar (POLANYI, 2000; SCHNEIDER, 2016). A seguir, relatam-se desafios e possibilidades dos circuitos curtos analisados e da ruralidade como um todo.

4.5 Desafios e possibilidades

Com base nos relatos dos produtores e dos representantes de entidades ligadas ao setor agrícola do município de Rolante/RS, nos questionários respondidos pelos consumidores e não-consumidores, bem como nos dados secundários de pesquisa utilizados neste estudo, foi possível delinear alguns desafios e possibilidade para a preservação e consolidação das cadeias curtas analisadas e, de modo geral, para o desenvolvimento rural do município e da região.

O atual contexto do rural é resultado de um alto nível de tecnificação e da exclusão de quem não acompanhou essa evolução. A migração do campo para a cidade ainda persiste, contudo foi possível identificar em Rolante um ainda incipiente movimento contrário, de quem estava nos grandes centros urbanos, e vem buscando no rural um novo modo de vida e a consolidação de uma outra agricultura, com novas formas de trabalho, com novos produtos e serviços a serem oferecidos à sociedade, os neo-rurais. A dinâmica da neo-ruralidade ainda é incipiente, se comparada ao movimento de êxodo rural nos últimos sessenta anos, mas traz ares de novidade para o campo.

Em Rolante, se acredita que esse movimento vem modificando a vida das famílias aos poucos, pois é uma possibilidade de fornecer alimentos rotulados como ecológicos e “mais saudáveis” à população. Considerando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, economicamente, esses agricultores estão gerando renda para suas famílias, uma vez que buscam a certificação orgânica e a ampliação desse mercado. Em relação a dimensão ambiental, há evidências que existe uma consciência sobre a preservação ambiental, a não contaminação do solo e da água, já que praticamente não fazem uso de agroquímicos na produção. Quanto a dimensão social, é um modo de vida que viabiliza a reprodução social destes agricultores familiares.

Partindo da perspectiva da ampliação da Feira Ecológica e/ou do alcance espacial deste mercado, se ressaltam alguns desafios, como, por exemplo, a padronização dos produtos, o aumento da produção para se atender a outros mercados e a conscientização da população local sobre a possibilidade de se produzir sem agroquímicos, como é possível observar nos relatos a seguir.

Os produtos da feira eles não tem um padrão, a gente não tem uma exigência de padrão comercial, a gente não joga fora nada, por exemplo, tem uma cenoura que está tortinha ou que está bifurcada, a gente não joga fora, comercializa na feira. Existe uma diferenciação ainda por qualidade, sem rotula o orgânico como feinho, não é isso, na feira eu não classifico, eles vendem tudo e tem uma diversidade muito maior que tem no mercado em termos de se pensar em produtos da estação e não em produtos de fora. A feira tem PANCS, a feira tem várias coisas que não são encontradas em um mercado convencional. Outra questão com relação a qualidade, os produtos são muito mais frescos, tem uma aparência muito mais saudável (REPRESENTANTE 6, 2019).

Desafios, as pessoas ainda têm pouco conhecimento, não tem muita noção de que tem essa feira, de que tem alimento sem veneno, de que é possível plantar sem veneno (PRODUTORA 6, 2019).

O desafio para a continuidade deste mercado, dos orgânicos, é que tem muita gente que não valoriza, que tanto faz comer com agrotóxico ou sem, é um diálogo muito desafiador de convencer as pessoas a mudar de ideia. Eu tenho uma dificuldade com o meu pai, de fazer ele ver o positivo. Ele é uma pessoa que sempre plantou com adubo, veneno, então quando nós começamos a plantar ele dizia: *se você não botar*

adubo não vai dar nada, porque tem que botar adubo. E agora ele já está mudando de ideia, porque é na ação que você prova o contrário. Então tem muita coisa que ele tá fazendo diferente porque ele tá vendo que não precisa esses produtos, agrotóxicos. Ele é uma pessoa de 72 anos (PRODUTORA 10, 2019).

O difícil é as pessoas saberem o que é orgânico, e qual a definição de qualidade perante a esses produtos, qualidade não é o grande e o bonito, mas sim a questão nutricional do alimento (PRODUTOR 8, 2019).

Maior desafio é ter uma produção regular né, e ter uma produção com variedade de alimentos, e pra nós que somos novatos deste ramo o maior desafio é aprender a fazer né. Então, aumentar a produção é um desafio para atender também a outros mercados, como as Feiras Ecológicas de Porto Alegre, por exemplo, muito maior em número de consumidores né. Então como a gente está próximo da capital e faz parte da região metropolitana seria o segundo passo (PRODUTORA 7, 2019).

Olha, eu sempre digo assim, que tu tem que dar o passo de acordo com tua perna né. Tu abastecer Rolante é uma coisa, agora quando tu vai levar pra fora tu já tem que ter uma estrutura de transporte, tu tem que ter um lugar pra comercializar, se não tu vai cair na mão de um atravessador, porque tem atravessadores já pra produto orgânico, eles vem te compram a tanto e depois eles vão levar pro Zaffari né, já tem isso, e a gente não quer isso né. Eu acho que primeiro esgotar todas as possibilidades locais pra depois pensar (REPRESENTANTE 2, 2019).

Se percebe a busca pela consolidação e ampliação de mercados com viés agroecológico. O acesso ao crédito, via políticas públicas, também foi citado pelos atores sociais, como forma de financiar esses agricultores, objetivando o aumento da produção e da produtividade, mas ainda não obtiveram êxito. Nesse sentido, existe um movimento chamado de *Community Supported Agriculture* (CSA) ou Comunidade que Sustenta a Agricultura, uma possibilidade de fomento a Feira Ecológica. No Brasil, os trabalhos iniciaram em 2011, inicialmente em Porto Alegre/RS, mas atualmente já existem vários projetos em todo o país.

O CSA é um modelo de trabalho em conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e seus consumidores, visa o desenvolvimento rural sustentável, onde um grupo fixo de consumidores se comprometem, por um determinado período de tempo, a custear a produção dos agricultores. Estes, em contrapartida, retribuem com alimentos produzidos na propriedade. Logo, não existe pressão de mercado sobre preço e quantidade, e os consumidores recebem produtos de qualidade, procedência conhecida e contribuem para a permanência dos agricultores no campo.

Por conseguinte, levando em consideração o contexto de criação da Feira Ecológica e atores envolvidos, o município detém em seu território uma produção sustentável. Se entende que os mercados tendem cada vez mais a aceitar e difundir a ideia de produção conectada com a preservação. Se está diante do início de formação de um novo rural, pluriativo, que não é só produção de *commodities* e alimentos em geral. A agroecologia e a produção orgânica vêm conquistando seu espaço, um mercado em ascensão e Rolante não está fora disso.

No que compete à Feira do Produtor, os desafios deste espaço de comercialização se referem à legalização dos produtos de origem animal, à sucessão familiar das propriedades dos feirantes e à divulgação da feira, de acordo com os relatos a seguir.

A ideia sempre é buscar a legalidade pro agricultor poder oferecer o seu produto legalmente. Isso é uma prioridade, eu creio que isso aí, porque o agricultor tem que ter informações pra ajudar. É o Sistema de Inspeção Municipal que faz a fiscalização das agroindústrias, e eles se adequam ao SUSAF (REPRESENTANTE 1, 2019).

Bom, primeiro é a sucessão né? Sucessão é o principal, porque a nossa, o nosso público vem envelhecendo né, ele vem envelhecendo, a perspectiva é agroindústria. A agroindústria é um caminho, o turismo rural é outro caminho né, então a preservação do meio ambiente nós estamos trabalhando muito forte com isso também e é isso aí, é um conjunto, um depende do outro né. Eu vejo muito positivo um futuro na frente né, a gente tava fazendo uma avaliação esses dias né, a gente vê com bons olhos isso tudo porque a população urbana tá olhando pro, pra uma alimentação saudável por exemplo né, o contato com a natureza né e isso tudo nós temos no meio rural (REPRESENTANTE 3, 2019).

É, no caso aqui a gente precisa de mais incentivo a eles nessa questão de não ter proibições e ter mais valorização do produto, porque a maioria deles são pessoas mais velhas. Os novos, claro que a gente tem alguns que estão ficando no campo, mas a maioria não quer, porque não tem aquele salário né, que eles ficam induzidos por aquele salário que eles vão ter trabalhando no comércio ou numa fábrica, e na propriedade o resultado não é imediato. Teria que ter mais incentivo ao jovem no campo, mostrar que vão ter uma qualidade de vida melhor e vão ficar mantendo ali as raízes, que muitas vezes é o que a pessoa precisa, ficar ali nas suas raízes né, ficassem ali com a família (REPRESENTANTE 5, 2019).

O desafio é aumentar a clientela, tem que divulgar mais a Feira do produtor que está dentro da Casa da Colônia. [...] e jovem não fica no rural, faltam políticas para incentivar a produção do pequeno produtor (PRODUTOR 3, 2019).

Hoje não tem como ficar na colônia, o jovem não tem o benefício que o da cidade tem. Meus filhos nem pensaram em trabalhar na roça comigo. Trabalhando na cidade, até quando tão parado tão ganhando e nós não né, tem que ir à luta. A gente hoje é a aposentado, mas se era pra viver da roça hoje não teria condições. Se o governo não ajudar a cidade vai ter que comer pedra, muito pouco incentivo, os filhos vão todos embora, não ficam mais. No interior ainda tem uns velhos, teimosos, e fazer o que? (PRODUTOR 4, 2019).

Tendo em vista os relatos apresentados, se evidencia uma falta de diálogo entre produtores e entidades no que se refere à legalização dos produtos de origem animal. Esses produtores são mais idosos e não têm projeto de sucessão. Eles comercializam seus produtos há mais de 30 anos nessa feira, mas recentemente foram proibidos de comercializar certos produtos na feira e instituições públicas, como a vigilância sanitária, falam em legalizar a produção e a comercialização via agroindústria, o que requer investimentos significativos e não é uma possibilidade para esses feirantes. Sendo assim, eles se sentem desvalorizados por não

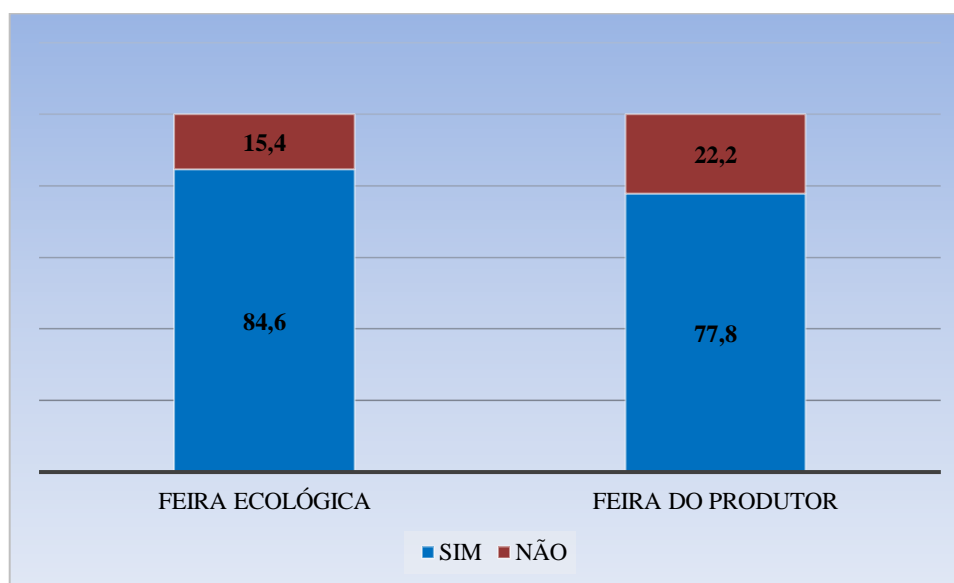
contarem com uma assistência adequada e uma alternativa viável frente à situação, gerando descontentamentos e frustrações.

Nesse sentido, os consumidores da Feira do Produtor reforçam a falta de produtos de origem animal para venda na feira, tendo como produtos mais citados, o queijo colonial, ovos de galinha caipira, banha e torresmo. Contudo, existe em tramitação uma lei municipal que visa regular as feiras livres no município. Essa lei poderá trazer, talvez, alguns benefícios aos feirantes, tanto desta feira como da ecológica. Além disso, os consumidores destacaram a necessidade de um aumento do espaço físico e da possibilidade de pagamento via cartão, que ainda não é possível utilizar nas compras nas feiras.

A sucessão rural é um problema que assola o campo há muitos anos. Os resultados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar no Brasil, em relação ao Censo Agropecuário de 2006. O segmento também perdeu mão de obra, um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores nesse intervalo (IBGE, 2019). A incerteza quanto ao retorno financeiro das atividades produtivas, o fato de os retornos dos investimentos terem uma resposta quase sempre no longo prazo, os agricultores familiares não terem direito a férias, final de semana livre e décimo terceiro, além das tarefas serem consideradas penosas, são alguns dos motivos que fazem com que os jovens optem por uma vida urbana.

O incentivo ao campo deve ser constante, pautar a discussão para a qualidade de vida que este meio oferece, diversificar as atividades possíveis de renda, a redução da penosidade laboral, atividades de lazer, investimentos em todos os âmbitos, saúde, infraestrutura e educação, são ações que influenciam na permanência das pessoas no rural. O papel do Estado e de toda a população é essencial.

No município de Rolante/RS, existem esforços significativos para o fomento do turismo rural, um segmento produtivo que vem ganhando destaque dentro do mercado do turismo. A existência de uma rota já consolidada, o *Caminho das Pipas*, sugere que outras rotas possam ser desenvolvidas. As pessoas gostam disso, de interagir com o produtor, de conhecer sua propriedade, de adquirir um produto diferenciado, de qualidade e procedência conhecida. Isso foi possível constatar nas respostas da pesquisa junto aos consumidores. Quando eles foram questionados se teriam interesse em conhecer os empreendimentos rurais dos feirantes, 84,6% dos consumidores da Feira Ecológica responderam que sim e, da mesma forma, 77,8% dos consumidores da Feira do Produtor (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Potencial de visitas às propriedades dos agricultores familiares (em %)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

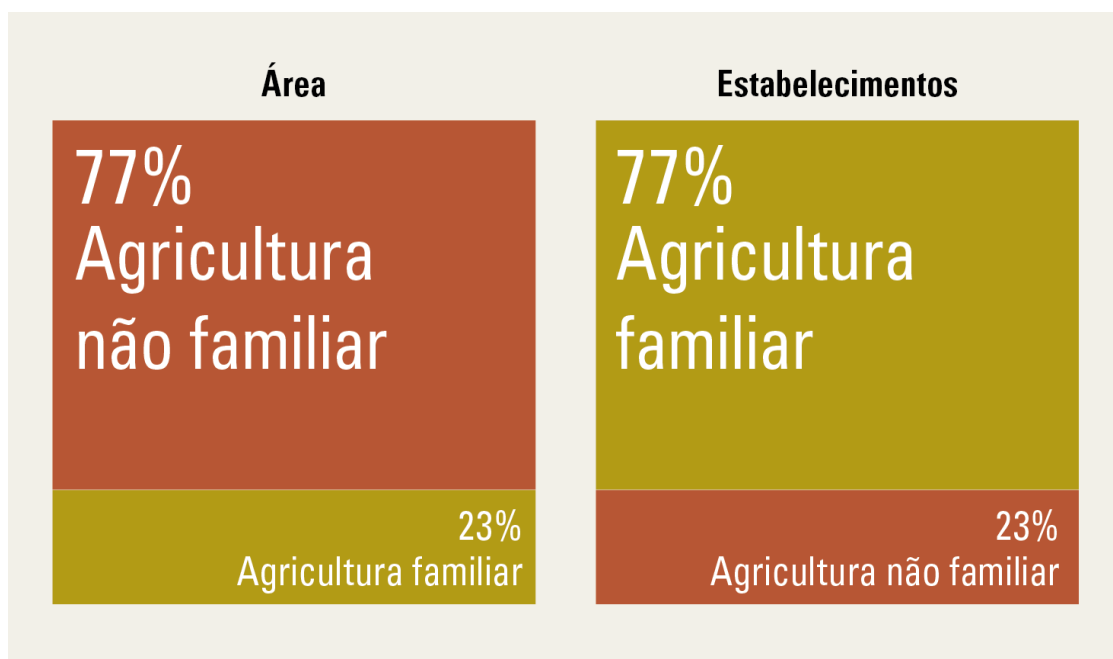
Diante do interesse das pessoas em conhecer as propriedades e o potencial do turismo rural, sugere-se uma iniciativa que tem dado certo no município de Garibaldi-RS, que é o “Piquenique Orgânico”. No caso de Rolante, poderia ser pensado em uma ação semelhante a essa, não somente com a produção orgânica, mas também com toda a produção proveniente do rural. Essa iniciativa conta com a comercialização de cestas nas propriedades, pode-se pensar em dias e propriedades alternadas para a realização da atividade. Essa ação poderia ser promovida junto às escolas e associações de idosos e/ou de mulheres. Enfim, com grupos constituídos no município, com o intuito de conscientizar sobre a alimentação saudável provinda da agricultura familiar, bem como a visibilidade dessas propriedades e das feiras.

A comercialização da produção poderia ser realizada por todos os interessados, uma vez que as propriedades possuem variedades diferentes para a venda. Poderia ser promovido também o *colhe-e-pague*, ou seja, os visitantes iriam até a horta e fariam a colheita do seu próprio alimento. Um momento com receitas e/ou maneiras de como usar determinados alimentos também poderia ser agregado à iniciativa.

Frente à extensão das áreas de cultivo da agricultura familiar e ao número de estabelecimentos no Brasil, como pode ser visto na Figura 8, diversificar a produção e os serviços do meio rural, bem como agregar valor a essas ofertas é fundamental. O pequeno produtor compete diretamente com grandes empresas agropecuárias e latifundiários, bem como, com a produção agrícola de fora do país, a competição é em escala global. A aposta da

agricultura familiar é em ofertar um produto diferenciado, de qualidade e procedência conhecida, e contar ainda com o bom senso do consumidor em valorizar a produção local.

Figura 8 - Percentual da área ocupada e do número de estabelecimentos rurais familiares no Brasil



Fonte: IBGE (2019).

No que se refere à área compreendida pelos estabelecimentos rurais, a fragmentação das propriedades também é percebida como um problema. As áreas são comercializadas em pequenas “chácaras”, adquiridas por quem mora nos centros urbanos, e passa a utilizar esse espaço não para a produção, mas sim como lazer aos finais de semana ou período de férias. Além disso, o caso relatado pelo Produtor 9 também é relevante, “porque aqui minha família trabalhava com 21 hectares, papai morreu, eu fiquei com 2 hectares, se não fosse a mãe ter ficado com 5 hectares e depois ter doado pra mim, como eu ia viver em 2 hectares?”. A divisão das propriedades familiares entre os filhos como forma de herança, também resulta na fragmentação das áreas, que passam a não serem mais utilizadas para a produção de alimentos.

O maior desafio da agricultura familiar são as grandes empresas do agronegócio, estas dominam o mercado em que atuam e a mídia, a mesma que produz agroquímicos para a produção, também produz e comercializa medicamentos. “*O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo*” é o responsável pela produção de alimentos que está na mesa da população diariamente? As pesquisas científicas e os censos indicam que não. Nas pequenas localidades, como é o caso de Rolante/RS, as pessoas estão começando a se preocupar e a procurar alimentos mais

saudáveis, mas, em âmbito global, principalmente a mídia e o governo ainda fomentam as grandes empresas.

O objetivo da discussão não é, de forma alguma, dizer que a produção de *commodities* e/ou das grandes agroindústrias não é importante, pelo contrário, economicamente é fundamental para país, porque, diferentemente da agricultura familiar, produzem, individualmente, mercadorias específicas e em grande escala. Mas o olhar para a agricultura familiar, que produz carne, arroz, feijão, mandioca, leite, frutas e verduras lá no interior dos municípios também é fundamental, e representa 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Por fim, para encerrar a discussão em relação aos resultados desta dissertação, descreve-se a fala da Produtora 11, que já morou na cidade e comprou alimentos em supermercados urbanos e atualmente é uma migrante neo-rural em Rolante, e que diz: “Tenho percebido o quão difícil é a vida na roça, tipo produzir e ter as coisas, não é tão fácil assim como comprar o produto no mercado”. Após a apresentação dos resultados e das discussões, apresentam-se, a seguir, as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a realizar uma análise da estrutura e da dinâmica dos circuitos curtos de comercialização de alimentos em Rolante/RS, bem como analisar a diversidade das relações construídas entre os agricultores familiares e os consumidores. A relevância do estudo esteve pautada na melhor compreensão do potencial das cadeias curtas para o desenvolvimento rural, de modo geral, e para os agricultores familiares, em particular.

A construção dos mercados da agricultura familiar parte do princípio que é necessário uma construção social, não se limitando apenas à curva de oferta e demanda, mas que esses mercados estejam imersos e enraizados nas interações socioeconômicas. O estreitamento das relações entre os produtores rurais, os mercados agroalimentares e os consumidores, podem propiciar novos padrões de produção e consumo. Esses padrões se referem à valorização e/ou preferência por produtos de procedência conhecida, que refletem na qualidade nutricional e na saudabilidade dos alimentos. Os espaços que promovem essa aproximação entre produção e consumo são os circuitos curtos de comercialização, principalmente de alimentos.

O município de Rolante/RS é conhecido como o mais agrícola da região do Vale do Paranhana, em virtude da sua diversidade da produção agrícola e das diferentes dinâmicas locais ofertadas à população, com destaque para o turismo rural. O campo conta com 939 estabelecimentos agropecuários, com predomínio de produtores na faixa de 60 anos ou mais (52%). O envelhecimento da população rural é uma das preocupações que assolam o campo, necessitando de alternativas que estimulem e de ações que fomentem a permanência dos jovens na gestão dos empreendimentos rurais.

Ficou evidenciado que ao longo dos anos houve transformações no contexto rural, principalmente, no que diz respeito às tecnologias, o que impacta diretamente nas dinâmicas laborais e na diversidade da produção agrícola. Sendo assim, surgiram também instituições, bem como programas e políticas públicas de caráter municipal e federal, que de alguma forma fomentam e/ou auxiliam no desenvolvimento rural. A Secretaria Municipal da Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a EMATER, o PNAE, o Programa DEL e o IFRS *campus* Rolante/RS, entendem como necessária a busca por alternativas para o rural e para as pessoas que vivem e/ou dependem dele. Isto porque, as necessidades do rural não está relacionada apenas ao processo de produção de alimentos, segurança alimentar ou geração de renda, mas, também, ações e políticas que implicam nas diferentes instâncias do desenvolvimento local e/ou regional.

A partir da dinâmica rural rolantense, os mercados de proximidade da agricultura familiar e as cadeias curtas de abastecimento de alimentos face-a-face, se evidenciou a existência de três iniciativas, as quais tornaram-se objeto de estudo deste trabalho, a Feira do Produtor, a Feira Ecológica e o caso da Produtora 12 que comercializa cestas de alimentos orgânicos. Para esses espaços de comercialização direta, se atribui aos próprios agricultores familiares a construção desses mercados, preocupados em ofertar alimentos de qualidade diferenciada e de procedência conhecida, bem como para auxiliar na composição da renda da família.

A idealização e a concretização dos circuitos curtos analisados também podem ser atribuídas ao estabelecimento de uma conjunção de instituições e atores que se uniram no intuito de proporcionar à população acesso a alimentos locais e fomento à produção provinda de agricultores familiares do município. Esse trabalho coletivo é exemplo de uma articulação essencial para a construção de novos mercados. A ideia da construção social dos mercados é pautada na integração dos agricultores familiares, entidades e comunidade local, com o objetivo do bem comum a todos.

A pesquisa revelou que para mercados do tipo cadeias curtas, como é o caso da Feira do Produtor, Feira Ecológica e a comercialização de cestas pela Produtora 12, são consideradas essenciais características como fidelidade, confiança, interconhecimento, amizade, entre outras, oriundas dos vínculos entre consumidor e agricultor. E, sem dúvida alguma, esses atributos se sobressaem às relações de caráter contratual e econômico impostos pelas empresas agroindustriais, onde o preço e a produção em escala são prioritários.

Então, com a constatação das relações de confiança, amizade e respeito entre produtores e consumidores, e a parceria entre as instituições municipais e a assiduidade da participação dos agricultores familiares nesses espaços de comercialização, se comprova a existência dos conceitos chaves da abordagem sociológica da economia. Sobre os conceitos, respectivamente, a construção social desses mercados, da constituição de redes sociais e do enraizamento e/ou inclusão dos produtores a economia local. Portanto, é fundamental pensar o mercado como uma forma de interação entre os atores, das relações de proximidade, troca de conhecimentos, relações de reciprocidade e da manutenção do rural.

Este estudo apresentou como limitações sua abordagem qualitativa, dificultando a generalização dos seus resultados para todo o universo da pesquisa. Além disso, por não se obter o levantamento do público total que acessa os mercados classificados como circuitos curtos no município, ficou inviabilizado o cálculo amostral exato para estes sujeitos da pesquisa

(consumidores). Aponta-se, também, que a defasagem do censo demográfico, e as informações oriundas a partir deste, como um limitador, não dispo de dados oficiais atualizados para o estudo.

Como possibilidades para estudos futuros, sugere-se: 1) a replicação desta pesquisa em outros municípios; 2) o tema juventude rural, bem como o papel das instituições de ensino em propiciar alternativas/possibilidades de permanência do jovem no campo; 3) analisar contextos de novas ruralidades, como é o caso dos neo-rurais; 4) aprofundar pesquisas sobre o movimento *Community Supported Agriculture*; e 5) a longo prazo, com vistas a um possível ingresso no doutorado, pretende-se iniciar um estudo voltado ao tema *Smart and Competitive Rural Areas* – Áreas rurais inteligentes e competitivas, linha de pesquisa que objetiva a promoção da transferência de conhecimento e inovação na agricultura, melhorar a viabilidade e a competitividade agrícola de todos os tipos de agricultura e promover a organização do sistema agroalimentar.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre a importância da categoria dos agricultores familiares para a sociedade, buscando-se a cada dia alternativas para a manutenção destes no campo, uma vez que as suas atividades são essenciais, não só para a produção de alimentos, mas, também, para a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural e a manutenção de um contexto econômico e social rural. Além disso, espera-se que este estudo possa contribuir para outros estudos sobre os mercados da agricultura familiar, frente às novas demandas por produtos mais saudáveis e de qualidades diferenciadas, em uma sociedade que vem buscando uma nova relação entre homem, natureza e consumo, em especial para a consolidação e desenvolvimento das cadeias curtas de Rolante/RS.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262889/mod_resource/content/2/Abramovay-Mercados.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. abr./jun. 2000, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo, Edusp: Editora Universidade de São Paulo, 2007.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Rolante-RS**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rolante_rs. Acesso em: 10 out. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BASSAN, Dilani Silveira; SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *In*: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 137-153.
- BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andrea Lago da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. *In*: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-62.
- BERTÊ, Ana Maria de Aveline *et al.* PERFIL SOCIOECONÔMICO - COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p.665-700, fev. 2016. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/viewFile/3750/3643>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.947* de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 11.326* de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso: 25 out. 2018.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do Agronegócio 2017/2018 - 2027/2028**. 2018. Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/banner_site-03-03-1.png/view. Acesso em: 01 nov. 2018.

BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil?** Reforma agrária já! 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CASSOL, Abel Perinazzo. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores, **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 143-177, 2015. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/cassol-a-p-schneider-s-producao-e-consumo-de-alimentos-novas-redes-e-atores-lua-nova-impresso-v-5-p-143-177-2015>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. *In*: GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. p. 195 - 217.

CONTERATO, Marcelo et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In*: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

COREDE PARANHANA - ENCOSTA DA SERRA (Rio Grande do Sul). **Área de abrangência**. 2019. Disponível em: <https://coredepes.faccat.br/index.php/area-de-abrangencia/>. Acesso em: 10 out. 2019.

CRISTOVÃO, A. Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). *In*: RIEDL, M.; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara, L. B. (org.) **Turismo Rural**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 81-116.

DEL, Programa de Desenvolvimento Econômico Local. **Rolante 2035**: Rolante: 2015. 48 slides, color. Dados Secundários.

FAO, Organização das Nações Unidas Para Alimentação e agricultura. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Agricultura familiar y sistemas alimentarios inclusivos para el desarrollo rural sostenible**. Santiago: FAO, 2018.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 347 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **PIB Municipal: série histórica**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>. Acesso em: 10 out. 2019.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares. *In*: CONGRESSO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/226.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, Gian Mario. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.5, n.14, p. 59-67, out. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm. Acesso em: 01 nov. 2018.

GOODMAN, David. Espaço e lugares nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. *In*: GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. p. 59 - 82.

GRANOVETTER, Mark. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. **Journal of Economic Perspectives**. Volume 19, Number 1, pp. 33 – 50, 2005. Available in: <https://pdfs.semanticscholar.org/7e1f/e4bdcae01d052348e984d919552e146c5e58.pdf>. Accessin: 29 oct. 2018.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão. **RAE - eletrônica**, v. 6, n. 1, jan/jun, 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>. Acesso em: 29 out. 2018.

GRISA, Catia; GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p.65-79, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-grisa-catia-gazzola-marcio-a-producao-invisivel-na-agricultura-familiar-autoconsumo-seguranca-alimentar-e-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-agroalimentaria-caracas-merida-venezuela-vol-16-no-31-julio-diciembre-2010-65-79>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO). Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iT54E7R59.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023**. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 1991**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. **Censo agropecuário resultados preliminares 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. **SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE. **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. 2019. Agência IBGE de notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 26 out. 2019.

INCRA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. 2013. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-undiaria/regularizacaofundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

JACOBY, Enrique. Circuitos cortos, salud y nutrición en América Latina. In: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Agricultura familiar y circuitos cortos: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición**. Santiago de Chile: Cepal - Naciones Unidas, 2014. p. 27-32. (Seminarios y conferencias N° 77).

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma Et Scientia**, Cascavel, v. 5, n. 2, p.8-23, jul. 2015. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MALUF, Renato Sérgio; WILKINSON, John (Org.). **Reestruturação do Sistema Agroalimentar: Questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: Redcapa, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de avaliação. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2004. p. 1 - 28. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/01.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Construção de mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MARSDEN, Terry. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998. Available in: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016797000417>. Access in: 29 oct. 2018.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Available in: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-9523.00158>. Access in: 29 oct. 2018.

MILONE, Pierluigi. Agricultura campesina y circuitos cortos: nuevas tendencias en Europa. *In*: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Agricultura familiar y circuitos cortos**: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Cepal - Naciones Unidas, 2014. p. 15-20. (Seminarios y conferencias N° 77).

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965.

NANDI, Aline. **Entre saberes e afazeres**: a dinâmica das atividades rurais das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolante/RS). 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.83-100, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em: 01 maio 2019.

NEUHAUS, Leandro. **Indicadores de desenvolvimento para o meio rural**: uma proposta para o SIDEMS. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2016. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/96601/ano/2018>. Acesso em: 03 out. 2018.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p.11-24, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a01v52s1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

NORTH, Douglass. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, LXIII, 1955. Versão em português: MARTINS, M.D.C.S Economia Regional: Textos Escolhidos.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. *In*: SCHWARTZMANN, Jacques (org.) **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 333- 343, 1977. Disponível em: http://files.luciralves.com/200000057-aaf23abec7/teoria_da_localizacao_e_crescimento_economico_regional.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista Fae**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

PAIVA, Carlos Aguedo. **Fundamentos da análise e do planejamento de economias regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967.

PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 16, n. 42, p.405-441, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6057>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE. Lei nº 3210, de 04 de junho de 2013. **Cria e Regulamenta o Projeto Municipal Porteira Para Dentro**. Rolante, RS.

RAMBO, Anelise Graciele et al. Repercussões Territoriais Decorrentes Da Política Nacional De Desenvolvimento Regional e Da Política Territorial De Desenvolvimento Rural Na Região Sul Do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, 2017, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Sober, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7820.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

RIEDL, Mario. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Org.). **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 97-99.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, Thousand Oaks, v.35, p.393-411, 2003. Available in: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.470.7601&rep=rep1&type=pdf>. Access in: 29 oct. 2018.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLANTE (RS). Edital de chamada pública Nº 01/2019. [Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural]. **Rolante**: órgão oficial do município, 02 jan. 2019. Disponível em: <http://www.rolante.rs.gov.br/licitacoes/chamada-publica/category/324-2019>. Acesso em: 13 set. 2019.

ROLANTE, Prefeitura Municipal. **DEL premia participantes do Projeto Propriedade Sustentável**. 2018. Disponível em: <http://www.rolante.rs.gov.br/noticias/2252-del-premia-participantes-do-projeto-propriedade-sustentavel>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p.511-531, set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009. Acesso em: 01 nov. 2018.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivian (Org.). **Desenvolvimento Rural: Tendências e debates contemporâneos**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. Cap. 1. p. 19-67.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Construção de mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p.180-219, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 out. 2018.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento Regional. *In*: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 71-73.

STRATE, Mirian Fabiane Dickel; CONTERATO, Marcelo Antonio. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p.227-245, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13052/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. *In*: XLIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – **Anais [...]**, 2005, Ribeirão Preto – SP, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WANDELEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento. In: GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en America Latina?** CLASCO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) Buenos Aires, Argentina, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas**. PassoFundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.805-824, 2002. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2042/2424>. Acesso em: 29 out. 2018.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados para os agricultores familiares

I - PERFIL DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE

1. Identificação da unidade produtiva:

1.1. Nome: _____

1.2. Localidade, linha: _____

2. Caracterização do grupo familiar:

2.1. Número de membros na família: _____

2.2. Perfil dos membros da família (incluir também quem NÃO mora/trabalha)

Nome (opcional)	M ou F	Idade	Mora na propriedade? Sim () Não () Se não, onde mora?	Trabalha na propriedade? Sim () Não () Se não, onde?	Escolaridade

Escolaridade	
1=Não estudou	5=Ensino médio Completo
2=Ens. Fund. Incompleto	6=Ens. Sup. Incompleto
3=Ens. Fund. Completo	7=Ens. Sup. Completo
4=Ensino médio Incompleto	8=Pós-Graduação

3. Fale sobre as relações externas e as experiências com a cidade (como a saúde, escola, transporte até a cidade, cooperativa, sindicato, associação, parentes, compras, vendas, etc...).

4. Há contratação de mão-de-obra?

Mensalista: () Sim () Não Quantos? _____ Quantos meses por ano: _____

Diarista: () Sim () Não Quantos: _____ Quantos dias por ano: _____

5. Identificação do imóvel rural:

Área total da propriedade rural? _____ ha

6. Possui lavouras? Se sim, quantos hectares são destinados a lavoura? O que produz?

7. Há quanto tempo a família reside nesse imóvel? _____ anos

8. Quais instalações e benfeitorias há na propriedade?

9. A renda familiar vem de quais atividades produtivas (em ordem percentual)?

_____ Produção _____ % do total.
 _____ Produção _____ % do total.
 _____ Produção _____ % do total.
 _____ Produção _____ % do total

10. Possui produção agroecológica ou orgânica? Se sim, comente.
11. Participa de organizações associativas, cooperativas e ou sindicatos? Se sim, quais?
12. Ocupa algum cargo de liderança local (na comunidade/município)?

II – RESGATE HISTÓRICO DA INICIATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO

13. Fale sobre como era feita a comercialização da produção e como é feita atualmente (cadeia curta). O que foi feito? Como (canais de comercialização utilizados)? Por que resolveu fazer assim?
14. Quais os atores e instituições que incentivaram a iniciativa?
15. Quais os principais problemas e vantagens da maneira como é feita atualmente/hoje?
16. Como as tecnologias podem ajudar na produção? Quais? Como?
17. Teve apoio de alguma política do governo (municipal, estadual ou federal) para melhorar a comercialização dos seus produtos? Qual? Comente.

III – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

18. Se dedica a alguma outra atividade além da produção agrícola? Qual? Quanto % do seu tempo total se dedica a este de trabalho?
19. Quem é responsável pela produção e pela comercialização?
20. Possui clientes fiéis? Se sim, eles costumam comprar sempre o mesmo produto?
21. Participou de algum curso e/ou capacitação? Quais?
22. Quem são os principais responsáveis pelas informações sobre a produção agrícola e pelas informações sobre a comercialização dos produtos?

IV – IMPACTOS DA INICIATIVA PARA O AGRICULTOR E A LOCALIDADE

23. Quais os reflexos dos resultados obtidos pela comercialização neste mercado para a propriedade?
24. Qual o impacto na qualidade de vida da família?
25. O que significa para você fazer parte deste mercado?

V- DESAFIOS E PERSPECTIVAS

26. Quais são os principais desafios para a continuidade deste mercado de comercialização?
27. Quais são os desafios e perspectivas quanto ao desenvolvimento rural?
28. Alguma informação que consideras importante em relação ao tema?

APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados para os representantes das entidades

I – CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXO ECONÔMICO E SOCIAL

1. Relate a realidade atual da agricultura familiar do município de Rolante/RS.
2. Quais as principais mudanças observadas no contexto rural do município ao longo dos últimos 15-20 anos?
3. Quais atividades a instituição realiza para desenvolver a agricultura familiar e a comercialização da produção agrícola e da agroindústria do município?
4. Quais são os meios e as políticas públicas que o agricultor tem disponível para comercialização da produção?

II – RESGATE HISTÓRICO DAS INICIATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO

5. Fale sobre a trajetória de constituição das cadeias curtas do município. O que foi feito? Como? Por quê? Quem fez?
6. Quais os canais de comercialização?
7. Quais as pessoas e instituições que fomentaram as iniciativas?
8. Como você identifica a questão da diferenciação do produto comercializado pelos agricultores familiares com relação aos produtos comercializados nos supermercados tradicionais?
9. Se tem apoio de alguma política pública? Comente.

III – CARACTERIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

10. São promovidos alguns cursos e/ou capacitação para os agricultores?
11. Como se dá a circulação de informações e divulgação das feiras?

IV – IMPACTOS DA INICIATIVA PARA O AGRICULTOR E A LOCALIDADE

12. Quais os reflexos dos resultados obtidos pela iniciativa na questão econômica, social e ambiental do município?
13. Qual o impacto observado na qualidade de vida dos agricultores familiares envolvidos?
14. O que significa para você a integração dos agricultores ao mercado consumidor local?

V- DESAFIOS E PERSPECTIVAS

15. Quais são os principais desafios identificados para o desenvolvimento e sustentabilidade das feiras do município? E quais são as perspectivas futuras?
16. Quais são os desafios e perspectivas quanto ao desenvolvimento rural local?
17. Alguma informação que consideras importante em relação ao tema?

APÊNDICE C – Instrumento de coleta de dados para os consumidores e não consumidores das feiras de agricultores familiares de Rolante/RS

1. Você reside ou trabalha em Rolante/RS?

Sim.

Não.

PERFIL DO RESPONDENTE

1. Idade

Até 20 anos.

Entre 21-30 anos.

Entre 31-40 anos.

Entre 41-50 anos.

Entre 51-60 anos.

Acima de 60 anos.

2. Genêro

Feminino

Masculino

3. Nível de Escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-Graduação Incompleta

Pós-Graduação Completa

4. Renda Mensal

Até 1 salário mínimo

Entre 2 e 4 salários mínimos

Entre 5 e 7 salários mínimos

Entre 8 e 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

5. Qual feira você frequenta no município de Rolante/RS? Caso frequente as duas feiras, assinale a feira que mais frequenta.

Feira Ecológica (Quartas-feiras no estacionamento da Academia Phisycal e K&B).

Feira do Produtor (Sextas-Feiras e Sábados na Casa da Colônia).

Não frequento nenhuma das feiras.

CONSUMIDORES FEIRA ECOLÓGICA – CONSUMIDORES FEIRA DO PRODUTOR

1. Como conheceu a feira?

Amigos (as) / Conhecidos (as).

Internet.

Rádio/TV.

Propaganda em panfletos/revistas/jornais.

Outros: _____.

2. Com que frequência você compra na feira?

Uma vez por semana.

Duas vezes por mês.

Uma vez por mês.

Frequentei apenas 1 vez.

3. Como você classifica o local e as instalações da feira?

Ruim.

Satisfatória.

Boa.

Excelente.

4. Quanto a fidelidade à feira?

Quando possível, compro tudo o que consumo na feira.

Compro quase tudo na feira, mas tenho que completar minha compra fora.

Compro quase tudo fora, mas gosto de certos produtos da feira.

Vou à feira quando não acho o que preciso em outro lugar.

5. Você confia na qualidade dos produtos oferecidos na feira?

Sim.

Não.

Às vezes tenho dúvida.

6. Como você classifica o preço dos produtos?

Ruim.
Satisfatório.
Bom.
Excelente.

7. Qual o grau de importância que você atribui à confiança sobre os produtos?

Indiferente.
Pouco importante.
Importante.
Essencial.

8. Qual o grau de importância que você atribui à origem do produto?

Indiferente.
Pouco importante.
Importante.
Essencial.

9. Qual a relação que se constrói entre o consumidor e o produtor? Nesta questão é possível marcar mais que uma opção como resposta.

Negócio.
Amizade.
Respeito.
Confiança.
Outros: _____.

10. Por qual (ais) motivo (s) você frequenta a feira? Nesta questão é possível marcar mais que uma opção como resposta.

Os produtos são mais baratos.
Valor nutricional.
Produtos mais saudáveis.
Me preocupo com a estabilidade socioeconômica dos agricultores familiares locais.
A feira é próxima da minha casa e/ou trabalho.
Confio nos produtores/agricultores.
Os produtos são “frescos” (colhidos recentemente).
Conheço a origem dos produtos.
Gosto do ambiente da feira.
Gosto de conversar com os produtores/agricultores e outros consumidores.

Outros: _____ .

11. Você gostaria de visitar as propriedades onde residem os/as agricultores (as) que comercializam na feira e onde é produzido o alimento que você consome?

Sim.

Não.

12. Sinta-se à vontade para fazer sugestões e/ou reclamações (por exemplo: aspectos que deveriam ser melhorados/modificados nas feiras; algo de que sente falta na feira; etc.).

NÃO CONSUMIDORES

1. Por qual (ais) motivo (s) você não frequenta as feiras do município de Rolante/RS? Nesta questão é possível marcar mais que uma opção como resposta.

Os produtos são mais caros.

Os produtos não possuem a mesma qualidade dos vendidos em supermercados ou mercados da cidade.

Estão localizadas longe da minha casa.

Não tenho tempo de ir à feira.

Não acredito que os produtos sejam orgânicos (sem uso de veneno).

Não sei os dias e horários de funcionamento das feiras.

O local e as instalações das feiras não são adequadas.

Prefiro comprar tudo que preciso em um mesmo local.

As feiras não aceitam cartão de débito/crédito.

Não tenho a preocupação com a estabilidade socioeconômica dos agricultores familiares locais.

Produzo para meu consumo.

Prefiro comprar alimentos industrializados/processados.

Não sei quais produtos são comercializados nas feiras.

Pouca variedade de produtos disponíveis.

Não tenho conhecimento da existência da feira.

Outros: _____ .

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: as cadeias curtas de abastecimento de alimentos em Rolante/RS**, desenvolvida por Patricia Ines Schwab, discente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), nível *Stricto Sensu*, sob orientação do Professor Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes.

O objetivo central do estudo é analisar a estrutura e a dinâmica dos circuitos curtos de comercialização de alimentos em Rolante/RS, bem como a diversidade das relações construídas entre os agricultores familiares e os consumidores.

A sua participação resultará em uma melhor compreensão do potencial das cadeias agroalimentares nos processos de desenvolvimento rural, para isso é preciso que se estude como estas são construídas, formadas e reproduzidas no tempo e no espaço. Desse modo, entender as práticas dos agricultores em relação a sua integração aos mercados e à comercialização da produção, e avançando o conhecimento nessa temática, permitirá abrir um novo espaço para a pesquisa em conformidade com as novas demandas por produtos mais saudáveis e de qualidades diferenciadas numa sociedade que busca uma nova relação entre homem, natureza e consumo.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: Sigilo que assegure a privacidade no que se refere a qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Será garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento, sem prejuízo ao entrevistado.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada, realizada pelo acadêmico pesquisador. A entrevista será gravada em áudio, para posterior transcrição. Ao final da pesquisa, o material impresso será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

Quanto aos riscos, considera-se a possibilidade de eventual desconforto ao responder aos questionamentos, sendo-lhe conferida a liberdade de interrompê-la quando achar necessário, ou mesmo de retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo sem que isto lhe traga qualquer prejuízo.

O retorno dos resultados obtidos após a conclusão da pesquisa, poderá ser realizada por meio dos contatos explicitados neste Termo. Assim como será comunicado aos entrevistados caso haja publicação em livros, revistas e/ou outros meios de comunicação.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial, o Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT (CEP/FACCAT), que tem por objetivo defender os direitos dos participantes de pesquisas. Dessa forma o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento dos projetos de modo que as pesquisas respeitem os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da confidencialidade e da privacidade.

O CEP está situado no 1º piso do Prédio Administrativo - Campus FACCAT na Av. Oscar Martins Rangel, 4500- ERS 115, Bairro: Fogão Gaúcho, Taquara-RS, telefone (51) 3541-

6604, ou também pelo e-mail: cep@faccat.br – Horário de funcionamento: nas segundas, quartas e quintas feiras das 13:30min às 22:30min e nas terças e sextas feiras das 8h às 17h.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada OS MERCADOS DE PROXIMIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: as cadeias curtas de abastecimento de alimentos em Rolante/RS. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro, também, que tenho garantia de acesso aos resultados e que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento. Concordo, então, a participar da pesquisa para que o estudo possa ser realizado.

Pesquisadora: Patricia Ines Schwab

E-mail: patricia@sou.faccat.br

Telefone: (49) 98810-6772

Professor-orientador: Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes

E-mail: jmoraes@faccat.br

(Assinatura do Participante)

(Nome do Participante – letra de forma)

(Assinatura do Acadêmico Pesquisador)

Local

, / /
Data

APÊNDICE E – Características do grupo familiar dos produtores rurais participantes da pesquisa

Quadro 9 - Características do grupo familiar Produtor 1

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	54	SIM	SIM	SIM	Ensino Médio Completo
M	59	SIM	SIM	NÃO	Ensino Médio Completo
M	25	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Superior Incompleto
M	12	SIM	-	-	Ensino Fundamental Incompleto
F	79	SIM	-	-	Não estudou
Tempo que a família reside na propriedade rural					58 anos
Área total da propriedade rural					9,5 hectares
Renda familiar proveniente da Feira do Produtor					50%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 10 - Características do grupo familiar Produtor 2

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	69	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	47	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
F	46	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
M	40	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					36 anos
Área total da propriedade rural					12,3 hectares
Renda familiar proveniente da Feira do Produtor					20%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 11 - Características do grupo familiar Produtor 3

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
M	66	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	67	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
M	42	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Fundamental Incompleto
M	40	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Fundamental Incompleto
F	32	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					66 anos/108 anos
Área total da propriedade rural					48 hectares
Renda familiar proveniente da Feira do Produtor					5%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 12 - Características do grupo familiar Produtor 4

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
M	70	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	59	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
M	35	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
M	28	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					70 anos
Área total da propriedade rural					13 hectares
Renda familiar proveniente da Feira do Produtor					10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 13 - Características do grupo familiar Produtor 5

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
M	73	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	70	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	28	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
F	37	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					42 anos
Área total da propriedade rural					4 hectares
Renda familiar proveniente da Feira do Produtor					15%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 14 - Características do grupo familiar Produtor 6

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	33	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Completo
M	36	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Incompleto
M	31	SIM	SIM	NÃO	Ensino Superior Incompleto
Tempo que a família reside na propriedade rural					3 anos
Área total da propriedade rural					12 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					90%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 15 - Características do grupo familiar Produtor 7

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	40	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Completo
M	39	SIM	SIM	SIM	Pós-Graduação
M	8	SIM	-	-	Ensino Fundamental Incompleto
F	8	SIM	-	-	Ensino Fundamental Incompleto
Tempo que a família reside na propriedade rural					2,5 anos
Área total da propriedade rural					7 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 16 - Características do grupo familiar Produtor 8

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
M	54	SIM	SIM	SIM	Ensino Fundamental Incompleto
F	50	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Completo
F	34	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
M	12	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Fundamental Incompleto
Tempo que a família reside na propriedade rural					90 anos
Área total da propriedade rural					6 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					50%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 17 - Características do grupo familiar Produtor 9

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
M	47	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Incompleto
F	37	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
F	15	SIM	-	NÃO	Ensino Médio Incompleto
F	23	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Superior Incompleto
F	21	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
M	6	SIM	-	-	Ensino Fundamental Incompleto
F	84	SIM	-	-	Ensino Fundamental Incompleto
Tempo que a família reside na propriedade rural					47 anos
Área total da propriedade rural					7 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					30%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 18 - Características do grupo familiar Produtor 10

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	50	SIM	SIM	SIM	Ensino Médio Completo
M	55	SIM	SIM	NÃO	Ensino Médio Incompleto
F	28	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
M	23	NÃO	NÃO	NÃO	Ensino Superior Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					4 anos
Área total da propriedade rural					9 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					30%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 19 - Características do grupo familiar Produtor 11

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	21	SIM	SIM	SIM	Ensino Superior Incompleto
F	27	SIM	SIM	NÃO	Ensino Superior Completo
M	26	SIM	SIM	NÃO	Ensino Superior Completo
Tempo que a família reside na propriedade rural					2 anos
Área total da propriedade rural					11 hectares
Renda familiar proveniente da Feira Ecológica					100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 20 - Características do grupo familiar Produtora 12

Gênero	Idade	Mora na propriedade?	Trabalha na propriedade?	Vende na Feira?	Escolaridade
F	31	SIM	SIM	NÃO	Ensino Médio Completo
M	34	SIM	NÃO	NÃO	Ensino Médio Completo
F	4	SIM	-	-	-
M	6 meses	SIM	-	-	-
F	68	SIM	SIM	NÃO	Ensino Fundamental Incompleto
Tempo que a família reside na propriedade rural					43 anos
Área total da propriedade rural					10 hectares
Renda familiar proveniente da venda de Cestas					20%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).